



Departamento de Ciências Públicas e Políticas Públicas

Turismo e Desenvolvimento: O Caso das Relações  
Portugal-Moçambique

Amade Ricardo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Brígida João Benedito da Rocha Brito, Professora Auxiliar  
UAL-Universidade Autónoma de Lisboa

Março 2014



Departamento de Ciências Públicas e Políticas Públicas

Turismo e Desenvolvimento: O Caso das Relações  
Portugal-Moçambique

Amade Ricardo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Brígida João Benedito da Rocha Brito, Professora Auxiliar  
UAL-Universidade Autónoma de Lisboa

Março 2014

## AGRADECIMENTOS

Apresento os meus agradecimentos a todas as pessoas e entidades que, de algum modo, contribuíram para a elaboração desta dissertação, salientando em particular:

A Professora Doutora Brígida Rocha Brito, que com o seu apoio e dedicação, tornou possível a realização deste trabalho.

O Professor Doutor Ulrich Schiefer, no seu contributo a referenciar pessoas e entidades, em contexto de seminários de orientação pedagógica.

O Professor Doutor Eduardo Costa Dias, pelo suporte facultado no exercer da atividade de docente, na partilha da imensa sabedoria, na prontidão e no apoio como coordenador, bem como, na flexibilidade apresentada na resolução de diversas questões académicas ao nível dos Estudos Africanos.

O Professor Doutor Roque Amaro, pelas aulas e apoios facultados, em diversos campos académicos, que constituíram peças fundamentais na concretização deste trabalho.

A Direção do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, pela oportunidade de utilização de todas as infraestruturas que permitiu a realização das pesquisas necessárias a esta investigação.

Saliento, igualmente, o apoio e conhecimento transmitido por todos os professores das cadeiras de Mestrado em Estudos Africanos, ao longo da parte curricular ministrada, bem como, a contribuição de todos os colegas do Mestrado em Estudos Africanos, MEA 19º do IUL-ISCTE (2010/2011).

A equipa de Serviços de Informação e Documentação da Biblioteca do IUL-ISCTE, pela qualidade do serviço prestado, é igualmente merecedora de um reconhecimento especial.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos entrevistados, participantes desta dissertação, pelas suas valiosas contribuições, nomeadamente: Dra. Rita Duarte (Diretora das Relações Internacionais do IPT - Lisboa); Dra. Filomena Malalane (Consulado de Moçambique - Lisboa); Dra. Zélia Salimo (Diretora das Relações Internacionais de Marketing do Grupo Visabeira – Lisboa); Dr. Florentino Rodrigues (Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pestena - Lisboa); Dra. Paula Barros (Chefe da Divisão das Relações Moçambique e Angola do IPAD - Lisboa); Dr. Nazir Kurji /Diretor Comercial do VIP Hotel Zurique - Lisboa) e Dr. Raul Santos (Diretor Geral VIP Hotel

## **RESUMO**

O Turismo apresenta-se como uma ferramenta valiosa, com a capacidade de atuar no Desenvolvimento de qualquer país, assumindo dimensões económicas, sociais, culturais, políticas e ambientais. Este conjunto de dimensões tem potencial para exercer uma influência positiva na sociedade quando acompanhado de mudanças de vida das populações, através da empregabilidade, formação profissional, saúde, e demais componentes garantes de um desenvolvimento humano e sustentável. Esta interação contribui para o bem-estar dos indivíduos e redução dos níveis de pobreza das famílias. O presente estudo reflete sobre a aposta estratégica no setor do Turismo como meio de suporte para o Desenvolvimento Económico e Sustentável de Moçambique. A investigação desenvolve-se através da análise de elementos bibliográficos e documentais, que permitem observar os fatos de forma qualitativa, bem como, pela integração das informações recolhidas através do método quantitativo. Em resultado deste estudo foram criadas linhas orientadoras para a reflexão da estratégia de cooperação para o desenvolvimento do Turismo Portugal-Moçambique.

**Palavras – chave:** Turismo, Desenvolvimento Económico, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Sustentável, Relações Portugal-Moçambique

## **ABSTRACT**

The role that tourism can play in promoting development taking into account economic, social, cultural, political and environmental dimensions is widely recognized. Tourism may lead to positive change in society, when it promotes changes in living standards through employment, vocational training, improved health and overall conditions for human and sustainable development. This study analyses the extent to which the investment in the Tourism sector in Mozambique can be an effective strategy to promote sustainable economic development in the country. The research entailed the analysis of bibliographic and documentary information, for a qualitative analysis of the problem which was backed up by interviews with key actors and completed with quantitative data. This study raised a series of issues regarding Portuguese-Mozambican cooperation in the tourism sector in Mozambique and identified some of the conditions that need to be present for it to promote human development.

**Key-word:** Tourism, Economic Development, Sustainable Human Development, Portugal-Mozambique Relations



# ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE QUADROS.....	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	viii
GLOSSÁRIO DE SIGLAS .....	ix
INTRODUÇÃO .....	11
Apresentação do Estudo .....	12
<b>A Problemática</b> .....	13
Delimitação do Tema .....	15
<b>Quadro Metodológico</b> .....	18
CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA .....	21
1.1    O Conceito de Turismo .....	21
1.1.1    A Emergência do Turismo e a Importância do Segmento de Lazer .....	23
1.1.2    Das Novas Formas do Turismo à Sustentabilidade .....	25
1.2    Conceito do Desenvolvimento .....	30
1.2.1    Das Formulações do Crescimento ao Desenvolvimento Económico .....	31
1.2.2    Novos Conceitos de Desenvolvimento.....	32
CAPÍTULO II – CARATERIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE.....	37
2.1    Questões Socioculturais .....	37
2.2    Estabilidade Política .....	39
2.3    A Situação Económica .....	41
2.4    Políticas Nacionais e Relações com o Exterior .....	47
2.4.1    Cooperação Empresarial.....	49
CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO: AS RELAÇÕES PORTUGAL MOÇAMBIQUE .....	53
3.1    Turismo, a Grande Aposta do Governo Moçambicano.....	53
3.2    Investimento Português no Turismo de Moçambique.....	54
3.3    Grupo Pestana.....	55
3.4    Grupo Visabeira .....	57
3.5    Grupo Vip Hotel Zurique .....	59
3.6    Informações Sobre o Setor do Turismo em Moçambique.....	60
3.6.1    Análise dos Principais Indicadores de Turismo .....	61
3.7    Situação de Emprego no Setor do Turismo.....	68
3.7.1    Volume de Negócios .....	71
CONCLUSÃO .....	75
BIBLIOGRAFIA.....	81
ANEXOS.....	I



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1: Tipologias de Atividades de Lazer e de Ocupação de Tempos Livres.....	24
Quadro 1.2: Tipologia de Indicadores de Impactos do Turismo .....	27
Quadro 1.3: Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano .....	355
Quadro 2.4: Distribuição da População - (2010-2011).....	38
Quadro 2.5: Principais Indicadores Macroeconómicos (2008-2013).....	45
Quadro 2.6: Balança Comercial em Milhões de Dólares (2008-2009) .....	49
Quadro 3.7: Atividades Principais do Grupo Pestana-Moçambique.....	58
Quadro 3.8: Trabalhadores do Grupo Pestana-Moçambique .....	58
Quadro 3.9: Faixa Etária Predominante entre dos 18 aos 54 anos de idades .....	58
Quadro 3.10: Atividades Principais do Grupo Visabeira-Moçambique.....	59
Quadro 3.11: Atividades Principais do VIP Hotel Zurique-Moçambique .....	60
Quadro 3.12: Resumo de Expansão de Investidores Portugueses - Moçambique.....	60
Quadro 3.13: Amostra de 197 Estabelecimentos Hoteleiros (2009) .....	61
Quadro 3.14: Número Médio de Quartos por Província (2007-2009) .....	61
Quadro 3.15: Número Médio de Camas por Província (2007-2009) .....	62
Quadro 3.16: Hóspedes Nacionais e Estrangeiros (2007-2009).....	65
Quadro 3.17: Dormidas Totais Nacionais e Estrangeiros (2007-2009).....	66
Quadro 3.18: Taxa Média de Ocupação (%) por Província (2007 – 2009).....	67
Quadro 3.19: Motivos de Visita (2005 a 2010).....	68
Quadro 3.20: Chegadas Internacionais de Países de Residência Permanente (2009 e 2010).....	69
Quadro 3.21: Chegadas Internacionais por Meio de Transporte Usado em 2010 .....	68
Quadro 3.22: Motivos de Viagem por Idades (2010).....	68
Quadro 3.23: Número Total de Trabalhadores no Setor Turismo (2007/2009) .....	70
Quadro 3.24: Volume de Negócios Total em Milhares de Dólares (2007-2009).....	71
Quadro 3.25: Projetos de Investimento (2005 – 2010).....	72
Quadro 3.26: Guião de entrevistas.....	V
Quadro 3.27: Síntese das entrevistas.....	V

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1: Projetos Aprovados (2005/2010) .....	72
---	----

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

AICEP - Agência para Investimento e Comércio Externo de Portugal  
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento  
CI-NAC - Cimentos de Nacala  
CPI - Centro de Promoção de Investimento  
CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa  
CDN - Corredor de Desenvolvimento de Nacala  
DNAC - Direção Nacional do Ambiente e Conservação de Moçambique  
DFI - Development Financial Institution  
EIU - Economist Intelligence Unit  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
HIV- Vírus da Imunodeficiência Humana  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
INEM - Instituto Nacional de Estatística de Moçambique  
IDE - Investimento Direto Estrangeiro  
IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento  
IPT - Instituto Português de Turismo  
IUL - Instituto Universitário de Lisboa  
MEA - Mestrado em Estudos Africanos  
MITUR - Ministério do Turismo de Moçambique  
NFT - Novas Formas de Turismo  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
OMT - Organização Mundial de Turismo  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PES - Plano Económico Social  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNG - Parque Nacional da Gorongosa  
PNBI - Parque Nacional de Bazaruto de Inhambane  
PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento  
RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano  
SADC - Sociedade da Comunidade Africana para Desenvolvimento  
SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida  
SOFID - Sociedade Financeira para Desenvolvimento



## INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, Ramo de Gestão de Desenvolvimento e Cooperação Económica e Social – Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-IUL, propus-me elaborar uma dissertação sob o tema, “Turismo e Desenvolvimento: O caso das Relações Portugal-Moçambique”.

Os motivos desta escolha residem no fato do Turismo se constituir como fenómeno social potenciador de desenvolvimento sustentável em qualquer país (Baptista, 1990: 75), que através da criação de infraestruturas, emprego e formação profissional, contribui para o aumento das oportunidades e representa um meio para promover melhorias nas condições de vida das populações, ao mesmo tempo que pode desempenhar um papel importante na preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

No contexto de Moçambique o Turismo possui uma dimensão económica diferente, já que este surge, no panorama internacional, com características e condições para promover vários tipos de segmentos deste setor.

Moçambique apresenta potencialidades diversificadas e únicas, ao nível dos ecossistemas naturais (fauna e área florestal), história, gastronomia e culturas locais. Pelo contexto geográfico e pela história nacional, entre outros fatores, Moçambique tem sido muitas vezes considerado um exemplo, bem como, no que respeita ao investimento no setor do turismo, na capacidade de mobilização de recursos e na aptidão para centrar toda a atividade na promoção de desenvolvimento.

Quanto à atualidade e pertinência do tema, considera-se que o Turismo, sendo um fenómeno social, tem capacidade para mobilizar e dinamizar recursos humanos e materiais, assim como, atuar na preservação e proteção ambiental assumindo-se como um setor estratégico de desenvolvimento para Moçambique.

O objetivo desta dissertação, define-se por compreender se as diferentes formas de participação dos portugueses no setor do Turismo em Moçambique podem ser entendidas como estratégias de promoção de mudanças neste país.

A relevância deste estudo em termos científicos passa por aferir se o Turismo, enquanto segmento da economia, tem capacidade para desenvolver diferentes áreas com relações de reciprocidade, bem como, promover, incrementar e diversificar políticas sociais e económicas no País.

Em termos políticos, o Turismo pode ser equacionado como meio estratégico de captação de turistas<sup>1</sup> que se identifiquem com a conservação e proteção do espaço. Em termos sociais, pode constituir uma mais-valia para as populações, já que mais visitantes implicam melhoramento em infraestruturas, como por exemplo, mais acessos, melhores condições de saúde e mais emprego. Estes benefícios revertem também a favor da melhoria das condições de vida e conseqüente aumento de rendimento das famílias.

---

<sup>1</sup> Expressão tradicionalmente utilizada na análise da economia do turismo; inclui as despesas em bens e serviços consumidos pelo visitante para e durante a sua viagem e permanência no local de destino. Tem correspondência com a componente das operações monetárias do consumo turístico.

## **Apresentação do Estudo**

A temática em estudo centra-se na relação entre o Turismo e o Desenvolvimento, partindo da análise do caso das Relações Portugal-Moçambique. Para a realização do mesmo procedemos à recolha de informações de natureza qualitativa, complementando-as posteriormente com informações quantitativas, seguindo a metodologia de estudo de caso (Cavaco, 1998). De referir, que este estudo foi elaborado numa primeira fase em Lisboa e numa segunda e última em Maputo, desenvolvendo-se através da consulta de documentos oficiais, artigos de revistas e publicações científicas expostas nas bibliotecas dos estabelecimentos de ensino superior (ISCTE e Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane), assim como, noutras instituições reconhecidas (IPAD, IPT, CIDAC...). É importante salientar que, para além das entrevistas realizadas nas Instituições do Turismo e de Cooperação Portugal – Moçambique em Lisboa, verificou-se a necessidade de complementar a informação recolhida em Lisboa, com a realização de entrevistas em território moçambicano (Instituto do Turismo de Maputo, Grupos: Vip Hotels, Pestana, e Visabeira).

Importa também referir que foram sentidas algumas dificuldades na recolha de dados quantitativos, visto que em Moçambique, apesar de existir um Ministério que tutela o setor no País desde 2000, existem poucos dados divulgados, pelo INEM, referentes ao Turismo, o que constituiu uma dificuldade para a caracterização da problemática (MITUR, 2010: 24). No que se refere a outros constrangimentos, salienta-se o fato de não ter havido uma colaboração efetiva por parte de algumas instituições moçambicanas, acima referidas, no acesso e disponibilização de informações, o que originou o alargamento do tempo de pesquisa previsto no terreno.

Quanto à estruturação da dissertação, esta divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a revisão da literatura, sendo enunciadas as diferentes questões a serem estudadas (Quivy e Campenhoudt, 1997: 24).

No caso do objeto de estudo procurou-se compreender o fenómeno do Turismo, como forma de desenvolvimento sustentável para Moçambique, a partir das relações estabelecidas entre Portugal e Moçambique neste setor.

No segundo capítulo centramo-nos na caracterização de Moçambique, onde descrevemos, de forma sumariada, informações relativas a: questões socioculturais, estabilidade política, situação económica, políticas nacionais e relações com exterior, e cooperação empresarial.

No terceiro capítulo apresentamos, o Estudo de Caso: Portugal-Moçambique, através da análise de temas do Turismo enquanto grande aposta do governo moçambicano, mas também dos principais grupos portugueses com atividades turísticas em Moçambique, nas áreas da hotelaria e conservação de interesse turístico. Ainda neste capítulo, tratamos das possíveis mudanças verificadas pelas comunidades moçambicanas graças a implementação e gestão do Turismo em Moçambique. Concluímos esta investigação com uma reflexão sobre a estratégia de desenvolvimento do Turismo em Moçambique, colocando questões para futuros estudos.

## **A Problemática**

Na estratégia de desenvolvimento de Moçambique, dadas as suas fragilidades mas também face às suas potencialidades, o setor do turismo pode assumir um papel importante na estrutura económica, em resultado da captação de recursos financeiros capazes de gerar riqueza e estruturas de desenvolvimento para o próprio país (MITUR, 2010: 32).

O Turismo pode desempenhar um papel importante, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma forma geral, podendo trazer impactos particulares a nível social: na criação de emprego, formação profissional, melhoria das condições de vida, criação de infraestruturas (hospitais, escolas, estradas e pontes), assim como, na criação e na implementação de leis de proteção ambiental (o que permite a gestão de projetos de investimento) (MITUR, 2010:32).

É neste sentido que o Turismo, enquanto fenómeno social, assume relevância científica, existindo campo para perceber e aferir de que formas é que o mesmo pode estruturar e dotar as sociedades em termos económicos sustentáveis e, através do seu desenvolvimento, pode originar riquezas para o País.

Como modo de garantir a sustentação desta dissertação, articulam-se os seguintes conceitos: Desenvolvimento, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Sustentável e Turismo propriamente dito. A articulação destes conceitos justifica o suporte teórico do tema e permite uma maior visibilidade da problemática a estudar (Greenwood, 1965:54).

O Turismo surge como um conjunto de relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária (Organização Mundial de Turismo, 2001: 46).

Cunha (1997:48), define que:

“Turismo é a transferência, no espaço do poder de compra motivada pela mobilidade de pessoas, os rendimentos obtidos nas áreas de residência, transferidos pelas pessoas que se deslocam a outros locais onde procedam à aquisição de bens e serviços, este por seu turno, assume-se do ponto de vista social e económico, transações de capitais, trocas comerciais do aumento do número de viajantes, movimentação de capitais; socialmente pode-se dizer então que, o turismo assume-se como um fator de transformações sociais, económicas, culturais e simbólicas, com capacidade de modificar a estrutura social, através da interatividade entre indivíduos”.

Com o melhoramento de fatores, considerados atrativos, verifica-se uma maior procura turística que permite aos operadores identificarem esse destino como rentável, assim, a procura fomenta o aumento de rendimentos para o País (Elliott, 1997: 156).

A criação de infraestruturas torna-se então, condição necessária para expandir o Turismo, assegurando condições básicas de saúde, garante o saneamento básico, mantém uma rede de tratamento de esgotos, que permite a diminuição do risco de contrair doenças e aumenta, conseqüentemente, a qualidade de vida da população (MITUR, 2010: 45).

A articulação com os elementos económicos faz-se ao nível da entrada de recursos provenientes de estrangeiros, que proporcionam aumento das receitas do Estado e permitem que o mesmo privilegie outras áreas menos desenvolvidas. Os elementos culturais como a música, o teatro, a escultura, o artesanato ou a gastronomia constituem bons exemplos, pois podem ser desenvolvidos de modo a assegurar a identidade cultural e histórica de Moçambique (MITUR, 2010:46).

As relações, ou seja, a cooperação entre Portugal – Moçambique, no desenvolvimento do Turismo, tem cada vez mais vantagens competitivas na utilização de fatores intangíveis, baseados no know-how tecnológico e satisfação dos gostos dos consumidores-turistas. Nesta era da globalização, as empresas portuguesas têm dado ênfase ao aumento de escala das suas atividades turísticas, sobretudo desde os anos 1990/1991 por via de internacionalização direcionadas aos mercados ditos naturais. Por um lado, o mercado dos CPLP/PALOP, e mais concretamente o mercado moçambicano, tem sido o destino objeto de interesse de pesquisa (António e Martins, 2008).

É importante referir que Moçambique tem sido ao longo do tempo, fortemente promovido pela iniciativa privada, em resultado do incentivo ao investimento estrangeiro que o Estado tem vindo a desenvolver. Pelas características inerentes, o empresariado nacional e estrangeiro, é motivado pela possibilidade de rentabilizar recursos investidos, multiplicando-os, o que possibilita uma capacidade de dinamismo económico dificilmente igualável. Contudo, visto que a iniciativa privada, no caso das relações Portugal-Moçambique, se centram maioritariamente em objetivos económicos, torna-se fundamental uma atuação nas preocupações de carácter social que permitam o desenvolvimento das comunidades na África Oriental/Austral e em particular em Moçambique.

Este estudo tem como objeto de análise o desenvolvimento do Turismo fundamentado nas relações das empresas portuguesas para as subsidiárias moçambicanas, ou por outras palavras, do IDE desde os anos de 1990. Assim, analisamos o contributo na gestão de turismo de empresas sediadas num país, medianamente desenvolvido como Portugal, para as subsidiárias localizadas numa economia em transição com algumas limitações inerentes a um dos países mais pobres do mundo como Moçambique (Martins, 2010: 27).

Moçambique é um país em desenvolvimento onde a base de conhecimento da mão-de-obra das empresas de turismo local é muito fraca ou inexistente, em alguns setores de indústria de turismo, por exemplo: Gestão de Pacotes, Gestão de Promoções, Gestão de Clientes, Fidelização de Clientes, Criação e Inovação de Espaços Turísticos, Tecnologia de Informação e do Conhecimento, etc. (António, 2008: 47). Por consequência, de acordo com Martins (2010:59).

“a gestão eficiente e o conhecimento torna-se indispensável para construir uma base de desenvolvimento local capaz de enfrentar os desafios concorrenciais quer numa economia informal elevada, quer dum mercado integrado numa comunidade de desenvolvimento com um grande potencial de turismo regional, a SADC em que a África do Sul se apresenta como a principal ameaça em termos de concorrência direta”.

Ainda segundo Martins (2010: 53),

“No ambiente de cooperação e colaboração entre a fonte e o recipiente, espera-se resultados de amplitudes do conhecimento transferido que deriva das competências intrínsecas da empresa-mãe portuguesa e da predisposição das subsidiárias moçambicanas, através da criação duma estrutura de gestão com as competências adequadas ao contexto do mercado de indústria turística local”.

O Turismo pode assumir, tal como sucede noutros países, um papel importante na dinamização da estrutura económica, captando recursos financeiros e gerando mais riqueza suscetível de ser reinvestida a favor do desenvolvimento do próprio país, ou seja, centrando-se nas pessoas (Costa, 1987). O Turismo entendido como setor estratégico, para a prossecução do processo de mudança, assume um papel ativo como polo dinamizador e estruturante da economia, possibilitando a captação de recursos financeiros e consequentemente a criação de condições de vida mais adequada às necessidades, além de fomentar a expansão de diversas atividades que lhe são complementares e de viabilizar a otimização da utilização de recursos naturais e locais que favorecem a preservação ambiental. Aqui se incluem ações de conservação e o reforço das identidades comunitárias que sustentam os grupos, sendo neste papel que se centra a relação de cooperação Portugal-Moçambique no setor do Turismo.

### **Delimitação do Tema**

Como anteriormente foi referido, o Turismo surge como um conjunto de relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária. Assim, o Turismo é também, a transferência no espaço do poder de compra motivada pela mobilidade de pessoas: os rendimentos obtidos nas áreas de residência e transferidos pelas pessoas que se deslocam para outros locais onde procedem à aquisição de bens e serviços (Organização Mundial de Turismo, 2001: 49).

Do ponto de vista social e económico, o Turismo assume-se, como um fator impulsionador da economia na transação de capitais, trocas comerciais, aumento do número de viajantes e movimentação de capitais e de desenvolvimento social através da interação de indivíduos de culturas diferentes (Kaae, 2001: 37). Neste contexto verifica-se adaptação cultural de parte a parte (absorção de conhecimento das subsidiárias), o que significa que tanto a cultura que recebe visitantes deixa entrar na sua cultura novos hábitos e novos costumes, como os visitantes acolhem, através do contacto com outras culturas, alguns hábitos e costumes diferentes por meio de transferência de vários conhecimentos (Nonaka *et al*, 2000: 160).

O cultural, refere-se a tudo o que foi abordado anteriormente, desde as tecnologias, os hábitos específicos da cultura visitada, passando pela música, gastronomia, costumes, hábitos, crenças, religião e estilos de vida da comunidade (Martins, 2010: 40).

Podemos dizer então que, o Turismo se assume como um fator de transformações sociais, económicas, culturais e simbólicas com capacidade de modificar a estrutura social, através da interatividade entre indivíduos (Korten, 1992: 45). Cunha (1997: 48), refere que “o negócio do turismo depende da capacidade de resposta às necessidades e das preferências dos consumidores que garante a resposta dos objetivos de assegurar a escolha adequada dos visitantes”.

De acordo com Forte (1998: 32), “o comércio desenvolve-se com a procura proveniente dos visitantes, os empreendimentos turísticos representam o símbolo do desenvolvimento, uma vez que, asseguram condições na qualidade de vida aos visitantes, por sua vez, contribuem para melhorar a vida das populações”.

Com a condução de recursos para o País, há maior probabilidade no aproveitamento dos mesmos para a melhoria dos equipamentos turísticos, o que possibilita, pelo ganho de qualidade, uma maior procura turística e a identificação dos operadores do destino como rentável. Assim, a procura desses destinos fomenta o aumento de rendimentos para o País (Mathieson e Wall, 1990: 57).

O Turismo é um fenómeno social e, enquanto tal, assume uma incerteza quanto ao destino mais procurado num determinado momento. Visto que diferentes partes do globo, ao destacarem-se como destino paradisíaco, motivaram um grande número de turistas a visitá-los. Considera-se que África tem muito provavelmente o mesmo potencial atrativo, sendo um destino turístico a ter em conta, não só pelos seus safaris, como por toda a fauna, flora e praias. Deste modo, aparenta reunir as condições para o fomento do crescimento e da procura turística (Organização Mundial do Turismo, 2001: 60).

O caso particular de Moçambique apresenta condições naturais que podem desenvolver as indústrias turísticas, visto evidenciarem um conjunto de condições suficientes para a prática do Turismo.

O sector do Turismo é cada vez mais encarado como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconómico do País (Lopes, 1997: 43). Existem várias atividades ligadas ao Turismo nos espaços rurais, tais como projetos para se tirar partido das condições naturais e das infraestruturas, que podem ser aplicados nas praias, faunas, flora, parques, etc. Considerando o património de valor histórico e a utilização destes elementos chave, poder-se-á, a longo prazo, revitalizar o desenvolvimento do Turismo em Moçambique.

Deste modo, a recuperação das várias infraestruturas destruídas, por ciclones naturais, guerras e outras calamidades que têm afetado Moçambique, sem pôr de lado a preservação do património histórico e arquitetónico, pode também ser encarada como uma estratégia de desenvolvimento do serviço do Turismo, contribuindo simultaneamente para a implementação de infraestruturas locais e garantindo a satisfação das necessidades básicas das populações.

A criação de infraestruturas locais pode tornar-se então condição necessária para garantir a expansão do Turismo em Moçambique (MITUR, 2010: 56). Assegurar condições básicas de saúde, garantir o saneamento básico, manter uma rede de tratamento de esgotos, diminuir o risco de contrair doenças, aumentando conseqüentemente, a qualidade de vida em termos populacionais. No entanto, o Turismo só pode ser mecanismo de desenvolvimento se conseguir motivar todos os agentes sociais e criar estruturas

sociais, educacionais, médicas, de higiene, de segurança, económicas e políticas que irão permitir a evolução, crescimento e desenvolvimento de Moçambique de forma sustentável (Serra, 1994: 33).

O Turismo afirma-se como uma atividade em expansão em Moçambique. Com a entrada de capitais, fomentada pelo número de visitantes e pelo crescimento de receitas neste sector, assume características particulares, nomeadamente, ao nível dos recursos naturais e da sua costa marítima (MITUR, 2010: 51). Deste modo, toda a costa do Oceano Índico proporciona condições únicas para práticas associadas ao meio aquático como a pesca, mergulho, entre outros desportos turísticos (Filipe, 1995: 22). O Turismo deve ser encarado como um processo holístico, sendo parte constituinte de um todo. Este incentiva o desenvolvimento social, económico, cultural, mas não se constitui como único elemento decisivo do contexto social (Organização Mundial do Turismo, 2001: 49).

O Turismo surge com preocupações ambientais e de sustentabilidade, assim como, de equilíbrio nas pressões demográficas. A natureza revitaliza-se sem se preocupar em responder às necessidades de um turismo de massas, o que pode levar à consideração do Turismo como elitista, não pelo requinte que contém, mas pela consciência que impõe (Organização Mundial do Turismo, 2001: 49).

Todas estas características aproximam-se ao turismo moçambicano, particularmente, por ser um turismo que não se insere apenas nos cânones tradicionais ou de negócios. É um Turismo assente, não só de lazer e economia, mas também na sustentabilidade e no equilíbrio ecológico. É importante referir que a pressão demográfica pode proporcionar desequilíbrios na relação sistémica entre indivíduos e meio ambiente, de igual modo, terá de ser discutido com agentes locais, empresários e operadores turísticos o aproveitamento e preservação dos recursos naturais, para assegurar a sustentabilidade ambiental (MITUR, 2010:62). Desta forma, o Turismo só poderá desenvolver-se com a manutenção e criação de políticas protecionistas do meio ambiente, evitando a degradação dos recursos naturais (Trindade, 1998: 15).

Em suma, através da criação de legislação que assegure a prevenção do meio ambiente, o poder político pode garantir o equilíbrio do próprio Turismo, de modo a poder transformar no futuro o País numa forma rentável de captação de recursos, permitindo-se o seu desenvolvimento (Samater, 1986: 123).

MITUR (2010: 41), refere que “o Estado assume assim não apenas uma condição suficiente para promoção da mudança mas um papel preponderante nesse processo, o desenvolvimento destas estruturas sociais pode originar condições, a nível local que asseguram a melhoria progressiva das populações”. O Turismo entendido como uma forma de desenvolvimento, articula-se com o social na melhoria das condições de vida, nomeadamente, com os melhores acessos, com mais empreendimentos turísticos, com o melhoramento da rede de água e com o melhoramento do saneamento, evitando-se assim doenças associadas ao Paludismo, que constituem uma das causas da morte infantil e adultos em Moçambique. A articulação com o económico faz-se ao nível da entrada de recursos provenientes de IDE no País, que proporciona um aumento das receitas do Estado e privilegia outras áreas menos desenvolvidas; o cultural, a música,

o teatro, a escultura, o artesanato. Garantindo-se, deste modo, a continuidade dos hábitos da comunidade moçambicana (Organização Mundial do Turismo, 2001: 56).

O Turismo contribui desta forma, como fator socialmente dinamizador, no desenvolvimento dos países, tendo a capacidade de se articular na área económica, social, cultural e política (Shanim, 1997: 12). É através das interações provenientes do fenómeno do Turismo que podemos considerar que este é, um elemento produtor de desenvolvimento, ou se pelo contrário, um fenómeno que ocorre por imperativos sociais (Samater, 1986: 12). Apesar de não ser um agente determinante na economia pode, no entanto, desencadear melhorias nas condições de vida das comunidades locais, através de investimentos provenientes das relações Portugal – Moçambique (MITUR, 2010: 63).

No contexto da problemática, a questão de partida que orientou todo o estudo, e esteve presente desde que definimos o tema foi: De que formas o Turismo em Moçambique é incentivado pelas relações estabelecidas com Portugal? Na sequência desta, outras questões foram colocadas: Quais os principais grupos portugueses que se internacionalizaram para Moçambique? e Que benefícios são retidos em Moçambique através destes investimentos?

Na sequência da pergunta de partida acima apresentada, foi possível definir uma hipótese geral do trabalho, ainda com um carácter exploratório (Quivy e Campenhoudt, 1997: 98):

O Turismo, enquanto fenómeno social, garante o Desenvolvimento em Moçambique através das relações estabelecidas com Portugal, que proporcionando novas oportunidades nas áreas da educação, saúde, emprego, formação profissional e aumento de rendimentos das famílias, resulta na promoção do bem-estar da população.

## **Quadro Metodológico**

No que respeita à metodologia, procurámos, a partir das questões abordadas na introdução, usar técnicas de recolha e de tratamento da informação, nomeadamente, consultas documentais e referências bibliográficas avulsas, como revistas, jornais, publicações e relatórios dos grupos turísticos estudados. Desta forma, foram apresentadas e justificadas as técnicas de recolha de informações privilegiadas, por serem consideradas as mais adequadas ao processo de investigação e à realidade do caso moçambicano estudado.

Por fim, foram identificadas categorias e informantes privilegiados, nomeadamente para a realização de entrevistas, procurando abranger os grupos dos maiores investidores diretos estrangeiros (portugueses) e potenciais promotores turísticos em Moçambique.

Ainda no campo da metodologia, optámos pela conjugação de diferentes técnicas de recolha e de tratamento de informação, procurámos atender para as vantagens resultantes do cruzamento do método qualitativo com dados quantitativos. Contudo, no decorrer do estudo e tendo presente as características da investigação, privilegiámos as abordagens qualitativas, por se considerar, que são as que melhor se adequam aos objetivos do estudo proposto (Quivy e Campenhoudt, 1997: 95).

Importa referir em particular, que na fase inicial e apesar de ser uma preocupação que esteve presente no decorrer do estudo, valorizámos a análise intensiva de fontes escritas oficiais de índole bibliográfica e documental, com a finalidade de proceder a uma contínua revisão dos conceitos abordados.

Através da fundamentação conceptual e teórica procurámos apresentar um enquadramento da evolução da abordagem do Desenvolvimento e do incremento da atividade turística, particularmente, quando equacionada como via para a sustentabilidade e perspetivada como fator de mudança com efeitos de carácter permanente e/ou de longo prazo (Hatem, 1990: 98).

Para o acesso às fontes escritas de consulta, recorreremos aos centros de documentação e bibliotecas, entre os quais: Instituto Universitário de Lisboa (IUL-ISCTE); Instituto Português de Turismo - Lisboa (IPT); Centro de Investigação e Documentação Amílcar Cabral - Lisboa (CIDAC); Consulado da Embaixada de Moçambique-Lisboa; Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - Lisboa (IPAD); Câmara Municipal de Lisboa; Associação de Turismo de Lisboa e Ministério do Turismo de Maputo – Moçambique.

Como resposta às necessidades de recolha de dados, desenvolvemos contatos prévios com alguns elementos privilegiados na área de Lisboa, possibilitando estes a realização de entrevistas que permitiram compilar as informações requeridas (Quivy *et al*, 1992:68). Desta forma, analisámos a importância do Turismo na promoção do Desenvolvimento, tendo como referência o caso das relações Portugal – Moçambique.

A aposta no Turismo pode ser considerada uma das estratégias de suporte ao desenvolvimento económico para Moçambique, em parte pelo resultado das receitas provenientes da entrada de capitais estrangeiros neste mesmo setor. Na realidade, o investimento não se restringe exclusivamente à entrada de recursos financeiros por parte dos turistas estrangeiros, mas também, se refere sobretudo ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para empreendimentos turísticos e infraestruturas que possibilitam a melhoria das condições de vida dos residentes, assim como, dos turistas visitantes (Trindade, 1998: 100).

Entre as técnicas privilegiadas para investigação recorreremos a entrevistas semi-estruturadas, que permitiram rentabilizar o tempo e manter o foco da pesquisa no objeto de estudo proposto. Na entrevista semi-estruturada centrámo-nos na utilização de um guião, que facilitou a recolha de informação, diminuindo-se o risco de dispersão relativamente ao objetivo (Quivy *et al*, 1992:68). Esta metodologia de recolha de informação baseia-se numa dialética assente na verdade, na sinceridade e na seriedade, entre entrevistador e entrevistado. Para que tal aconteça é necessário que exista pré-disposição e acordo prévio dos elementos participantes (cf. Anexos III). Com recurso a esta técnica foi possível efetuar o cruzamento de dados qualitativos com quantitativos, de forma a caracterizar com a máxima eficácia o Turismo em Moçambique.

A entrevista semi-diretiva ou semi-estruturada permitiu-nos, de certo modo, que a recolha fosse efetuada de forma estruturada em função do tema, sem que ocorresse a possível fuga de respostas, tal

como acontece com frequência nas não diretivas e evitou o controlo excessivo, com o constrangimento da informação condicionada pela diretividade, como ocorre frequentemente com as entrevistas diretivas. (Ruquoy, 1997: 99).

Por outro lado, o discurso dos entrevistados foi valorizado, sendo-lhes conferida alguma margem de liberdade, de forma a estruturar o raciocínio e as respostas. O nosso papel como investigadores e enquanto entrevistadores é delimitado, sendo nosso objetivo acompanhar o pensamento e o discurso do entrevistado, tendo presente o objeto da pesquisa e o guião da entrevista. Neste contexto, é de fundamental importância o estabelecimento de uma relação de confiança e de interação” (Ruquoy, 1997: 96-100), (cf. Guião de entrevistas - Anexo II).

Com base na recolha das informações disponibilizadas por estas instituições foi possível obter dados sobre as relações existentes entre Portugal e Moçambique respeitante ao setor do Turismo. Importa também referir que as entrevistas complementaram, de certo modo, as informações recolhidas através de pesquisas monográficas documentais e das consultas online, contribuindo de modo positivo para uma melhor fundamentação dos principais conceitos e identificação dos principais traços caracterizadores da evolução socioeconómica e política da sociedade moçambicana nos últimos 20 anos, após acordo de paz em 1992 (Martins, 2010: 29).

## CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA

### 1.1 O Conceito de Turismo

Na tentativa de se definir em que consiste o Turismo, a literatura tem frequentemente se limitado a caracterizar os atores pelas ações que desempenham: quem faz turismo; quem é o turista; que recursos e meios utilizam enquanto fazem turismo (Cunha, 1997: 70). Ser turista não é um estado permanente (Cavaco, 1998: 67). O Turismo é um elemento estruturante da dinâmica da economia global, em larga medida traduzida no desenvolvimento da componente de serviços (Carvalho, 1998: 29). A crescente importância do Turismo na economia resulta da cada vez maior mobilidade e prosperidade das sociedades (Conceição, 1998: 112). Os dois fenómenos estão aliás estritamente ligados:

Vieira (1997: 39), refere que

*“não pode haver turismo sem movimento, pelo menos enquanto o turismo virtual não sair da esfera da ficção científica”.*

O Turismo é certamente um fator de desenvolvimento económico, sendo vulgarmente considerado que, se for implementado de forma sustentável, provavelmente trará benefícios a longo prazo às economias locais (Vieira, 1997: 39). Conceição (1998: 69), refere que:

*“trata-se de um setor que implica uma rede complexa de atividades económicas relacionadas, entre as quais alojamento, alimentação e bebidas, transporte, entretenimento e serviços para os turistas, o desenvolvimento do turismo pode contribuir para a consolidação do processo de integração económica, estabelecendo laços entre regiões, países, tendo em conta as suas diversidades culturais: tradição, língua e patrimónios”.*

O Turismo afirma-se não só como um fenómeno de consumo mas também de produção, visto que a ocupação dos tempos livres já existe desde a Antiguidade (Brito, 2009:57). Tempo livre era sinónimo de disponibilidade de espírito para aprender (Vieira, 1997: 46).

O Turismo Internacional é feito pelos nacionais de um país fora do local de residência habitual, este tipo de turismo pode ser dividido em *inbound tourism* (turismo de importação), feito pelos estrangeiros num dado país e *outbound tourism* (turismo de exportação), feito pelos nacionais de um dado país no estrangeiro (Organização Mundial do Turismo, 2001: 68).

A expressão turista começou a ser utilizada para designar aqueles que viajavam conciliando o prazer com o conhecimento (Vieira, 1997: 47). Na segunda metade do século XVIII era habitual que jovens de camadas sociais mais elevadas, complementassem a sua educação com uma viagem ao continente, que era designada na Europa pela expressão *Grand Tour*, mais tarde *Tour*, passando a ser designado quem fazia esta viagem por *Touristes* (Vieira, 1997: 47).

O *Grand Tour* não contém ainda o sentido de um meta-espço, em oposição à noção etnográfica de um lugar como localização espácio-temporal de uma cultura, constituindo um universo estruturado

(Santos, 2002: 29). A expressão sofreu evoluções, sendo atribuída a pessoas que faziam viagens para o seu próprio prazer, muitas outras línguas adotaram as palavras *touriste* e *tourisme* com o sentido restrito de uma viagem feita sem fins lucrativos, por distração ou prazer (Organização Mundial do Turismo, 2001: 48). Segundo Elliott (1997: 75),

O termo “visitante nacional” designa toda a pessoa, qualquer que seja a nacionalidade, que reside num País e que se desloca a um lugar situado nesse país e cujo motivo principal da visita é diferente de aí exercer uma atividade remunerada (Organização Mundial do Turismo, 2001: 49).

A definição acima mencionada corresponde a:

a) Turistas nacionais, visitantes com uma permanência no local visado de no mínimo 24 horas e não superior a um ano e cujos motivos de viagem podem ser agrupados em: prazer, férias, desporto, negócios, visitas a parentes e amigos, missão, reunião, conferência, saúde, estudos e religião (Organização Mundial do Turismo, 2001: 49);

b) Turista é todo o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas (Organização Mundial do Turismo, 2001: 50);

c) Excursionista é todo o visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência habitual (Organização Mundial do Turismo, 2001: 50).

Estas definições assumem um carácter meramente estatístico e envolvem a necessidade de medida (Conceição, 1998: 76). No entanto, verificamos que na análise estatística é difícil separar os visitantes que chegam a um país ou a um local dentro do mesmo país para exercerem uma profissão remunerada, dos que não a exercem, já que em muitos casos a informação não se encontra devidamente sistematizada e disponível (Cunha, 1997: 27).

Esta definição das Nações Unidas exclui porém,

“os movimentos turísticos no interior de cada país originados pelas pessoas que nele residem, não limitando o tempo de permanência no local em causa, condicionando apenas, no mínimo as 24 horas, quando em anterior definição considerava-se um tempo de permanência máximo de três meses e a Convenção sobre as Facilidades Aduaneiras a limitar a seis meses”.

O Turismo, enquanto fenómeno social, é antigo, mas só há pouco tempo teve início o seu desenvolvimento, tendo conhecido um novo impulso nos últimos trinta anos, até atingir as dimensões que atualmente constatamos (Esteva, 1997: 97). Estas dimensões económicas, a nível mundial, só foram alcançadas porque os países desenvolvidos sofreram de um conjunto de problemas, entre os quais: as mutações demográficas; o crescente envelhecimento demográfico; o crescimento económico generalizado intercalado com crises de grande impacto; o progresso nos meios de transporte (automóvel

e avião); as transformações verificadas nas regalias dos trabalhadores e a alteração da relação entre tempo de trabalho e tempo livre (Vieira, 1997: 56).

O Turismo, enquanto fenómeno social, assume um estatuto transversal em relação a toda a sociedade. A dificuldade de encontrar uma definição para o conceito de Turismo surge do fato de entendermos que advém de, um estado de espírito, uma atitude, um comportamento, uma experiência pessoal e, enquanto tal, não é possível defini-lo (Vieira, 1997: 57). Surge como definição oficialmente aceite, que o Turismo compreende as atividades de viagens de pessoas e alojamento em locais fora do seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por lazer, negócios e/ou outros motivos (Organização Mundial do Turismo, 2001: 78).

O Turismo é problematizado como fator de difusão do modelo Ocidental com amplitude mundial, sendo utilizado como mecanismo de distribuição entre os mundos desenvolvidos e subdesenvolvidos (Barré *et al*, 1997: 51). Parte-se então com esta tese, de que o Turismo está a construir elos de ligação entre os mundos, tradicional e moderno, industrial e arcaico, rural e urbano, para assumir o seu carácter complementar e responsável na problemática dos impactos gerados sobre o ambiente e comunidades locais (Joaquim, 1997: 152).

O Turismo, enquanto atividade económica ou conjunto de atividades económicas, insere-se na designada economia de serviços, enquadrando-se no setor terciário das atividades económicas (Clarke, 1997: 19).

Existe ainda quem defenda que o Turismo se deve enquadrar num novo setor, o das atividades quaternárias, que agrupa atividades ligadas ao lazer (Joaquim, 1997: 152).

### **1.1.1 A Emergência do Turismo e a Importância do Segmento de Lazer**

A atividade turística não depende só da apetência para a fuga ao quotidiano, insere-se no âmbito da problemática do lazer, sendo o prazer de curtas viagens de fim-de-semana e de longas viagens proporcionadas pelos períodos de férias, negócios e outras conferências, um dos principais fatores desencadeantes (Brito, 2009: 58).

As atividades de lazer podem ser percebidas a partir de tipologias diversas, nem sempre coincidentes nas terminologias em questão, tendo a maioria das grelhas um carácter exaustivo (Brito, 2009: 58), conforme a sistematização do quadro seguinte:

### Quadro 1.1.: Tipologias de Atividades de Lazer e de Ocupação de Tempos Livres

Tipos de Lazer	Tipos de Atividades
Lazeres Letrados	Imprensa, Bibliotecas, Trabalho Intelectual
Lazeres de Fruição de Bens Culturais	Artes Visuais, Galerias, Artes plásticas
Artes do Espetáculo	Cinema, Teatro, Tauromaquia, Concertos, Bailado
Lazeres Mediáticos e Rádio difundidos	Emissão Televisiva, Programas Informativos
Lazeres Desportivos	Desporto Federado, Tiro, Pesca Desportiva, Columbofilia
Lazeres de Conforto Caseiro	Telefone, Equipamento Doméstico de Distração
Lazeres Artesanais	Pintura, Escultura sem fins comerciais
Lazeres de Militância	Associações, Atividade Política
Lazeres Circunstanciais/ Deambulatórios	Variáveis em funções das circunstâncias, não definidas
Lazeres Ocupacionais	Atividades Livres dos Reformados
Lazeres de Gozo de Férias	Férias no interior ou exterior do país; de praia, montanha ou cidade; sozinho, com amigos ou família

Fonte: (Garcia cit. por Brito, 2009).

De acordo com Brito (2009: 60):

“a generalidade das categorias consideradas respeita o desenvolvimento de atividades no seio dos diferentes grupos aos quais o indivíduo pertence, sendo possível estabelecer uma relação direta entre os lazares de gozo de férias e as atividades normalmente desenvolvidas, neste contexto, independentemente do grupo de enquadramento e das características do meio”.

Ainda, segundo Pinto et al (1984:37):

“o turismo enquanto prática de lazer passou a ser concebido como um direito de mobilidade, e usufruto de tempos livres e de busca de bem-estar, sendo também gerador de diferenciação socioeconómico, evidenciada pelo desigual acesso à deslocação, à escolha dos destinos, ao consumo de produtos turísticos e à natureza das experiências”.

A tendência de crescimento do Turismo Internacional é um fenómeno social e económico antigo, tendo este especial relevo na atualidade a partir da segunda metade do Século XX. Neste momento histórico registou-se um desenvolvimento das novas tecnologias associadas às telecomunicações, aviação, informática, entre outras, que permitiram a gestão e oferta de serviços modernizados para dar resposta às necessidades crescentes dos turistas (Barré *et al*, 1997: 225).

Este processo iniciou-se na Europa, depois na América do Norte e mais recentemente nos países asiáticos que circundam o Pacífico. Entre estas três grandes regiões, o Turismo foi-se desenvolvendo, sendo hoje considerado uma das mais importantes atividades económicas no mundo. Para muitos países o Turismo Internacional é uma fonte indispensável de divisas e o sinónimo de crescimento económico acelerado (Barré *et al*, 1997: 225).

O Turismo assume atualmente uma dimensão considerável devido à conjugação de determinados fatores económicos e sociais (Trindade, 1998: 64). Segundo Joaquim (1997: 89):

“o peso deste fenómeno social, cresceu nos últimos anos de uma forma elevada, criando uma dupla crise: por um lado, ao nível da procura internacional, assente nas classes médias europeias deslocada para outros destinos turísticos com características menos massificadas, provocando um abaixamento nos preços e um conseqüente aumento do número de turistas de recursos mais reduzidos; por outro lado existe uma diminuição drástica do efeito multiplicador do turismo nas atividades de restauração, alojamento de média/elevada qualidade e nas atividades em geral.”

Hoje considera-se que ser anfitrião de hordas de turistas não é necessariamente um meio agradável de fomentar o crescimento económico, para tal é importante salientar que quem quiser um desenvolvimento rápido, ou mesmo lento, tem de fazer muitos sacrifícios, de entre os quais, receber turistas será, talvez, um dos menos onerosos (Joaquim, 1997: 89).

### **1.1.2 Das Novas Formas do Turismo à Sustentabilidade**

A multiplicidade de atividades que estão relacionadas com a gestão do turismo permite considerar diferentes segmentos de importância para impulsão do desenvolvimento (Presvelou, 1998: 75), dando assim origem a Novas Formas de Turismo (NFT). Assim, pode-se referir que o turismo de natureza, rural, urbano, cultural, náutico, de negócios, do sol, do mar, gastronómico, de aventura, de ecoturismo, étnico, religioso, desportivo, de saúde, entre outros, desperta diferença de escolha nos turistas visitantes, criando curiosidade para a descoberta (Presvelou, 1998: 120). Pela sua importância relativa, o sol, a praia e as viagens de negócios assumem-se como os segmentos que mais se destacam para o desenvolvimento (Trindade, 1998: 35).

Baptista (1990: 79), refere, no entanto que:

“as mais elevadas taxas de expansão comercial registam-se nos nichos de mercado, constituídos pelo turismo de aventura ou o ecoturismo, este tipo de segmentos está implícito numa lógica economicista de algumas cadeias de hotéis disponibilizando um conjunto de serviços de apoio diferenciado, em conjunto com alojamentos”

Segundo Brito (2009: 206-207):

“as NFT resultam da articulação entre três grandes dimensões, concebidas com uma base equitativa, não hierárquica e inter cruzada: o turista, as comunidades locais e o meio ambiente natural, implicando uma atitude de co-responsabilização, no sentido da preservação ambiental e cultural, de forma partilhada por parte dos atores envolvidos”, dando assim origem a formas de turismo baseadas em vários eixos:

- a) A renovação e o contraste, na tentativa de rutura com a rotina quotidiana, na evasão, na procura de locais com características ambientais e sociais diferentes das habituais (Organização Mundial do Turismo, 2001: 60);
- b) O meio natural de qualidade, pouco explorado: paisagens, parques e áreas protegidas (Organização Mundial do Turismo, 2001: 60);

- c) A cultura e o património arquitetónico relacionado com a promoção dos traços culturais das comunidades recetoras, que traduzem a noção de identidade (Organização Mundial do Turismo, 2001: 60);
- d) O turismo rural em ambiente diferente: quintas e casas rurais (Organização Mundial do Turismo, 2001: 60);
- c) A espiritualidade e a saúde, através de atividades de manutenção da forma física: o desporto e o desenvolvimento de atividades recreativas ou de recuperação (Organização Mundial do Turismo, 2001: 61);
- d) Os acontecimentos e o espetáculo, valorizando concertos musicais e festas (Organização Mundial do Turismo, 2001: 61);
- e) Os congressos e as conferências (Organização Mundial do Turismo, 2001: 61).

De acordo com a sistematização apresentada, é notável afirmar que, as NFT se centram no grau de exigência e de rigor, não apenas no que respeita aos padrões de conforto oferecidos no destino, mas também, particularmente às manifestações de autenticidade e à disponibilidade de informação suscetíveis de promover satisfação no turista (Hatem, 1990: 175).

Para minimizar os efeitos negativos, evitando-se situações de dependência setorial em relação ao estrangeiro ou a interesses multinacionais, é necessário criar condições para que a promoção do desenvolvimento, que resulta das NFT, seja integrada e os efeitos possam ser considerados globais, para assim ser possível equacionar as conceções de desenvolvimento a longo prazo (Hatem, 1997:175).

Vieira (1997: 40), refere que “os impactos do turismo podem assim ser avaliados a partir de um conjunto de indicadores”, segundo sistematizados no quadro seguinte:

## Quadro 1.2: Tipologia de Indicadores de Impactos do Turismo

DEPENDÊNCIA ECONÓMICA	<ul style="list-style-type: none"><li>-Sobrevalorização económica do turismo</li><li>-Identificação de oportunidades e custos</li><li>-Medidas de sustentabilidade e lucro</li><li>-Disponibilização e custos de infraestruturas</li><li>-Tendências nos impostos e taxas locais</li></ul>
BENEFÍCIOS ECONÓMICOS	<ul style="list-style-type: none"><li>-Indicadores de lucros</li><li>-Oportunidades de emprego na comunidade</li><li>-Estrutura do desemprego</li><li>-Impacto nas pequenas empresas</li><li>-Disponibilização de novos serviços para os residentes</li><li>-Aumento do custo de vida</li><li>-Tendência dos preços das propriedades</li><li>-Disponibilidade e custo do alojamento</li></ul>
ENVOLVIMENTO PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"><li>-Planeamento responsável</li><li>-Consulta e audição públicas</li><li>-Direito a crítica pública</li><li>-Avaliação de impacto social e ambiental</li><li>-Informação e educação</li><li>-Profissionalização governativa</li></ul>
COMERCIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS	<ul style="list-style-type: none"><li>-Desenvolvimento cultural e na produção artística</li><li>-Novas atividades culturais e produtos</li><li>-Atrações e locais de memórias coletivas</li></ul>
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"><li>-Impactos em parques naturais e áreas protegidas</li><li>-Valores ambientais</li><li>-Poluição, lixo e vandalismo</li><li>-Multidões e congestionamento de tráfego</li><li>-Poluição visual</li></ul>
AUTONOMIA E IDENTIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"><li>-Estímulo e orgulho cultural</li><li>-Formas únicas de turismo local</li><li>-Perfil cultural e capacidades locais</li></ul>
CONFLITOS E HOSTILIDADE, HÁBITOS E COMPORTAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"><li>-Hostilidade e tensão para com os turistas</li><li>-Preocupação pública sobre os hábitos dos turistas</li><li>-Expressão de sentimentos anti-turismo</li></ul>

**Fonte: Vieira (1997).**

O desenvolvimento com base nas NFT é responsável se atender à dimensão humana, ou seja, os grupos em que o indivíduo se encontra inserido e com base nos quais desenvolve um conjunto de atividades com repercussões económicas, culturais e ambientais (Vieira, 1997: 195).

O surgimento do conceito de Turismo Sustentável deveu-se à preocupação acrescida com o ambiente (Neto, 1998: 16). Ainda de acordo Sousa (2010: 26), refere que:

“dado o uso inapropriado e exploração dos recursos naturais, que o turismo de massas provocou ao longo do tempo, já que o seu objetivo se centrou apenas na vertente económica, negligenciando outras vertentes, a conservação foi então o principal motivo

para a criação deste tipo de turismo, que tem como objetivo assegurar uma gestão ambiental e sustentável, embora também tenha em consideração a necessidade de proteção de cultura local, no quadro teórico o conceito de Turismo Sustentável apresenta uma estrutura de quatro fatores:

Fator Um - **Polos Opostos**: Turismo sustentável e turismo de massas são vistos como opostos;

Fator Dois - **Continuum**: Turismo sustentável que se poderá tornar no turismo de massas, se não for bem gerido, pois utiliza as estruturas do turismo *continuum*;

Fator Três - **Movimento**: Que tem por objetivo mudar o turismo de massas para formas mais sustentáveis;

Fator Quatro - **Convergência**: O turismo sustentável é visto como o objetivo de qualquer forma de turismo. ”

Para o fator *Polos Opostos* o turismo sustentável deverá ser de pequena escala, ao contrário do turismo de massas, que se caracteriza por se desenvolver numa escala de grande dimensão, o que lhe confere um carácter insustentável. A escala assume-se como a principal característica diferenciadora destes dois tipos de turismo (Marques et al, 2009: 69).

O Fator Um assumido, como provavelmente o primeiro de todos, é rejeitado, guiando-se o segundo fator por uma noção de *continuum* entre os dois tipos de turismo, por contraposição à noção inicial de oposto. O terceiro fator, apresenta uma mudança teórica clara, pois vê a possibilidade do turismo de massas ser sustentável, assumindo-se a sustentabilidade como o objetivo de outras formas de turismo e não apenas característica do turismo de pequena escala (OMT, 2001:70).

Por último, como entendimento de Turismo Sustentável, temos o fator de convergência, que apresenta o turismo sustentável como objetivo de qualquer forma de turismo, independentemente da sua dimensão. Este último fator assume também que o conceito de Turismo Sustentável se encontra em constante evolução, e que a definição específica do conceito não é o mais importante, mas sim os caminhos para atingir o objetivo. Visto a complexidade do termo, ter sido alvo de debate constante, criaram-se condições para a sua definição operacional e efetiva implementação (Hardy et al, 2002:37).

A Organização Mundial de Turismo (OMT) baseada no conceito de sustentabilidade apresentado no Relatório Brundtland *Our Common Future* em 1987:84, define do seguinte modo o conceito de desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável “encontra soluções no presente sem comprometer o futuro; a nível local são considerados lugares únicos capazes de desenvolvimento turístico, como cidades, aldeias, vilas, locais de atração turística e as áreas micro regionais ou nacionais; o desenvolvimento sustentável é conceptualizado, não como um estado fixo, mas como um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento

tecnológico e a mudança institucional são concretizados tendo em conta as necessidades do presente, sem comprometer as gerações vindouras”

O conceito é baseado em três princípios:

**1 - Sustentabilidade Económica**, que salvaguarda que o desenvolvimento seja economicamente eficiente e que os recursos sejam geridos de forma a suportar as gerações futuras (Joaquim, 1997: 194);

**2 - Sustentabilidade Social e Cultural**, assegurando que o desenvolvimento aumenta o controlo dos locais sobre as suas vidas, sendo compatível com a cultura e os valores das pessoas por eles afetadas, mantendo e reforçando a identidade da comunidade (Joaquim, 1997: 194);

**3 - Sustentabilidade Ecológica**, que garante a compatibilidade entre o desenvolvimento e a manutenção dos processos ecológicos essenciais (Joaquim, 1997: 194).

Kaae (2001:62) defende que “nas políticas de turismo das últimas duas décadas a problemática dos impactos do turismo de massas, que surge associado ao seu apogeu nos anos 60/70, originou uma falta de respostas à saturação e à massificação turística que continua a alcançar novos destinos turísticos, mas que pode originar a criação de novos produtos turísticos”.

O Turismo Sustentável distingue-se do Turismo de Massas, pelos seguintes aspetos (Kaae, 2001:56):

- . Utiliza recursos que pertencem ou são geridos pelas comunidades de acolhimento;
- . Baseia-se em empresas de pequena dimensão;
- . Privilegia a interação entre populações locais e os visitantes;
- . Preocupa-se com um desenvolvimento que não destrua o meio ambiente;
- . Caracteriza-se pelo autêntico, assente nas potencialidades locais.

A responsabilidade, como valor codificado do Turismo, está subjacente num protocolo ético entre indústria turística, turistas e comunidades de acolhimento. A mesma tem por base a responsabilidade individual e coletiva com vista ao desenvolvimento de um turismo sustentável, onde a economia, ecologia e cultura se desenvolvem harmoniosamente, preservando o legado das gerações futuras (Southgate, 1990:120).

A operacionalização do conceito de Desenvolvimento Sustentável, no que se refere ao turismo, mantém as grandes componentes da oferta turística, nomeadamente: infraestruturas; acessibilidades; recursos naturais e culturais; alojamento; hospitalidade; operadores turísticos; guias turísticos e serviços de informação e promoção. Deste modo, o Turismo, surge como responsável, mantendo os atuais atores

do sistema turístico com maior predominância nas parcelas de gestão relacionadas com o planeamento e o ordenamento do território (OCDE, 2009:26).

## 1.2 Conceito do Desenvolvimento

Com base na análise histórica, percebemos que o conceito de Desenvolvimento, antes mesmo de ser encarado como tal, tinha já uma componente economicista (Sen *et al*, 2009:34).

De acordo com Amaro (2003:33), “esta unidade que se vai constituindo no seu processo, tem vindo a pesar cada vez mais sobre as práticas quotidianas dos homens em todas as sociedades, economias e civilizações do mundo e sobre esta perspetiva, o mundo afirma-se sob o signo dos diferentes”.

Um dos momentos históricos que mais ressaltou a propósito do conceito de Desenvolvimento é o que deu origem às sociedades industriais, a industrialização teve a sua assunção em Inglaterra, utilizando a terminologia proposta por Rostow (1995:174). Desta forma, tivemos o surgimento da revolução industrial, que pode ser vista como um arranque para o crescimento autossustentado (*take-off into a self-sustained growth*), como um período durante o qual a estrutura fundamental da economia, tal como a estrutura da revolução social e política da sociedade, se transformou de tal maneira que a partir daí se pode manter regularmente um ritmo contínuo de desenvolvimento (Clarke, 1997: 37).

Segundo Sen *et al*. (2009: 36):

“este arranque só foi possível pela ação das autoridades políticas, através de uma planificação mais ou menos estreita da própria economia, enquanto no século XVIII teve de se realizar através de uma revolução que pôs a burguesia à cabeça das decisões económicas, no seu sentido estrito, a revolução industrial não pode isolar-se das condições sociais do seu começo, que são as condições capitalistas”.

Esta revolução, cuja manifestação económica é o triunfo do capitalismo industrial, não é mais que uma consumação do processo iniciado com o capitalismo comercial (Bateman, et al, 1994:23). Originado também pela burguesia dos séculos XVI e XVII, conseqüentemente, deu origem a mudanças em diversos setores, como: indústria, agricultura, pensamento, filosofia e política, no entanto, e segundo (Bauer, 2001:71) “graças à revolução industrial, instalou-se mecanismos de trabalho organizativos, quadros conceptuais, que possibilitaram o acesso a quantidades e a variedades de produtos para a satisfação das suas necessidades”.

A solução para este período da Humanidade, cujo objetivo se centrava na abundância e no bem-estar, surgiu associada às novas possibilidades tecnológicas, produtivas e políticas sustentadas pela Revolução Industrial, verificando-se uma evolução contínua, designada por Desenvolvimento (Amaro, 2003:56).

Até este momento, o Desenvolvimento era algo baseado no bem-estar e na capacidade de produzir bens para satisfazer as necessidades dos demais. A partir daqui centrou-se numa sociedade diferente, baseada na informação, nas comunicações e na participação (Harrison, 2000). As principais

características do conceito de Desenvolvimento mais predominante entre outras no pós-guerra (Sen et al, 2009:76) são:

**Crescimento Económico**, o Desenvolvimento assenta em aumento quantitativos de capital, de investimento, de técnica, de produção, de vendas, de lucros e de acumulação de capital que possibilitam o enriquecimento;

**Produtivismo**, existe a necessidade de promover aumento de produção, de forma a obter o lucro e o crescimento, conseguido através do tecnologismo;

**Tecnologismo**, lógica de inovar continuamente do ponto de vista técnico;

**Individualismo**, a valorização dos interesses pessoais e individuais em relação ao coletivo. A tendência de se privilegiar e valorizar o individualismo enquanto forma de se atingir o sucesso e forma de competitividade nas interações entre indivíduos (Harrison, 2000:234).

As Teorias do Desenvolvimento criaram uma espécie de etnocentrismo, ao desenvolverem as suas ideias e ao estabelecerem sistemas de pensamento em conceções económicas clássicas que ignoravam a realidade socioeconómica das economias ocidentais capitalistas, que proporcionavam na altura desigualdade social entre os povos divide economicamente o mundo dos países desenvolvidos e industrializados e o mundo dos proletários e subdesenvolvidos (Sen, 2009:67).

Todas estas evoluções se devem a um conjunto de circunstâncias propícias que deram origem à transformação de mentalidades, com mudanças e aparecimento de novos comportamentos e valores, onde o Racionalismo e o Desenvolvimento começam a influenciar a vida económica, social e política, tanto a nível interno como a nível externo (Prada, 199:84).

### **1.2.1 Das Formulações do Crescimento ao Desenvolvimento Económico**

O progresso da economia não se realiza somente pelo crescimento, é ainda necessário que os restantes setores da economia cresçam harmoniosamente de forma a permitir o equilíbrio desejado no tempo (Baptista, 1990: 67). No entanto, é necessário que exista uma rede económica geral bem distribuída, que permita o melhoramento contínuo, como condição necessária e indispensável para o conjunto de atividades económicas que contribuem para melhorar os níveis e as condições de vida da coletividade comunitária (Samater, 1986: 25).

Para estimular o Desenvolvimento Económico é necessário um conjunto de produtos e de receitas em função dos recursos e das disponibilidades globais internas, como suporte e em função das interdependências com outros países de cooperação para desenvolvimento económico (Conceição, 1998: 123).

Forte (1998:47), refere que “para obter estes fins, ao mesmo tempo que há uma distribuição dos rendimentos equitativos entre os indivíduos, é necessário instaurar estruturas e instituições sociais, políticas e económicas adequadas”. Para além de uma adaptação de comportamentos, mentalidades e papéis sociais que possam incentivar o desenvolvimento económico é necessário um desenvolvimento social, bem como, um progresso da sociedade, através de um conjunto de reformas estruturais,

transformações das instituições e mudanças de mentalidade necessárias para se obter um dinamismo de progresso (Filipe, 1995: 28). Como temos vindo a referir, o conceito de Desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas ciências sociais, mobilizador de vontades, de mudanças e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de bem-estar social, quer a nível interno como na relação externa existente entre os povos e o próprio Desenvolvimento Humano (Sen *et al*, 2009:134).

Entende-se por Desenvolvimento Económico, ao contrário de crescimento económico que se caracteriza apenas pelo aumento dos níveis de riqueza de um país e medido pelo aumento do seu produto interno bruto (PIB) *per capita*, a melhoria das condições de vida da população, algo que não se traduz simplesmente por um aumento da riqueza. Para estarmos perante uma situação de Desenvolvimento Económico é necessário que, os mecanismos de importância económica, social, política e institucional, tanto privados como públicos, se efetivem de modo a alcançarem uma situação de melhoria do nível das condições de vida da população em geral. Desenvolvimento Económico nessa visão implica, uma subida do bem-estar social geral, acompanhada por mudanças estruturais, tanto a nível educacional, como pelo aumento da qualificação da mão-de-obra e alfabetização e do nível de organização de produção e da sua eficácia e eficiência (Rostow, 1995:74).

## **1.2.2 Novos Conceitos de Desenvolvimento**

Segundo Anand (et al, 1995:145):

“a industrialização foi conseguida em muitos países, mas nem sempre da forma esperada ou com os resultados ambiciosos, nalguns casos, as multinacionais protagonizaram o processo de industrialização, de investimento de capital, de transferência de tecnologia, de absorção de recursos naturais e de captação de mão-de-obra barata pouco ou nada especializada, o crescimento defendido pelas abordagens teóricas economicistas foi uma realidade mas não para os países subdesenvolvidos”.

Tendo-se revelado particularmente proveitoso, para as firmas transnacionais que conseguiram reduzir custos e riscos, penetrar em mercados externos na sua rede de influências e ainda aumentar a sua capacidade lucrativa com base na gestão eficaz e de objetivos predefinidos (Hatem, 1990: 89).

Em muitos casos os estados nacionais tenderam a viver situações de empobrecimento financeiro e de fragilidade, atingindo um progressivo endividamento face ao exterior. As populações foram sacrificadas em favor de processos produtivos promotores de crescimento para entidades externas ao país e os recursos naturais devastados ou deteriorados (Conceição, 1998). O desenvolvimento baseado no crescimento económico, que supostamente produziria por indução mudança social, foi alvo de críticas por não se verificar adequação entre as formulações teóricas gerais e as realidades específicas esperadas (Amin, 2002:78).

A conceptualização de Desenvolvimento sofreu alterações ao longo do tempo, permitindo rever as formulações teóricas e as estratégias definidas, até aqui marcadas pelo etnocentrismo. A revisão prendeu-se com a ineficácia dos modelos economicistas que originaram desilusão face às expectativas criadas aquando da proclamação da década do desenvolvimento e com a tomada de consciência das crises com repercussões significativas de âmbito social e ecológico (Lima, 2002:27). Paralelamente, registou-se uma drástica redução dos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento, contrariando o compromisso dos países industrializados, como resultado da situação social e política vivida nos países do Norte, evidenciando a emergência de problemas e de crises de diversas naturezas (Lima, 2002:27).

Samater (1986: 68) escreve que

“nos finais da década de 60 tornou-se perceptível ao nível internacional, uma crise económica de falência do modelo de acumulação e de produção, favorecendo o ressurgimento de princípios económicos liberais”.

A crise económica, sentida pelos países do Norte, foi agravada no início da década de 70. Samater (1986: 76) refere ainda que:

“pela situação petrolífera, os choques e as consequências decorrentes do excesso de petrodólares com acumulação concentrada e sem que se verificasse o reinvestimento consequente, por outro lado, o desenvolvimento foi alvo de uma nova problematização traduzindo a emergência de uma consciência ambiental, inicialmente ligada aos relatórios apresentados no Clube de Roma e à realização da Conferência de Estocolmo, no seguimento desta constatação, a abordagem do desenvolvimento dos países do Sul foi alterado, passando a equacionar-se e a valorizar-se outros princípios conceptuais”, não sendo objeto de aprofundamento, mas sim, a título de conceitos ao longo deste capítulo, tais como, o Desenvolvimento Económico, o Desenvolvimento Humano e o Desenvolvimento Sustentável.

### **1.2.3 O Conceito de Desenvolvimento Humano**

O paradigma do Desenvolvimento Humano tem como fundamento a promoção de um ambiente favorável de modo a que qualquer cidadão possa beneficiar de uma vida longa, com saúde e criativa que possibilite o alargamento das escolhas pessoais e garanta a liberdade para a sua modificação ao longo do tempo (Amaro, 2003:45).

Kovacevic (2010b), ao definir o conceito de Desenvolvimento Humano, refere que:

“centrou-se na constatação da existência de desequilíbrios no crescimento, no rendimento e na riqueza socioeconómico, a base do processo era as pessoas, atribuindo-se particular importância às necessidades da população local, aos seus desejos e aspirações, às escolhas e opções”.

O crescimento, analisado com base nos acréscimos de rendimento, surge enquanto mecanismo que confere a possibilidade de escolha ao indivíduo, entre uma multiplicidade de opções, e como forma de aumentar o seu bem-estar social (Sen *et al*, 2009:145).

Este paradigma de ligação depende fortemente da qualidade e distribuição do crescimento e não apenas na sua quantidade, sendo que a intensificação desta relação apenas será possível através de uma maior reestruturação do poder político e económico (PNUD, 2010:14).

Esta reestruturação terá que ser feita com base em princípios como: mover as pessoas para o centro das preocupações; ver as pessoas como um fim, sem negligenciar o meio, ou seja, o modo como se assegura a possibilidade da expansão das suas escolhas ser parte integrante; abranger de igual forma toda a sociedade, desde a esfera económica, política, cultural à social, bem como, assegurar a formação dos indivíduos e permitir o acesso equitativo às oportunidades individuais e coletivas (PNUD, 2008:14).

Anand *et al* (1995:48), referem que:

“ o índice do Desenvolvimento Humano foi um elemento estratégico na nova abordagem, já que simboliza a mudança no pensamento, ainda que não capte plenamente a riqueza do conceito do desenvolvimento humano, como medida composta da saúde, da educação e do rendimento, o índice do desenvolvimento humano avalia os níveis e o progresso, usando um conceito de desenvolvimento muito mais amplo do que o permitido pelo rendimento por si só”.

Tal como acontece com qualquer medida agregada, simplifica e capta apenas uma parte do que envolve o Desenvolvimento Humano (Shanim, 1997: 57). Ao longo dos últimos 20 anos, o conceito de Desenvolvimento Humano recebeu inúmeras críticas. Alguns levantaram problemas em relação à sua elaboração e composição e outros sugerem que devia ser ampliado para incluir mais dimensões, desde a igualdade de género à biodiversidade (PNUD, 2010:56). Por outro lado, o Desenvolvimento Humano não se pretende constituir como um indicador inatacável do bem-estar, mas como uma forma de redirecionar as atenções no sentido do desenvolvimento antropocêntrico e promover o debate sobre como fazer progredir as sociedades (Filipe, 1995: 76).

Quanto mais discutirmos o que deve ou não ser incluído no Desenvolvimento Humano, mais sentido faz aglomerar categorias distintas e definir quanta importância se deve atribuir a cada uma delas e como obter mais e melhores dados. Deste modo, mais o debate se afasta da concentração exclusiva de atenção no crescimento que impregnava o pensamento sobre o Desenvolvimento (Southgate, 1990:42).

#### **1.2.4 A Relação Entre Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentável**

De acordo Sen *et al*, (2009:88)

“não é possível separar o desenvolvimento humano e o desenvolvimento humano sustentável, o universalismo que remonta está no âmago do desenvolvimento humano, requer que garantamos às gerações futuras a mesma atenção concedida à atual, o desenvolvimento humano tem a ver com a habilitação das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis, instruídas e gratificantes, o desenvolvimento humano sustentável tem a ver com a garantia de que as gerações futuras possam fazer o mesmo, o mesmo se não for sustentável, não é verdadeiro desenvolvimento humano”.

Aspectos essenciais do Desenvolvimento Humano como a educação, são por vezes tratados meramente como instrumentais, como capital para a produção de fluxos de utilidade futuros. A ênfase do Desenvolvimento Humano na multidimensionalidade complementa as abordagens convencionais, lembrando-nos que é tão importante debater o que deve ser sustentado, como e o modo de o fazer. Este requer assim, que as pessoas tenham a liberdade e as escolhas para satisfação de necessidades, desejos e carências. Considerando que as pessoas que ainda não nasceram não podem tomar decisões por si próprias, podemos hoje preservar as condições para a sua atividade futura, visto que, o Desenvolvimento Humano também assinala que a equidade intrageracional é tão importante como a intergeracional (Sen *et al*, 2009:32).

O marco de referência do Índice do Desenvolvimento Humano, segundo Southgate (1990:07):

“tem sido um importante fator no seu contínuo sucesso, desde o seu lançamento, tem atraído as atenções dos meios de comunicação, do público em geral, das organizações da sociedade civil, dos investigadores e dos governos de todo o mundo, o relatório do desenvolvimento humano de 2010 introduziu algumas inovações cuidadosas no índice do desenvolvimento humano sem lhe retirar a simplificação e a familiaridade, sendo as principais três dimensões e quatro indicadores das componentes do desenvolvimento humano”. Conforme sistematizado no quadro seguinte:

### **Quadro 1.3: Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano**

#### **TRÊS DIMENSÕES**

Saúde  
Educação  
Padrões de Vida

#### **QUATRO INDICADORES**

Esperança de vida à nascença  
Média de anos de escolaridade  
Anos de escolaridade esperados  
Rendimento bruto nacional *per capita*

**Fonte: (PNUD, 2010).**

O Índice de Desenvolvimento Humano permanece como uma medida agregada de progresso nas três dimensões no quadro acima referidos: saúde, educação e rendimento (Sen *et al*, 2009:39).

No relatório de IDH de 2010 notou-se que:

“modificou-se os indicadores usados para medir o progresso na educação e no rendimento e alterou-se a forma como são agregados na dimensão do conhecimento, a média de anos de escolaridade substituiu a alfabetização e as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperado, os anos de escolaridade que uma criança pode esperar receber se as taxas de matrículas permanecerem iguais, a média de anos de escolaridade é estimada com maior frequência para mais países e permite uma melhor distinção entre países, enquanto os anos de escolaridade esperados são consistentes com a recomposição desta dimensão em termos de anos” (Anand *et al.*, 1995:78).

Assim, a média geométrica dos três componentes da dimensão de Desenvolvimento Humano indica que o fraco desempenho, em qualquer das dimensões, reflete o Desenvolvimento Humano, não existindo uma substituíbilidade perfeita entre dimensões. Verifica-se que a prática de usar o registo do rendimento é mantida, como instrumento para o Desenvolvimento Humano, mas que os rendimentos

mais elevados têm um contributo decrescente para o mesmo e alteraram-se os valores máximos de cada dimensão para o máximo observado, em vez de um ponto de corte pré-definido para lá do qual as realizações são ignoradas (Sen *et al.*, 2009:48).

O Desenvolvimento Sustentável teve as suas primeiras manifestações nas décadas de 70 e 80 em conferências internacionais, embora uma verdadeira conceptualização seja apenas apresentada em 1987, no relatório *Brundtland (Our Common Future, 1987)*, publicado pela *World Commission on Environment and development*, convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Desenvolvimento Sustentável, apresentado neste contexto, demonstra ainda hoje os mesmos elementos com que foi definido inicialmente.

O Desenvolvimento Sustentável, caracteriza-se assim, por um desenvolvimento justo e equitativo, que possibilita a oportunidade de acesso e uso de recursos para todos os membros da sociedade, tanto no presente como no futuro, tendo como objetivo assegurar um desenvolvimento em que a satisfação das necessidades das gerações presentes não comprometa a capacidade das gerações futuras satisfazer as suas (Sen *et al.*, 2009:56).

A definição de Desenvolvimento Sustentável, citada com mais frequência, é a noção de desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem as suas próprias necessidades, mas na prática, algumas discussões sobre a sustentabilidade centram-se no crescimento e no consumo futuro, outras visam assegurar a sobrevivência das espécies, apesar das alterações climáticas, e outras ainda dão ao ecossistema uma importância intrínseca (PNUD, 2010:37).

Repara-se ainda que, de acordo (AAVV, 2001:112) com o Relatório de Brundtland, a satisfação das gerações atuais, inclui exigências de desenvolvimento económico, produção e distribuição de riqueza, oportunidades de trabalho, exigências de ordem social, cultural, política, relacionadas com a habitação e serviços, bem como, direito à educação e à participação democrática.

Acrescenta-se ainda, que neste mesmo Relatório, há diferentes interpretações de sustentabilidade no modelo de desenvolvimento que podem atribuir um maior peso, aos elementos económicos ou sociais, às preocupações relativas ao equilíbrio ecológico, como também, pôr acento na satisfação imediata das necessidades das populações atuais, ou pelo contrário, nos direitos das gerações futuras (AAVV, 2001:123).

Segundo Partidária (1994:52):

“as noções primárias de sustentabilidade aplicavam-se ao uso e gestão de recursos renováveis, no entanto, como por exemplo, ao uso de madeira, peixes ou pastagens, diz então respeito à taxa ótima em termos económicos de colheita ou produção que pode ser mantida ao longo do tempo”.

## **CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE**

Do ponto de vista geográfico, a República de Moçambique fica situada na África Austral/Oriental, ocupando um território com a superfície total de 799.390 Km, é dotada de 2.515 km de costa no Oceano Índico e faz fronteira com a África do Sul, Suazilândia, Zimbabué, Malawi e Tanzânia, tendo como capital Maputo. O País é composto por 11 Províncias Administrativas repartidas entre três regiões: Norte, Centro e Sul. Em 2012 os dados estatísticos do Banco Mundial estimavam que a população do País seria de cerca de 23,4 milhões de habitantes, com um crescimento demográfico de 1,9% relativamente ao ano anterior. Sendo unanimemente reconhecido como um País dotado de diversas potencialidades para o desenvolvimento do Turismo, mas também de grandes desafios (FMI, 2012: 23).

Em Moçambique desenrolou-se uma guerra civil, que teve início no ano de 1981 e terminou em 1992. Neste contexto, o País encontrava-se numa situação extremamente delicada, apresentando infraestruturas destruídas, uma economia frágil, falta de recursos humanos qualificados e uma grande fragilidade institucional (PNUD, 2010: 45). Nas décadas que seguiram as primeiras eleições livres (1994), o País passou a ser apresentado como exemplo de boa performance económica, obtendo melhoria em alguns indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a reconstrução das escolas primárias, postos de saúde e recuperação de outras infraestruturas de comunicação, obtendo para tal ajuda dos fundos de Investimentos Internacional para o Desenvolvimento. Como resultado destas ações, verificou-se uma importante redução da pobreza absoluta. Apesar desta evolução, a maior parte da população moçambicana continuar a viver abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais têm aumentado, continuando a apresentar um IDH baixo (PNUD, 2010: 45).

### **2.1 Questões Socioculturais**

Moçambique ainda regista uma percentagem significativa de analfabetos, “48 % da população total em 2011” (www.aca2k.org - consultados online em 30 de Junho 2012). Quando analisada em função do género, “constata-se que em 2004, os homens eram mais alfabetizados do que as mulheres (56% homens e 44% mulheres), podendo evidenciar a importância de abandono escolar, devido às condições económicas do agregado familiar” (www.aca2k.org - consultado online em 30 de Junho 2012). Em Maputo, entre “2007 e 2009, houve um aumento de 69 % da taxa de participação das mulheres nas aulas de alfabetização de adultos” (INEM, 2009:08). Importa salientar, igualmente, que em “Moçambique existem programas de alfabetização através da rádio, oferecidos em todas as províncias que cobrem cerca de 245.771 participantes, dos quais 78 % (192.758) são mulheres”.

De uma forma geral, as mulheres são as principais beneficiárias dos programas de alfabetização em todas as províncias e têm a maior presença nos centros de alfabetização de adultos (Perspetivas e África, 2010:11).

O programa de alfabetização, segundo os dados de 2008, mostra que, a taxa de alfabetização entre os 15 e os 24 anos de idade, é superior nas mulheres da região sul de Moçambique, sendo a taxa mais alta

registada na cidade de Maputo (88,2%) e Província de Maputo (75,8%) e a menor na Província de Zambézia (26,8%) e Província de Tete (25,5 %) (www.aca2k.org – consultado online em 30 de Junho 2012). Nas áreas rurais, a alfabetização feminina é de 31,3%, enquanto nas áreas urbanas é de 70,1%.

Segundo o relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do Millennium “a média nacional de alfabetização é de 47,2%, existindo ainda fatores condicionantes no processo educativo moçambicano tais como”: infraestruturas escolares e de apoio ao ensino insuficientes, encontrando-se concentradas nos distritos, nas cidades e capitais provinciais ainda de forma pouco expressiva; materiais e manuais didáticos deficitários, precisando de uma atualização constante face às necessidades e à realidade local e ainda, qualificação dos recursos humanos (PNUD, 2010:46), conforme sistematizado no quadro seguinte:

**Quadro 2.4: Distribuição da População - (2010-2011)**

<b>Faixa Etária (Idades)</b>	<b>Sexo</b>	<b>Número</b>	<b>% Total</b>
De 0-14 Anos	Homens	5295776	45,9 %
	Mulheres	5245485	
De 15-64 Anos	Homens	5550501	51,1%
	Mulheres	6174668	
> de 64 Anos	Homens	313892	3,0 %
	Mulheres	368536	

**Fonte: INEM (2010-2011).**

Importa referir que a estrutura etária da população moçambicana é afetada pelos problemas socioeconómicos de uma Nação que se caracteriza por uma população jovem, dada a elevada percentagem de indivíduos com menos de 15 anos de idade, requerendo, deste modo, mais investimentos em escolas e saúde (INEM, 2009:10).

Um outro ponto importante, que analisamos neste estudo, é o processo de mudanças sociais, políticas e culturais da Sociedade Civil, que podem contribuir para a criação de instituições vocacionadas para o desenvolvimento e promoção da cultura nacional no País e no estrangeiro, nomeadamente, organização de associações e formação de empresas para a divulgação, preservação e valorização da cultura moçambicana (MITUR, 2010:21). Poderá, igualmente, promover-se a educação patriótica e cultural dos cidadãos, para que estes tenham uma maior consciência sobre a importância e valor do património nacional, através do financiamento de ações de formação para os cidadãos nacionais, no âmbito da educação artística e da administração cultural (MITUR, 2010:21).

A Sociedade Civil tem também o direito e o dever de promover, patrocinar e realizar iniciativas culturais, nos vários domínios, tais como, festivais, concursos, debates, mesas-redondas, tertúlias, concertos, exposições e participar em atividades de coordenação e de avaliação do impacto do trabalho cultural na sociedade moçambicana (MITUR, 2010:21). A íntima relação entre cultura e educação pode traduzir-se em termos simples dizendo que a educação (formal e informal) é o veículo por excelência através do qual se transmite a cultura de geração em geração, sendo a família determinante na formação da personalidade do indivíduo (Brito *et al*, 2010: 34). Entre as medidas que visam assegurar a implementação da política cultural através da educação salientam-se as seguintes:

a) Valorização da família e de outros mecanismos informais que participam na educação;

b) Introdução da educação estética no Sistema Nacional de Educação e prática de atividades culturais nas escolas;

c) Utilização das línguas nacionais em certos níveis do ensino;

d) Organização de festivais e concursos culturais nas escolas, para conseqüentemente estas culturas proporcionarem a boa conduta que funcionará como suporte de saber ser, saber estar, saber fazer e saber fazer técnico nas comunicações necessárias com os turistas (Brito *et al*, 2010: 34). Segundo Neto (1998: 47), :

“a ciência e a tecnologia não podem desenvolver-se à margem dos valores socioculturais, uma vez que qualquer tecnologia ou inovação tecnológica é um fenómeno cultural, com impacto e repercussões diretas e indiretas, sobre os valores éticos e estéticos, o modo de vida, comportamentos e ambiente cultural de qualquer sociedade”.

O Governo de Moçambique desempenha o papel de estimular e apoiar o conhecimento e apropriação das novas tecnologias, devendo as mesmas coadunar-se com a realidade nacional e contribuir para a solução dos problemas do País (Martins, 2010: 89). Neste contexto, um conjunto de esforços tem vindo a ser desenvolvidos, com vista ao estabelecimento de uma rede entre instituições de investigação e de ensino para troca de informações na área do desenvolvimento sociocultural.

Entre as tecnologias, merecedoras de particular atenção, situam-se as de informação, incluindo a comunicação eletrónica e a rede de comunicação mundial através de Internet, que contribuem para o acesso rápido a todo o tipo de informações e para a aproximação entre as instituições do mundo e os indivíduos da cultura, ciência, política, negócios, bem como, para a rápida tomada de decisões (Neto, 1998: 47).

## **2.2 Estabilidade Política**

As diversidades culturais e naturais, aliadas à estabilidade política, fazem de Moçambique um potencial destino turístico africano (IPT, 2007:22). É importante referir que o País tem gerido o seu desenvolvimento económico e político com base nas culturas herdadas da estrutura colonial, caracterizada por uma assimetria geográfica semelhante entre o Norte e o Sul e entre o Campo e a Cidade: o Sul mais desenvolvido do que o Norte e a Cidade mais desenvolvida do que o Campo (IPT, 2010:22).

Segundo OCDE (2009:51):

“o Estado, através da execução da sua política orçamental, regula e dinamiza as áreas socioeconómicas mais importantes e cria um ambiente de negócios bastante favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada de acordo com o Decreto N.º 44/2009 de 21 de Agosto (cf. Anexo I), as reformas jurídicas no âmbito da legislação financeira, fiscal, laboral, comercial e da terra, levadas a cabo pelo Governo (Diploma Ministerial N.º 44/2002 de 30 de Janeiro), contribuem significativamente para fortalecer o bom ambiente, com a respetiva atração dos investimentos privado nacional e estrangeiro”.

A capacidade para atrair investimento na agro-indústria, agricultura, turismo, pesca e mineração tem constituído um fator positivo ao longo dos últimos tempos (IPT, 2010:22). Projetos como, o da Mozal, Barragem de Cahora Bassa, Carvão Mineral de Tete e construção de corredores ferro-portuários e complexos turísticos, têm contribuído decisivamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regionais e internacionais.

Em entrevista, o Presidente do Grupo Pestana em Lisboa (cf. Anexo III) destacou a importância da estabilidade política:

“Moçambique é um dos países que começámos a internacionalizar no nosso grupo, identificámos as características necessárias para os países PALOP. Estabilidade desde 1991, na véspera da Paz, sem à Paz não há Turismo. As pessoas procuram praia, gastronomia, culturas, povo hospitaleiro, com características coloniais, mas não implicam a falta de obstáculos para serem resolvidos.”

Também em entrevista, à Diretora de Relações Internacionais do Instituto Português do Turismo (IPT) em Lisboa, referiu (cf. Anexos III):

“Moçambique reúne condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo, devido à sua própria estabilidade política e segurança que favorecem medidas aceitáveis a nível internacional e pela Organização Mundial de Turismo. (cf. Anexos III). Ainda a nível de segurança devo dizer, quando pessoalmente fui a Moçambique em 2010, não tive qualquer tipo de problema e pelo menos visitei Maputo, Beira e Nampula a Ilha de Moçambique onde verifiquei o enorme potencial no turismo moçambicano, e a questão aí está a estabilidade do país conta muito.”

Ainda no seguimento da análise das entrevistas importa salientar que o representante do Grupo Visabeira destacou: “a cultura, a segurança e estabilidade é sem dúvida um dos fatores que convidam ou atraem os turistas para visitar Moçambique.”

O presidente do Conselho da Administração do Grupo Pestana sublinhou que :

“O turismo de negócios não é muito importante, os turistas procuram em Moçambique pela sua estabilidade política e segurança. Moçambique tem turismo não massificado, isto é uma grande diferenciação em relação a outros países (cf. Anexos III). Damos experiências diferentes aos nossos

turistas porque damos floresta e praias juntas, existem poucos pacotes com estas dimensões a nível mundial”.

**Importa referir que, contrariamente ao que era esperado, a partir de 2013 Moçambique enfrenta uma crise Político-Militar, que a comunidade nacional e internacional acredita vir a ser ultrapassada com brevidade através do diálogo entre os líderes dos Partidos Frelimo e da Renamo.**

### **2.3 A Situação Económica**

Em termos macroeconómicos a AICEP (2012:4), refere que:

“Moçambique tem assumido um papel cada vez mais determinante no seu contexto económico, principalmente no potencial fornecimento de energia elétrica para a região e sobretudo pela sua localização geográfica, tem beneficiado da estratégica considerada de uma plataforma de entrada nos mercados do universo da SADC (Southern African Development Community), que agrega cerca de 250 milhões de consumidores”.

Ainda estudos da AICEP (2012: 4) indicam que:

“o país dispõe de diversos recursos naturais, entre os quais se destacam a hidroelétrica, reservas de gás natural, carvão e minerais (ouro, pedras preciosas, titânio e bauxite, entre outros), a costa marítima com cerca de 2.515 Km com vários acessos pesqueiros, que constituem a principal fonte de exportação, até ao desenvolvimento da indústria do alumínio, a distribuição setorial e o seu peso relativamente diversificado, destacando - se o setor agrícola com peso elevado (cerca de 80% de emprego), contribuindo com 26,9% para o PIB em 2010, seguindo-se a atividade financeira (14,4%), o setor de indústria (13,1%), o comércio e serviços (12,2%), os transportes e comunicações (11,7%), a administração, educação e saúde (9,7%), a eletricidade e água (5,2%), a construção (3,8%), a hotelaria e restauração (1,8%) e a indústria extrativa (1,2%)”.

De acordo com o mesmo estudo (AICEP, 2012: 4):

“ao longo dos últimos anos, a economia moçambicana tem revelado uma robustez digna de realce, com a manutenção de elevados índices de crescimento económico (taxa média anual superior a 7% na última década), sinalizando o ritmo de convergência do País em direção a padrões de vida aceitáveis pela comunidade internacional, apesar dos efeitos da subida dos preços internacionais do petróleo e dos produtos alimentares em 2008, bem como, do impacto da crise internacional, o crescimento do produto interno bruto (PIB) atingiu 6,8%, as repercussões da crise económica global conduziram a um abrandamento económico em 2009, tendo-se verificado uma taxa de crescimento de 6,4%”.

As estimativas da *Economist Intelligence Unit* (EIU, 2010:4) indicam que:

“em 2010 e 2011 o PIB cresceu em torno dos 7,2%, apoiado pela dinâmica de vários mega-projetos (alumínio, energia elétrica, gás natural, titânio e carvão), pelo crescimento do setor agrícola (beneficiando de condições climáticas favoráveis e da ênfase que tem sido dada ao investimento e à reorganização do setor) e pela construção de infraestruturas básicas”.

O papel do FMI, no processo de estabilização macroeconómica, tem sido importante através do apoio em vários programas das autoridades moçambicanas, tendo em Junho de 2010, sido assinado um novo programa ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI), com a duração de três anos, que tem vindo a ser cumprido, apesar de derrogações pontuais (AICEP, 2012:06).

A última avaliação realizada pelo “FMI, em Março de 2012, é bastante positiva e aponta para um crescimento da atividade económica na ordem de 7,4% em 2011, apesar de uma assinalável deterioração da conjuntura económica mundial” (AICEP, 2012:6). O FMI (2012: 5), refere que “o ritmo de crescimento da atividades económicas continua a ser bastante favorável, impulsionado pela entrada em funcionamento de diversos projetos, sobretudo nos setores energético e exploração mineira e por novos investimentos em infraestruturas”.

Segundo EIU (2010:5), “a taxa de expansão da atividade económica é de 8% em 2012 e 7,2% em 2011, enquanto o FMI, o Governo e o Banco de Moçambique apontam para 7,5%”. Ainda de acordo com os dados do FMI (2012:5):

“as expetativas do crescimento económico de Moçambique se o desempenho das atividades continuar verificar a mesma determinação atual, as previsões do crescimento entre 2012 e 2015 apontam para os valores percentuais de 7,7% média anual, enquanto que a região deverá apresentar um crescimento médio em torno de 5,5%, de resto, para o período referido e segundo a mesma fonte, Moçambique deverá ser o quarto país com maior crescimento a nível mundial, depois da China (9,5%), Índia (8,2%) e Etiópia (8,1%)”.

Os dados disponibilizados pela AICEP (2012:5), indicam que:

“em 2009, dado o fruto da descida do preço das commodities e da queda da procura e dos subsídios aos preços dos combustíveis, a taxa de inflação não foi além de 3%, a mais baixa da década, no entanto, o aumento dos preços das commodities, particularmente do petróleo, a depreciação cambial do metical face ao dólar norte-americano, ao rand sul-africano e ao euro, e a retirada de subsídios aos preços de alguns bens e serviços de primeira necessidade no caso do (pão, combustíveis, entre outros), provocaram nova pressão inflacionista, que se traduziu numa taxa de inflação de 13% em 2010”.

Os mesmo dados indicam também que (EIU, 2012:5):

“a valorização do metical, uma evolução mais estável dos preços dos produtos energéticos e alimentares nos mercados internacionais e um bom ano agrícola, possibilitaram uma desaceleração do índice de preços em 2011, que se fixou em 11,7%, devendo evoluir para valores abaixo dos dois dígitos nos anos subseqüentes 7% e 6% em 2012 e 2013, respetivamente, de acordo com as projeções da EIU”.

Segundo outros dados de EIU (2009:5):

“as contas públicas moçambicanas denotaram uma melhoria nos dois últimos anos, com o défice orçamental a reduzir-se para 3,7% do PIB (5,4% em 2009), este comportamento traduz, essencialmente, pelo significativo aumento das receitas do Estado, conseguido através do alargamento da base fiscal, da adoção de medidas que permitiram uma maior eficiência da cobrança de impostos e do aumento do investimento, as previsões apontam para uma evolução positiva do défice do setor público, que poderá representar 2,6% do PIB em 2013”.

Ainda a AICEP (2012:6), destaca que:

“para materializar os objetivos constantes do Plano Económico e Social (PES) para 2012, a despesa pública deverá continuar a ser orientada para ações que promovam o crescimento económico, com incidência na área do desenvolvimento rural, combate à pobreza, provisão de serviços sociais básicos, infraestruturas, criação de oportunidades de emprego e de um ambiente de negócios que permita atrair mais investimentos internos e externos.”

Repara-se que a política de reformas dará especial ênfase ao sistema tributário, à dinamização do setor privado, à gestão dos recursos naturais e à administração pública. De acordo com os dados do FMI (2010: 19):

“no que diz respeito à ajuda externa, as estimativas indicam que o valor dos donativos terá atingido cerca de 9,5% do PIB em 2011 (10,7% do PIB em 2010), dividindo-se entre donativos ao orçamento (3,1% do PIB), donativos para projetos de investimento (4,1%) e donativos para projetos especiais (2,3%), existe assim, uma dependência muito expressiva da ajuda internacional, através de apoio direto ao orçamento de Estado, ou investimento em projetos específicos”.

Moçambique encontra-se nos últimos anos na lista dos países com estatuto de grande produtor mundial de gás natural, sendo que a grandeza das reservas estimadas poderá garantir futuramente ao País e de carvão e energia elétrica, que representará uma fonte substancial de receitas. Estes fatores irão permitir ao País depender cada vez menos da ajuda externa e os donativos deverão decrescer gradualmente até 2015 (Previsões do FMI, 2010:17).

Segundo os dados do EIU (2010:16):

“à semelhança dos últimos anos, a atividade dos megaprojetos determinou o comportamento das contas externas em 2010 e o significativo crescimento das exportações de bens produzidos pelos mesmos, que contou com o aumento dos respetivos preços internacionais, refletiu-se numa redução do défice corrente para 10,4 % do PIB.10,4% do PIB”.

A quebra das saídas referentes a lucros e dividendos repatriados e o menor volume de juros pagos pelos megaprojetos contribuíram, igualmente, para a melhoria da balança corrente, reduzindo o défice de serviços e rendimentos (AICEP, 2010:8).

Em 2011 estimava-se um agravamento do défice da balança corrente de 12% do PIB, em virtude do aumento do défice da balança de rendimentos e a subida das importações relacionadas com o investimento, prevendo-se uma inversão desta tendência a partir do corrente ano, uma vez que as exportações e o investimento estrangeiro deverão permanecer fortes (INEM, 2009). A AICEP (2012:6), refere resumidamente que:

“num cenário animador de crescimento, a que se junta a descida da inflação, o Governo continua a procurar manter a gestão macroeconómica prudente que tem sido reconhecida pelas instituições financeiras internacionais, de modo a manter um clima de estabilidade que continua a ser essencial para que o País mantenha um crescimento económico robusto e alcance progressos assinaláveis na melhoria das condições de vida das populações”.

O FMI (2010:7), destacou que:

“em paralelo, as autoridades moçambicanas têm vindo a lançar medidas com vista a favorecer o ambiente de negócios, reformando e modernizando a Administração Pública na simplificação dos processos burocráticos, quer interno, quer externo na entrada de IDE para o setor do Turismo (cf. Anexo I) (Lei N.º 4/2004-Aprova lei do Turismo).

Os principais indicadores macroeconómicos encontram-se sistematizados no quadro seguinte:

**Quadro 2. 5: Principais Indicadores Macroeconómicos (2008-2013)**

Indicadores	Unidade	2008 <sup>a</sup>	2009 <sup>a</sup>	2010 <sup>a</sup>	2011 <sup>a</sup>	2012	2013 <sup>c</sup>
População	Milhões	22,3	22,9	23,4	23,9	24,5 <sup>b</sup>	25,0
PIB a Preços de Mercado	de 10 <sup>9</sup> MZN	240,4	269,4	325,6	350,5	423,5	485,5
PIB a Preços de Mercado	de 10 <sup>9</sup> USD	9,9	9,8	9,6	11,9	15,7	18,1
PIB <i>perca pita</i> (em PPP)	USD	842	888	941	1001	1082	1171
Crescimento Real do PIB	%	6,8	6,4	7,2	7,2	8,0	8,5
Consumo Privado	Var. %	6,4	0,5	1,1	6,6	6,3	6,8
Consumo Público	Var. %	7,5	18,1	2,5	3,3	15,0	3,8
Formação Bruta de Capital Fixo	Var. %	11,3	51,0	22,0	10,0	11,0	12,0
Taxa de Inflação (Média)	%	10,3	3,0	13,0	11,7 <sup>a</sup>	7,0	6,0
Saldo do Setor Público	% do PIB	-2,5	-5,4	-3,7	-3,7	-3,6	-2,6
Balança Corrente	10 <sup>6</sup> USD	-1179	-1171	-1113	-1422	-1720	-1846
Balança Corrente	% do PIB	-11,9	-12,3	-10,4	-12,0	-11,0	-10,2
Dívida Pública	% do PIB	32,2	38,0	42,1	41,8	38,2	35,9
Dívida Externa	10 <sup>6</sup> USD	3450	4169	4483	5058	5328	5795
Taxa de Juro Ativa (média)	%	18,3	15,7	16,3	16,0	15,5	15,0
Taxa de Câmbio / Final do Período	1USD=x MZN	25,50	29,20	32,60	26,26	25,10	25,35
Taxa de Câmbio / Final de Período	1EUR=x MZN	35,49	41,85	43,66	34,51	31,25	41,18

**Fonte: AICEP (2012).**

Notas: (a) **Valores Atuais**

(b) **Estimativas**

(c) **Previsões**

MZN – Metical

É importante reparar que o turismo em Moçambique está a assumir gradualmente o seu potencial na economia nacional, fruto do crescimento dos investimentos ao longo dos últimos anos. O País tem vindo a apostar num turismo sobretudo voltado para a biodiversidade e projetos de conservação da natureza e para o desenvolvimento económico sustentável (MITUR, 2010:69).

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo 2004-2013 e a publicação da Lei do Turismo – dois instrumentos fundamentais para o estabelecimento das bases da política e da estratégia do turismo no país – vêm confirmar a importância atribuída pelo Governo moçambicano a esta atividade (MITUR, 2010:70).

No acompanhamento atento dos dados do setor, verificamos nos registos, que a contribuição do Turismo para o produto interno bruto não ultrapassa os 2,5%, havendo neste caso a necessidade do Governo de Moçambique executar trabalho em instalações de infraestruturas.

A localização geográfica e a beleza natural do País colocam-no numa situação privilegiada e competitiva no mercado turístico africano, sobretudo na África Austral. Apesar do pleno desenvolvimento, este setor enfrentar alguns entraves, designadamente, a deficiência ao nível de infraestruturas, de transportes, instalações sanitárias e abastecimento de água, para além dos elevados preços das viagens, tornando o país pouco acessível aos mercados da Europa e do Ocidente (AICEP, 2012:8).

Em termos de hotelaria, Moçambique tem vindo a conhecer um crescimento considerável, particularmente no que diz respeito aos hotéis de luxo e de primeira classe (OMT, 2011:24).

Em contra partida, ainda se verifica o peso das contas externas refletidas na economia moçambicana, o que denota uma certa dependência em relação ao exterior, sendo um País ainda deficitário em termos comerciais (FMI, 2010:13).

Segundo o AICEP (2010:14):

“o peso elevado das importações em 2009 (incluindo os grandes projetos) na ordem dos 62%, no mesmo período, os valores registados, foram de U\$D 3.928 milhões, quase o mesmo valor (3.918 milhões), obtido no ano anterior com coeficiente de cobertura de 58 %”.

De acordo com os dados do BAD (2010:24)

“o volume das exportações nacionais reduziu significativamente em cerca de 26% em 2009, relativamente ao ano de 2008, determinando a deterioração da balança de pagamentos no comércio internacional, que já vinha sendo negativa, porém, justificado pelo impacto da crise financeira internacional”.

Os dados do FMI (2012:15), indicam que

“no início do ano 2009, o governo moçambicano previa a exportação total de bens nacionais correspondente a U\$D 2.926 milhões, o que representaria um aumento em cerca de 8,5%, em relação às exportações de 2008, correspondente a U\$D 2.688 milhões”.

Os dados da AICEP (2012:09), referem que:

“em Setembro de 2009, as transações comerciais com outros países obrigaram a fazer o reajustamento nas previsões para U\$D 1.952 milhões, que seriam alcançados até Dezembro de 2009, o que representa a queda das exportações em 26%, comparado com ano de 2008, verificada esta baixa, o Governo atribui a queda das exportações globais realizadas, incluindo os grandes projetos à redução em 38,8%, correspondente a U\$D 896,7 milhões, valor alcançado em 2009 e, ainda as exportações dos restantes sectores da economia que não integram os grandes projetos baixaram 33% em 2009, comparativamente em 2008, que teve o valor de U\$D 388,3 milhões”.

De acordo com os dados do FMI (2010:16):

“em 2008/2009, apenas três produtos de exportação (amêndoa de caju, energia elétrica e matérias têxteis e suas obras), mantiveram o seu nível de exportação, os restantes produtos tiveram uma queda assinalável, nota-se ainda que na exportação da energia elétrica, no mesmo período, o Governo obteve ganho fixado em U\$D 197,7 milhões, resultantes do aumento 8% da quantidade exportada em MWh 9 110 879,6, repartidas para dois países de África do Sul em MWh 7 823 953 correspondente a 86% e Zimbabwe MWh 1 286 926,6 correspondente a 14%, respetivamente”.

O AICEP (2012:8), refere que:

“os produtos que registaram grandes quedas em 2009” foram:

- O **alumínio**, cujas receitas alcançadas com a venda de lingotes deste produto reduziu em 47,3%, para U\$D 609,6 milhões, derivado da queda de preços de alumínio no mercado internacional (AICEP, 2012:8);

- O **camarão**, as receitas geradas pelas exportações reduzira em 66,7%, para U\$D 16 milhões, devido à contração da procura no mercado internacional, justificado pela crise económica e financeira internacional (AICEP, 2012:8);

- O **açúcar amarelo**, do qual, entre Janeiro e Setembro de 2009, foram exportadas 84 000 toneladas, menos 39% comparativamente ao período homólogo de 2008, tendo como principal destino os mercados preferenciais da União Europeia em 62%, o que determinou a redução da receita em 31,2% para U\$D 43,8 milhões (AICEP, 2012:8);

- O **algodão, a castanha de caju, o tabaco, os combustíveis e o gás**, são outros produtos em que se verificou uma redução nas exportações, o que provocou o agravamento do défice da balança comercial 2008- 2009 (AICEP, 2012:8), conforme sistematizado no quadro seguinte:

#### **Quadro 2.6: Balança Comercial em Milhões de Dólares (2008-2009)**

<b>Designação</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Exportações	3679	3079
Importações	3918	3928
Saldo Comercial	239	849
Coefficiente de Cobertura (%)	94	78

**Fonte: AICEP (2012).**

## **2.4 Políticas Nacionais e Relações com o Exterior**

O contexto político de um determinado País, como a qualidade da sua governação numa vertente ética, é definido pelo modelo de gestão governativa, tanto a nível nacional, como a nível regional e local e caracteriza-se por estar diretamente relacionado com a decisão e com os resultados da implementação de projetos para desenvolvimento do Turismo de forma mais transparente (Parker e Khare, 2005: 76).

Outro fator, bastante importante, de carácter institucional trata-se da qualidade do enquadramento legal, (cf. Anexo I), que no caso de Moçambique assume a forma da Lei N.º 4/2004, que aprova a Lei do Turismo, do Suplemento da I Série Número 24.

O Turismo interliga-se com o fenómeno de globalização, principalmente pelo fato do seu mercado alvo ser maioritariamente estrangeiro e o seu funcionamento depender de trocas de capitais, serviços e bens. Neste contexto, a relação com o exterior não é apenas económica, é também política, embora muitos defendam que o Turismo seja neutro a este nível, tendo a formação de parcerias a capacidade de produzir mais-valias no campo do desenvolvimento (Korten, 1992: 25).

Na realidade, o Turismo encontra-se fortemente dependente das relações estabelecidas com países terceiros, principalmente com os Países Ocidentais, que são os mercados mais importantes do Turismo desde a sua génese na revolução industrial (Parker e Khare, 2005: 54).

As relações de ação dos Países Ocidentais tomam variadas formas e possuem diferentes motivações na utilização de instrumentos, agindo frequentemente no aumento ou diminuição dos fluxos de turismo para determinados países, através de (Amerom, 2006: 57):

- a) Apoio e até manipulação da imagem dos países, em áreas como a segurança;
- b) Supressão ou criação de rotas para os destinos em questão;
- c) Utilização de ajuda para estimular o Turismo nestes países, por exemplo, através do apoio para construção de infra-estruturas essenciais à estimulação do mesmo.

Amerom (2006: 77), refere que:

“motivos económicos, mas também políticos, tais como, a identificação de políticas implementadas, que orientam a aplicação dos apoios e a intensidade do turismo entre países, que indicam frequentemente o grau da sua proximidade e confiança pelas políticas comuns que ajudam a gestão do turismo com eficiência”.

Para além disso, existem outros instrumentos importantes para a internacionalização de uma empresa, como é referência a Sociedade Financeira para Desenvolvimento (SOFID), que no caso do Estado Português significa 59,99 % do capital social (CCPM, 2011:12). A missão da SOFID é contribuir para a dinamização dos setores empresariais dos países menos desenvolvidos e apoiar as empresas portuguesas nos investimentos para países em desenvolvimento e países emergentes, isolados ou em parceria com investidores locais. Moçambique, enquadrando-se como país em desenvolvimento, reuniu condições para a abertura de zonas estratégicas de investimentos turísticos para todo o seu território, seguindo o Plano Prioritário Nacional (CCPM, 2011:12), conforme zonas sistematizadas:

“Zona Costeira de Matutuine, Parque Nacional do Limpopo, Corredor dos Parques Nacionais de Banhine, Zinave e Bazaruto, Reserva de Pomene, Costa Morrungula, Vilanculos, Praia do Tofo, Cidade de Inhambane, Arquipélago de Bazaruto – Região Sul; Parque Nacional de Noronha, Reserva de Marromeu – Região Centro e Ilha de Moçambique, Chocas Mar, Cidade de Pemba, Ilha de Ibo, Lago Niassa e Reserva doNiassa – Região Norte” (MITUR, 2010:61)

Conforme o plano estratégico do Ministério do Turismo de 2010, refere que para dar “credibilidade às relações Portugal - Moçambique, respeitando os acordos da Região, o Governo moçambicano, definiu medidas para incrementar os índices de crescimento do turismo”, nomeadamente:

- 1) Facilitação da entrada de turistas através de concessão de vistos nas fronteiras;
- 2) Promoção dos corredores de desenvolvimento com destaque para o grande Parque Internacional do Limpopo;
- 3) Revisão estratégica e a definição da Política Nacional no setor do Turismo;
- 4) Integração das áreas de conservação no Turismo para diversificação do produto turístico nacional incluindo os elementos da fauna e flora;
- 5) Concessão de créditos com taxas de juro bonificadas a investidores privados no sector do Turismo através do Fundo Nacional do Turismo;
- 6) Promulgação de nova legislação que encoraja os investidores privados;
- 7) Descentralização do setor através das Direções Provinciais;
- 8) Desenvolvimento de infraestruturas direcionados para os polos de desenvolvimento turístico;
- 9) Capacitação institucional para formação em Gestão Hoteleira e Turismo.

#### **2.4.1 Cooperação Empresarial**

Na Terceira Conferência de Ministros do Turismo da CPLP, realizada em Outubro de 2005 (Luanda-Angola), foram discutidos pacotes sobre o desalento face ao incumprimento das metas propostas para anos anteriores. Os responsáveis, então presentes, manifestaram a sua preocupação pelo reduzido cumprimento das medidas do Plano de Ação aprovado na Segunda Conferência, embora alguns países tenham de forma isolada executado tarefas nele previsto (IPT, 2007:65).

Os Ministros envolvidos, reconhecendo a qualidade do documento produzido nos anos anteriores em Lisboa, estabeleceram que as linhas gerais se manteriam, embora enfatizando algumas das novas linhas de reforço aos planos traçados. Um dos planos mais debatidos centrava-se na formação e qualificação dos recursos humanos, sendo da responsabilidade de cada Estado Membro disponibilizar as suas capacidades no cumprimento desse domínio. Outra das prioridades deixadas como recomendação, durante a Feira Internacional de Lisboa (2006), foi o incremento da cooperação empresarial entre os agentes do setor, tendo este por base a realização de encontros periódicos ou feiras internacionais entre parceiros públicos e privados, os quais constituiriam momentos privilegiados de discussão de diversos temas estratégicos para o desenvolvimento do setor (MITUR, 2010:62).

O novo documento produzido estimulou ainda a troca de experiências no domínio da legislação turística e hoteleira, nomeadamente, os aspetos fiscais e financeiros do planeamento do território turístico, a gestão dos recursos (naturais, económicos, sociais, culturais e institucionais) e a gestão de critérios próprios para cooperação económica e social.

Segundo Galtung (2006:120):

“vários paradigmas de desenvolvimento e numerosas teorias, essencialmente económicas tentam explicar o desenvolvimento, quer por causas endógenas, quer por causas exógenas”. Segundo a Teoria do Take-Off de Rostow (1995), “a modernização; as teorias estruturalistas; dualistas; as teorias marxistas, maoísta, de imperialismo, de dependência e da teoria do determinismo geográfico são ferramentas potenciais que fortalecem a gestão do desenvolvimento”.

Ainda Galtung (2006:120), indica que:

“desde o final da Segunda Guerra Mundial, os países do Norte mobilizaram-se de ajudas públicas para o desenvolvimento dos países em dificuldades, neste processo foram dados como exemplos, no tempo contemporâneo, o aparecimento de diversas crises que afetaram a humanidade de forma constante”.

O objetivo desta rota seria, sem dúvida, o início de um desenvolvimento económico, ligado à noção de progresso, com o alargamento aos nossos dias da tomada de consciência de novas problemáticas humanitárias e ambientais. Assim se introduziu, progressivamente, a conceção de Desenvolvimento Sustentável (Relatório Brundtland, 1987:10).

Em todas estas análises de Desenvolvimento e da procura dos países pelo seu próprio desenvolvimento, como temos vindo a referir, apareceu o Turismo como sendo um meio, satisfatório e de fácil aplicação prática, para que aos mesmos fosse possível atingir objetivos de desenvolvimento económico, social ou ambiental. Partindo desta preocupação surgem as relações efetivas da cooperação Portugal-Moçambique para o setor do Turismo.

No ano de 2007 foram assim reforçados os objetivos de cooperação e desenvolvimento da CPLP, uma comunidade que vê no Turismo uma forte alavanca de desenvolvimento dos Estados Membros, mas que ainda procura melhorar a articulação entre as partes e rentabilizar os recursos disponíveis, de modo a obter-se uma gestão eficaz do setor (MITUR, 2010:69).

A estabilidade, conquistada pelos membros africanos, será seguramente um forte incentivo ao desenvolvimento dos objetivos organizacionais e ao progresso económico e social do grupo, do ponto de vista do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo 2004-2013 (MITUR, 2010:72).

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo e a publicação da Lei do Turismo, constituem dois instrumentos fundamentais para o estabelecimento das bases políticas e estratégicas do turismo moçambicano, vindo-se assim a confirmar a importância atribuída pelo Governo moçambicano ao cumprimento das medidas propostas, não só pela Terceira Conferência de 2005, como também pelas diversas medidas legisladas para o setor.

Relativamente aos impactos do investimento português em Moçambique, como temos vindo a referir ao longo deste trabalho, verificam-se alguns grupos portugueses considerados potenciais investidores no setor do Turismo em Moçambique, especificamente os Grupos, Visabeira, Pestana e Vip Zuriq Hotel.

Importa referir que uma das grandes preocupações desses investidores portugueses com as subsidiárias moçambicanas, prende-se com o processo de transferência e capacidade de absorção de conhecimento (Martins, 2010:46).

No seguimento das entrevistas com Presidente do Grupo Pestana, o mesmo refere que:

“existem processos mais positivos, mais avançados e tivemos que mandar embora algumas pessoas e outras continuaram no grupo isso porque a maioria dos nossos diretores são moçambicanos. Os nossos chefes dos grandes setores a maioria são moçambicanos.” (cf. Anexo III).

Sabe-se que atualmente a aposta dos diferenciais entre as organizações está intimamente ligada ao conhecimento. Em contrapartida, a informação está em todos os lugares, mas o conhecimento é mais difícil de ser percebido numa avaliação global, portanto, o principal valor das organizações não está somente nos seus bens tangíveis, mas também no seu conjunto de talentos e capacidades, enfim, no seu capital intelectual (Nonaka e Toyama, 2002: 26).

Num mercado global cada vez mais competitivo, as empresas estão especificamente interessadas em integrar e capitalizar o conhecimento dos seus funcionários e tornar isso viável quando e onde for necessário.

O conhecimento evidenciado como recurso económico, por intermédio da aplicação da tecnologia, cada vez mais avançada, e mediante a atualização e domínio de técnicas modernas, passou a gerar riqueza no contexto do turismo moçambicano.

Além das considerações acima referidas, deve-se observar também que o homem vive numa sociedade baseada no conhecimento e que suas aplicações produzem efeitos e benefícios intangíveis que agregam valor dentro das organizações transmissoras portuguesas para as subsidiárias moçambicanas.

No que respeita à transferência de conhecimento, o Diretor Comercial do Grupo VIP Zurique refere:

“a nível de transferência de conhecimento para as subsidiárias moçambicanas foram as que mais prestámos atenção, porque todos os trabalhadores beneficiam de formação antes de exercer as suas funções, são enviados para Portugal e depois de formação regressam aos postos de trabalhos em Moçambique. É um caso benéfico para ambas as partes, empresas e os próprios quadros beneficiários” (cf. Anexo III).

Uma vez que a gestão do conhecimento está intimamente relacionada ao fator sucesso na tomada de decisões, o qual tende a aumentar à medida que aumenta a interação entre gestão do conhecimento e as tecnologias de informação, importa referir as aplicações que são transferidas para o setor de turismo moçambicano (MITUR, 2010:73).

O conhecimento criado e partilhado nas camadas sociais, dentro e fora das hoteleiras moçambicanas, também pode auxiliar na geração de inovação dos quadros moçambicanos através do reconhecimento da importância crescente do conhecimento das alterações constantes no ambiente

competitivo à escala global. Porém, na transferência de conhecimento e na aprendizagem organizacional no interior das empresas transnacionais portuguesas para as subsidiárias moçambicanas, as organizações têm de estar preparadas para abandonar o conhecimento tornado obsoleto e passarem a ter, como resultado do desenvolvimento, a adoção de novas tecnologias e processos diferenciados, quer em produtos ou serviços, como em práticas particulares de condução das funções operativas que desenvolvem nas suas atividades quotidianas (Martins, 2010:57).

Ao longo do tempo, a construção de redes de influência sobre os interesses e ações dos gestores e colaboradores moçambicanos, permitir-lhes-á criar novos conhecimentos e encontrar novas estratégias na resolução de problemas. Dado que Moçambique é um país em desenvolvimento, a formação dos quadros moçambicanos, através das empresas subsidiárias, torna-se o primeiro desafio dos investidores portugueses para dar resposta à competitividade no turismo a uma escala internacional (António *et al*, 2008:29).

## CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO: AS RELAÇÕES PORTUGAL MOÇAMBIQUE

### 3.1 Turismo, a Grande Aposta do Governo Moçambicano

As potencialidades de Moçambique para o Turismo têm sido identificadas e reconhecidas a nível internacional devido: às zonas de praias propícias para o mergulho, ao longo de cerca de mais de dois mil quilómetros de litoral; aos parques e as reservas de animais no interior do País; às particularidades socioculturais e ao património histórico construído (MITUR, 2010:74).

Para atrair investimentos estrangeiros, o Governo moçambicano criou o Corredor de Desenvolvimento de Nacala (CDN), junto ao porto daquela cidade, com acesso rodoviário. Apesar das múltiplas e diversificadas potencialidades, existem ainda muitas áreas por explorar, nomeadamente, os segmentos relacionados com a Natureza - contemplação de paisagens, observação de espécies de fauna e de flora - e com a Cultura moçambicana.

Como foi referido anteriormente no Capítulo II, Moçambique é um dos países africanos mais bem-sucedidos no processo de transição política, sendo uma das suas prioridades a nível institucional, o investimento em setores estratégicos, tanto nacional como estrangeiro. Neste contexto, o setor do Turismo enquadra-se no desafio do Governo (MITUR, 2010:75).

O País é conhecido no mundo como “*Pérola do Índico e Joia de África*”, designações que derivam do seu enorme potencial, do encanto das paisagens terrestres, costeiras e marinhas, bem como, da simpatia do seu povo hospedeiro (MITUR, 2010:75). Estas características permitem a Moçambique oferecer um Turismo diferente no mundo.

Nos últimos anos, com a consolidação da paz no País, o Turismo conheceu um novo ímpeto. Os dados estatísticos, da Organização Mundial de Turismo, indicam que em 2005 Moçambique conseguiu registar o maior índice de crescimento de todo o mundo no setor de Turismo por ter atingido os 37% (MITUR, 2010:75).

Importa referir, também, que é na região da África Austral que as tendências de crescimento se revelaram mais animadoras. Estes fatos são consubstanciados pelas políticas de cooperação para a colaboração dos governos dessa região, que incluem a abolição de vistos de entrada entre os países, concessão de vistos únicos aos turistas estrangeiros para diferentes países e a criação de parques transnacionais (DNAC, 2010:07).

O governo moçambicano entende que o desenvolvimento do Turismo deve ser acompanhado de estratégias adequadas que permitam a maximização das oportunidades que possam beneficiar ambas as partes envolvidas no processo de cooperação. Para responder a esse processo foram criados incentivos para os investidores, quer nacionais como estrangeiros (MITUR, 2010:75).

A legislação sobre Investimentos (Decreto Lei N.º 44/2009 de 21 de Agosto) regula o processo de investimento no País em vários setores, este mesmo instrumento estabelece garantias que protegem os direitos de propriedade e mecanismos de transferência de fundos para o exterior sobre lucros exportáveis,

resultantes de investimentos e benefícios fiscais. A política prosseguida pelo Governo procura direcionar os investimentos para as regiões que apresentam o Índice mais baixo de Desenvolvimento Económico (INEM, 2009:22).

MITUR (2010:76), “um investimento feito nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete beneficiam de uma redução na ordem de 80 % das taxas, enquanto nas restantes províncias o benefício é de 65 %, sendo de 50 % nas capitais provinciais” (Artigo 8/3 da Lei N.º 4/2004, de 17 de Junho) (cf. Anexo I).

Do ponto de vista institucional, destaca-se a criação do Centro de Promoção de Investimento (CPI). Estas medidas atuam diretamente na promoção do Desenvolvimento Sustentável do Turismo, bem como, na divulgação da imagem e potencialidades do País. Por outro lado, as missões diplomáticas e consulares, no exterior, também desempenham um papel fundamental na concretização desse desígnio, permitindo a criação de interesse nos investidores estrangeiros pelo País (MITUR, 2010:76).

O ambiente de negócio é atualmente favorável, uma vez que o País conseguiu ultrapassar a crise da guerra e estabelecer a paz. Hoje em dia Moçambique é considerado um dos países bem-sucedidos no processo de transição política no continente africano, realidade que faz com que a comunidade internacional deposite maior confiança nas atuais políticas de desenvolvimento e de boa governação, o que se assume como um dos pilares de confiança dos investidores.

Importa referir que Moçambique continua a merecer a atenção dos doadores internacionais, quer concedendo novos empréstimos, permitem reescalonar ou aliviar a dívida existente, no entanto, os desafios são vários para o futuro (como o combate à pobreza e ao HIV/SIDA). Faz sentido ainda sublinhar, a pertinência das políticas do Governo que caminham para uma crescente promoção das potencialidades do País, tal divulgação permite que o mesmo seja conhecido e visitado por muitos turistas, o que obviamente contribui para o volume de IDE (FMI, 2010:17).

### **3.2 Investimento Português no Turismo de Moçambique**

A construção desta dissertação, partiu da elaboração de uma hipótese fundamental para o seu desenvolvimento, nomeadamente: o Turismo, enquanto fenómeno social, garante o desenvolvimento em Moçambique através das relações estabelecidas com Portugal, que proporcionando novas oportunidades nas áreas da educação, saúde, o emprego, formação profissional e aumento de rendimentos das famílias, resulta na promoção do bem-estar da população. Para tal, pretendemos analisar o turismo moçambicano, mediante as relações que visam as iniciativas empresariais e as políticas governamentais dos dois países, na criação de laços comerciais que ditam a promoção dos investidores portugueses para Moçambique no setor do Turismo de forma estratégica (Pestana, 1998:13).

Atualmente os dois países criaram Câmaras de Comércio denominadas Portugal – Moçambique, com os objetivos estratégicos, de por um lado, olhar para Moçambique como um país de oportunidades para dinamizar a sua atividade turística, comercial e industrial através de

captação de investimentos que contribuam para estruturar a economia nacional, como por outro, observar Moçambique a partir de uma vertente de internacionalização, aproveitando os instrumentos económicos disponíveis para captar investimentos que promovam a qualidade e o desenvolvimento económico de forma positiva, gerando riqueza (Namburete, 2005:86).

É também importante observar que Moçambique atualmente pode ser uma nova aposta para as empresas portuguesas, dado que o mercado interno se encontra em contração, os empresários portugueses olham cada vez mais para o exterior e para a economia moçambicana, que se apresenta como uma atração para o capital de IDE Português ([www.CCPM.pt](http://www.CCPM.pt) - consultado online em 30 de Junho 2012).

Neste panorama, importa referir que as relações Portugal – Moçambique tornaram-se num suporte para o desenvolvimento económico e social do mercado moçambicano, criando oportunidades de negócio para os investidores portugueses (Mosca, 1999:33).

Como anteriormente referido, a existência de potenciais empresas portuguesas que investem no setor do turismo moçambicano, constitui o grupo de referência para o setor do Turismo com IDE para Moçambique (Kaae, 2001:27).

Importa observar igualmente, que para além dessas empresas que apostam no setor do Turismo, existem outras empresas portuguesas, em número considerável, a investir em vários setores de atividades económicas para o desenvolvimento de Moçambique (aqui destacaremos aquelas que já foram referidas com base nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa e que nos permitiram responder a questões pertinentes para esta investigação) (cf. Anexo III).

De modo a manter o foco da investigação, torna-se importante salientar que quaisquer dos grupos de empresas aqui referidas têm como objetivo comum de referência o “*desenvolvimento económico e social de Moçambique e/ou redução da pobreza do povo moçambicano*” (Banco Mundial, 2009:39).

Neste contexto, torna-se necessário fazer um pequeno resumo do capital investido pelos grupos portugueses estudado:

### **3.3 Grupo Pestana**

O Grupo Pestana investe no setor do turismo moçambicano desde a década de 90, tendo investido acerca de 30 milhões de euros entre 1999 e 2007 (Pestana, 2011:14).

Face à expansão da sua atividade no território moçambicano desde 2008, tem reforçado o seu investimento que atingiu 47,5 milhões de euros, em projetos de unidades hoteleiras: Pestana Rovuma Hotel, Pestana Bazaruto *Lodge* e Pestana Inhaca *Lodge*.

No seguimento da entrevista com o presidente do Conselho de Administração do Grupo Pestana, sobre oportunidade de negócio em Moçambique, este destacou que “o risco do negócio em África existe a tendência de recuperar o investimento mais rápido, e do resto o objetivo seguinte é a contabilização dos

lucros. Porém, dada a instabilidade política, não investimos na Guiné-Bissau, em contrário investimos em S. Tomé e Príncipe onde verificamos a estabilidade governativa”.

Seguidamente apresenta-se o valor de investimento do Grupo nos últimos anos, conforme a sistematização do Quadro seguinte:

**Quadro 3.7: Atividades Principais do Grupo Pestana-Moçambique**

<b>Atividades Principais</b>	<b>Região de Investimentos</b>	<b>Capital de Investimentos</b>	<b>Observações</b>
Turismo	Maputo Bazaruto Inhaca	77, 5 Milhões USD	Novos projetos expansão Centro e Norte do País

**Fonte: Grupo-Pestana (2011)**

A equipa Pestana em Moçambique é “constituída por 317 colaboradores e existem ainda 6 colaboradores a trabalhar em regime de Outsourcing” (Grupo Pestana, 2004), conforme informações sistematizadas no quadro seguinte:

**Quadro 3.8: Trabalhadores do Grupo Pestana-Moçambique**

<b>Trabalhadores</b>	<b>Efetivos</b>	<b>Outsourcing</b>	<b>Total</b>
	317	6	323

**Fonte: Grupo Pestana (2010)**

A distribuição “etária dos colaboradores é bastante uniforme e predominante nas faixas entre dos 18 aos 54 anos de idade, 22% dos colaboradores têm contratos a termo e 78% são trabalhadores com contrato permanente ou seja efetivo a tempo inteiro” (Grupo Pestana, 2011:76) como pode ver-se no quadro seguinte:

**Quadro 3.9: Faixa Etária Predominante entre dos 18 aos 54 anos de idades**

<b>Idades</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Dos 18-24 anos	2,5 %
Dos 25-34 anos	20,8 %
Dos 35-44 anos	35,2 %
Dos 45-54 anos	32,7 %
Dos 55-64 anos	7,5 %
Maior de 65 anos	1,3 %

**Fonte: Grupo Pestana (2011).**

No trabalho de campo verificámos que, de acordo com as projeções baseadas nos resultados de um estudo dessa cadeia em 2009/2010, o turismo praticado na Cidade de Maputo, ou seja, na Capital/Sul de Moçambique, movimentou cerca de 143 milhões de dólares e gerou 4.116 empregos diretos. Desta forma, fica evidenciado que o Turismo, embora seja explorado na sua maioria por empresas de médio e pequeno porte a nível nacional, tem uma ampla capacidade de gerar emprego, apesar não suficiente, mas tem

contribuído de forma positiva para a mudança de mínimas condições de vida das numerosas famílias moçambicanas. Vale a pena destacar que em termos quantitativos, os três dos maiores empregadores do setor são: 1.º a Hospedagem (Hotéis), 2.º os Bares e Restaurantes e 3.º o Artesanato.

### 3.4 Grupo Visabeira

O Grupo Visabeira, com 20 anos de presença em Moçambique, realizou investimentos nos últimos cinco anos a rondar os 135 milhões de euros para o setor do Turismo e outras áreas ligadas a atividades, também importantes para o desenvolvimento do País e para o incremento indireto do turismo, entre as quais as Telecomunicações e a Construção.

Desde 2010 que o grupo aposta num projeto de expansão, com a criação de unidades hoteleiras para todas as capitais provinciais e grandes cidades moçambicanas, fazendo um investimento a rondar os 30,5 milhões de euros: Girassol Indy Maputo, Nampula e Unidade Hoteleira de Tete (Grupo Visabeira, 2011:25).

O Grupo Visabeira, admite que o País é o maior mercado internacional do grupo, já que só no ano de 2010, a empresa investiu 10,5 milhões USD, tendo faturado oito vezes mais. Desta forma, o grupo tem grande rentabilização dos investimentos a curto prazo, o que lhe permite ter uma vantagem competitiva (Grupo Visabeira, 2011:25).

Dados estatísticos do Grupo, indicam que entre 2008 e 2009, Moçambique foi o país que mais recebeu investimentos do mesmo, sendo a sua principal intervenção nas áreas da construção, manutenção e prestação de serviços relacionados com infraestruturas (telecomunicações, energia, água, gás). A nível do Turismo, em 2009, o Grupo abriu a segunda fase do *Girassol Indy Village*, que é o maior investimento do grupo em Moçambique. Aqui nota-se, mais uma vez, que o Grupo tem contribuído com destaque e referência para a empregabilidade dos moçambicanos no setor do Turismo (Visabeira, 2010:26).

O Grupo salienta ainda ter em mão alguns projetos imobiliários, nomeadamente, edifícios habitacionais, comércio e serviços. Por outro lado, o Grupo tem estado atento a novas oportunidades de negócios que permitem a abertura de novas frentes, sendo uma das mais recentes a ligação às energias renováveis, *Self Energy*. Ainda em 2010, o Grupo abriu outro serviço que oferece a manutenção de espaços verdes, públicos ou privados, concluindo-se que, para além do setor do Turismo, fonte de análise deste trabalho, o Grupo possui atividades diferenciadas que lhe permite aplicar investimentos de forma polivalente (Visabeira, 2010:26).

Segundo o Grupo Visabeira (2011:26):

“Moçambique é um terreno com todas as condições para continuar a ser, todos os dias aparecem notícias sobre novos projetos e novos interesses, sejam de empresas nacionais ou multinacionais, o Grupo Visabeira observa muitas empresas portuguesas vão para aquele País, sendo mais uma razão

que demonstra haver condições para crescer de uma forma sustentável, a Visabeira já está em Moçambique há algum tempo desde anos 90, possuindo até ao momento uma plena confiança em continuar a apostar com os investimentos para o País”.

Em termos da posição entre os países do continente africano para a Visabeira:

“Moçambique está na primeira posição, no que respeita o volume de negócios, número de trabalhadores, e áreas de negócios, tornando-se assim, o mercado internacional mais importante, mesmo com a crise internacional a prejudicar os projetos das empresas, quando comparados a sua dinâmica e o contexto com outros mercados como, por exemplo, o mercado europeu, notamos que o ambiente em Moçambique é muito mais favorável” (<http://www.visabeiraturismo.com> - consultado online em 02 de Julho 2012).

Os efeitos da crise são heterogéneos, na sua intensidade e o Grupo Visabeira destaca que:

“mostra-se satisfeito ao verificar esta oportunidade de negócio, o Grupo ainda acredita que se não houvesse a crise, o ritmo de crescimentos dos investimentos seria muito superior, na prática, o que se tem notado é no que diz respeito de alguns projetos que têm suporte financeiro internacional, ter havido alguns atrasos e um e outro cancelamento”. (<http://www.paiseconomico.eu> - consultado online em 30 de Junho 2012).

No caso do Turismo, a Visabeira (2010a:78), destaca que:

“afluência de visitantes no País, tem aumentado a cada ano que passa e o Grupo beneficia-se com isso, permitindo as melhorias e aumentos da oferta, dando mais valor para o cliente e mais diversidade de serviços, no caso concreto do Girassol Indy, houve investimento na ordem dos 35 milhões de dólares americanos, que oferece cerca de 300 camas, sendo um número considerável, o Grupo Visabeira tem dois mil trabalhadores em regime efetivo que lhe permite faturar anualmente cerca de 80 milhões USD, o que se considera um crescimento da empresa sustentável na economia moçambicana”.

No que se refere, ao trabalho que o Estado desenvolve com o sector privado, verifica-se uma oportunidade de melhoria, principalmente nas empresas que trabalham para a evolução da sua de eficácia. Importa referir que o Estado, tem no contexto geral, um ambiente favorável para a implementação de mudanças.

Observa-se, de uma forma global, uma mudança radical na atração de investimentos estrangeiros, bem como, na oferta de emprego, para a comunidade local, nas regiões do Norte a Sul de Moçambique, no entanto, registam-se ainda algumas restrições no sistema bancário, que se demonstra, de pequena dimensão para as necessidades de financiamento das empresas (Namburete, 2005:125).

O Grupo afirma ter espaços já concebidos para projetos de engenharia e arquitetura e licenciamento para o arranque das obras na Província de Tete. Os investimentos, em relação aos hotéis, rondam cerca de 25 milhões de dólares norte-americanos. Conforme sistematizado no quadro seguinte:

**Quadro 3.10: Atividades Principais do Grupo Visabeira-Moçambique**

<b>Atividades Principais</b>	<b>Região de Investimentos</b>	<b>Capital de Investimentos</b>	<b>N.º de Empregados</b>	<b>Observações</b>
Turismo	Maputo Beira Tete	135 Milhões USD	2000 Efetivos	Mais projetos em expansão e recrutamento de futuros quadros
Telecomunicações	Nampula		Efetivos e sazonais não especificados	Mais recrutamento/novos projetos
Energia	Maputo Beira	30,5 Milhões		
Água	Tete			
Gás Natural	Nampula	USD		
Construção	Cabo Delgado			

**Fonte: Grupo Visabeira (2011)**

### 3.5 Grupo Vip Hotel Zurique

O Grupo *VIP Hotels* é uma cadeia hoteleira portuguesa fundada em 1978. A sua primeira unidade corresponde ao Hotel *Vip Inn* Saldanha (1983), tendo a inauguração da segunda unidade, o Hotel *Vip Inn* Berna, constituído uma expansão do negócio existente. Em 2005, o Grupo prosseguiu a sua dinâmica de crescente desenvolvimento, adicionando ao seu portfólio três novas unidades, com a aquisição do Grupo Hoteleiro 3K. A última aquisição do Grupo foi o *Hotel Villa Rica* em Lisboa, contando neste momento com vinte hotéis, que formam o universo *VIP Hotels* e operam dentro das marcas: *Vip Grand*, *Vip Executive*, *Vip Executive Suítes* e *Vip Inn*, cobrindo todos os segmentos desta categoria, desde o económico ao superior, nos quais oferecem serviços diversificados (*Grupo Vip hotels*, 2011:42).

O lote de hotéis que possuem encontram-se localizados em: Lisboa, Sintra, Ponta Delgada (em Portugal); Maputo, Beira (em Moçambique) e Luanda (em Angola). O Grupo VIP Hotel Zurique, tem vários investimentos nos hotéis VIP Maputo e VIP Hotel Inhaca na zona Sul. O Grupo encontra, igualmente, expansão na construção de novos hotéis na Cidade da Beira e Tete, na região Centro do

País, tendo capital 100% português (*Vip hotels*, 2011). Na entrevista efetuada o Dr. Raúl Santos, Presidente do Grupo, afirmou: “a construção do hotel na Província de Tete será um projeto de raiz, que teve aquisição do terreno em meados de 2010 e a construção já começou e a abertura está prevista para o final de 2013” (cf. Anexo III).

A escolha de Tete justificou-se pela sua rápida capacidade de crescimento no contexto moçambicano. Além disso, Moçambique merece atenção especial por parte do Grupo português, pois a administração familiar do Grupo VIP tem raízes moçambicanas. As atividades do Grupo apresentam-se, conforme sistematizado no quadro seguinte:

**Quadro 3.11: Atividades Principais do VIP Hotel Zurique-Moçambique**

<b>Atividades Principais</b>	<b>Região de Investimentos</b>	<b>Capital de Investimento</b>	<b>Número de Trabalhadores</b>	<b>Observações</b>
Turismo	Maputo Inhaca Beira Tete	Não revelado	296	Novos projetos em expansão

Fonte: *VIP Hotels (2011)*.

Os investidores estrangeiros continuam a assumir uma posição forte na área do Turismo em Moçambique, na medida em que estes, ao investir elevadas somas de capitais, contribuíram para um crescimento económico de 16% em 2009, o que mostra a competitividade do setor, de salientar ainda que, no mesmo ano se registaram investimentos na ordem dos 222,5 milhões de euros (MITUR, 2010:79).

Sumariamente, um aspeto a ter em conta neste Grupo centra-se na tendência de expansão de projetos hoteleiro e outras atividades relacionadas para as províncias e cidades do Sul e Norte de Moçambique, como temos vindo a referir nos parágrafos anteriores e que se apresenta sistematizado no Quadro seguinte:

**Quadro 3.12: Resumo de Expansão de Investidores Portugueses - Moçambique**

<b>Grupos</b>	<b>Data Implementação</b>	<b>Nº de Trabalhadores</b>	<b>Capital de Investimento</b>	<b>Região de Expansão</b>	<b>Observações</b>
<b>Pestana</b>	1990	323	77,5 Milhões Dólares	Maputo Bazaruto Inhaca	Novos projetos em expansão
<b>Visabeira</b>	1999	2000	135 Milhões de Dólares	Maputo Nampula Tete	Novos Projetos em expansão
<b>VIP Zurique</b>	2005	296	n.d	Maputo Inhaca Beira Tete	Novos Projetos em expansão

Fonte: MITUR (2010)

### 3.6 Informações Sobre o Setor do Turismo em Moçambique

O Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INEM) divulgou as principais informações inerentes à quantidade de movimento de hotéis, pensões e similares no período de 2007 a 2009. O principal objetivo desta divulgação foi proporcionar informações úteis aos investidores, turistas, assim como, ao público em geral. Pretendeu-se igualmente que estas informações atuassem como um instrumento que permitisse caraterizar os impactos do setor do Turismo no País, nesse mesmo período, respeitando a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Ocupação} = \frac{N.^\circ \text{ de dormidas durante o período em referência}}{N.^\circ \text{ de camas} \times n^\circ \text{ de dias do período em referência}} \times 100$$

Na presente publicação estatística do Turismo, a análise de dados é feita a partir de uma amostra de 197 estabelecimentos hoteleiros selecionados de forma aleatória, desenhada a partir do ficheiro de unidades estatísticas (INEM, 2009), conforme sistematizado no quadro seguinte:

**Quadro 3.13: Amostra de 197 Estabelecimentos Hoteleiros (2008-2010)**

<b>Província</b>	<b>Número de Estabelecimentos</b>
Niassa	16
Cabo Delgado	16
Nampula	18
Zambézia	17
Tete	6
Manica	19
Sofala	13
Inhambane	25
Gaza	23
Província de Maputo	9
Cidade de Maputo	35
<b>Total</b>	<b>197</b>

Fonte: INEM (2009)

### 3.6.1 Análise dos Principais Indicadores de Turismo

A capacidade de alojamento dos estabelecimentos observados na amostra aumentou proporcionalmente de 2007 a 2009, como podemos observar na sistematização do quadro seguinte:

**Quadro 3.14: Número Médio de Quartos por Província (2007-2009)**

<b>Província</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Total</b>
Niassa	184	184	184	552
Cabo Delgado	276	305	312	893
Nampula	290	361	334	985
Zambézia	312	301	306	919
Tete	112	114	135	361
Manica	280	284	285	849
Sofala	351	349	365	1065
Inhambane	691	706	691	2088
Gaza	449	448	487	1384
P. Maputo	281	292	293	866
C. Maputo	2026	2032	2241	6299
<b>Total</b>	<b>5252</b>	<b>5376</b>	<b>5633</b>	<b>16261</b>

Fonte: INEM (2007-2009:66)

O número de quartos referidos no quadro acima, para 2007, 2008 e 2009, são correspondentes a 8743, 8928 e 9063 camas respetivamente. Em termos de estrutura de distribuição pelas Províncias, repara-se que a Cidade de Maputo participa com maior capacidade de alojamento em camas no período em análise, seguindo-se Inhambane. As Províncias do Niassa e Tete são as que oferecem menor capacidade de alojamento em camas (INEM, 2007-2009), conforme apresentado no quadro seguinte:

**Quadro 3.15: Número Médio de Camas por Província (2007-2009)**

<b>Província</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Total</b>
Niassa	331	338	343	1012
Cabo delgado	464	516	535	1515
Nampula	394	481	450	1325
Zambézia	456	436	441	1333
Tete	158	162	193	513
Manica	464	469	436	1369
Sofala	565	560	586	1711
Inhambane	1352	1.383	1356	4091
Gaza	872	876	948	2696
Província de Maputo	422	423	423	1268
Cidade de Maputo	3265	3285	3351	9901
<b>Total do País</b>	<b>8743</b>	<b>8928</b>	<b>9063</b>	<b>26734</b>

**Fonte: INEM (2007-2009:46)**

No que respeita às hospedagens nacionais e estrangeiras, no período em análise, importa referir que, a Cidade de Maputo foi a que recebeu maior número de hóspedes, seguindo-se as províncias de Sofala e Inhambane, sendo que, as Províncias do Niassa, Nampula e Manica, são as que têm tido menor número de procura. Este fato prende-se por motivos de localização regional – Norte e Interior da Região e Centro do País - apesar da Província do Niassa ser um dos pontos estratégicos da produção energética da barragem de *Cahora Bassa* e constituir desta forma, um dos potenciais patrimónios históricos e económicos de Moçambique. Salienta-se que a Província de Tete, nos últimos anos, foi alvo de atenções devido a novas descobertas de Carvão e Minerais (MITUR, 2010:78).

Verificam-se, igualmente, diversas lacunas nestes territórios, entre as quais, rede de transportes considerada dispendiosa, mau estado das vias de comunicações e desde 2013, risco de vida devido a conflitos político-militares. Como resposta a estas problemáticas são necessários projetos de reconstrução/manutenção que potenciem a boa circulação de bens, pessoas e serviços que sejam atrativos para a entrada de turistas, de forma equilibrada, entre as regiões Sul, Centro e Norte de Moçambique.

As hospedagens e dormidas totais nacionais e estrangeiras encontram-se sistematizadas no quadro seguinte:

**Quadro 3.16: Hóspedes Nacionais e Estrangeiros (2007-2009)**

<b>Província</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Total</b>
Niassa	14957	14265	12261	41483
C. Delgado	23208	27392	23643	74243
Nampula	11436	12474	11802	35712
Zambézia	23756	23894	23665	71315
Tete	16672	21726	22332	60730
Manica	10213	13155	12185	35553
Sofala	26632	33686	43557	103875
Inhambane	27343	23749	23121	74213
Gaza	17832	19156	17902	54890
Maputo Província	14883	17961	14255	47099
Maputo Cidade	287431	294698	274832	856961
<b>Total do País</b>	<b>474363</b>	<b>50256</b>	<b>479555</b>	<b>1456074</b>

**Fonte: INEM (2009)**

No período em análise, o INEM concluiu que, as dormidas de turistas nacionais e estrangeiros das províncias de Maputo Cidade, Sofala e Inhambane apresentavam vantagens significativas, quando comparadas com as províncias de Tete e Manica, que tiveram menos procura na época, conforme a sistematização do quadro seguinte:

### Quadro 3.17: Dormidas Totais Nacionais e Estrangeiros (2007-2009)

Províncias	2007	2008	2009	Total
Niassa	25214	26403	25914	77531
C. Delgado	37139	46594	36541	120274
Nampula	24111	28643	33675	86429
Zambézia	43275	44523	40682	128480
Tete	19586	22589	24231	66406
Manica	13964	21090	20630	55684
Sofala	70002	79241	74613	223856
Inhambane	91763	67695	60949	220407
Gaza	36528	32566	32609	101703
Maputo Província	35937	49465	32385	117787
Maputo Cidade	474784	474077	542174	1491035
<b>Total do País</b>	<b>872302</b>	<b>892888</b>	<b>924402</b>	<b>2689592</b>

Fonte: INEM (2007-2009)

Os estudos, realizados pelo INEM (2009:48) e Ministério do Turismo, destacaram duas situações importantes:

**1ª Situação:** A taxa total de ocupação, reduzida em 23 % no ano de 2009, comparativamente à taxa total de ocupação do ano 2008;

**2ª Situação:** A Cidade de Maputo teve a maior taxa de ocupação e as Províncias de Gaza e Manica tiveram as taxas de ocupação menos favoráveis em 2009, 9% e 13 %, respetivamente (INEM, 2009:48).

Na situação analisada verifica-se que, apesar do País reunir um potencial para o desenvolvimento de Turismo, ainda existem grandes desafios a serem alcançados por parte do Governo moçambicano, especificamente o melhoramento de vias de acessos terrestres e ferrovias, que servem de ligação para todas as regiões do País e que podem vir a representar um contributo para a expansão equilibrada entre as zonas/regiões de interesse turístico (MITUR, 2010:81). Outro fator importante, que merece destaque, refere-se ao fato das linhas ferroviárias existentes terem sido construídas por interesses comerciais da Costa para o interior do País e as vias para os transportes terrestres terem sido construídas de forma paralela à Costa e limitadas a destinos únicos, como por exemplo: Sul-Norte e vice-versa. Desta forma, estão dificultadas as ligações entre as restantes Províncias (Norte, Centro, Sul, Nascente, Poente, Nordeste, Sudoeste, etc.). Estas condicionantes limitam a circulação de transportes de longo curso com qualidade e flexibilidade comprometendo o conforto dos passageiros, nomeadamente, turistas (MITUR, 2010:79).

As taxas médias de ocupação por Província estão sistematizadas no quadro seguinte:

**Quadro 3.18: Taxa Média de Ocupação (%) por Província (2007 – 2009)**

<b>Província</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Total</b>
Niassa	20,9	21,4	20,7	21
C. Delgado	21,9	24,8	18,7	22
Nampula	16,8	16,3	20,5	18
Zambézia	26	28	25,3	26
Tete	33,9	38,1	34,5	36
Manica	8,2	12,3	13	11
Sofala	33,9	38,8	34,9	36
Inhambane	18,6	13,4	12,3	15
Gaza	11,5	10,2	9,4	10
Prov. Maputo	23,3	32	21	25
Cid. Maputo	39,8	39,5	44,3	41
<b>Total</b>	<b>23,1</b>	<b>25,0</b>	<b>23,0</b>	<b>24</b>

**Fonte: INEM (2009).**

Nos dados do INEM (2009), também disponíveis no Consulado de Moçambique em Lisboa, verificámos a evolução de chegadas internacionais de turistas que entraram em Moçambique, oriundos de pelo menos três continentes: africano, europeu e americano, entre 2005 a 2010. Por outro lado, os principais motivos de viagens, referenciados, são lazer e férias. Importa referir que o quadro seguinte apresenta uma evolução positiva, apesar de 2010, termos verificado um número reduzido de visitantes, comparativamente a 2009. Este fato, porém, pode ter ocorrido por várias razões não especificadas (INEM, 2009:48). No contexto da entrevista com Dr.<sup>a</sup> Zelia Salimo, do Grupo Visabeira, referiu que a “afluência de turistas em Moçambique é baseada em férias, os Turistas procuram Maputo e Parques fronteiras com África do Sul, recursos naturais, culturas, gastronomia, pescas desportivas e músicas, ao contrário comparativamente com Angola, turismo de negócio” (cf. Anexo III).

Os motivos de visita ao País encontram-se sistematizados no quadro seguinte:

**Quadro 3.19: Motivos de Visita (2005 a 2010)**

<b>Motivo de Visita</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Negócio/Conferência	175000	310000	351000	177169	624888	1078036
Lazer & Férias	332800	878300	1032000	3203247	3481239	2122931
Visitas Familiares/ Amigos	12800	140000	159000	350432	504402	198680
Religião	-	-	-	2132	-	31213
Saúde	-	-	-	33525	-	4802
Excursionistas	-	-	-	136475	162173	-
Outros visitantes	376000	430000	488000	665934	723946	118248
<b>Total de Chegadas</b>	<b>896600</b>	<b>1758300</b>	<b>2030000</b>	<b>4568914</b>	<b>5496648</b>	<b>3553910</b>

**Fonte: INEM (2005-2010)**

No quadro de chegadas internacionais, do estudo realizado pelo INEM (2009 e 2010), mostra que o continente africano domina com cerca de 79,6% e 74,1% as entradas em Moçambique. Este fato pode ter como explicação os acordos assinados na região para livre circulação de pessoas, bens e serviços, o que tem facilitado a prática de turismo e as trocas comerciais e culturais entre os países da região. A entrada de outros visitantes justifica-se com a concessão de um único visto para os países da região. Para além de outros países não especificados, que ocupam o segundo lugar nas entradas no País, salientamos os visitantes europeus que ocupam a terceira posição, neste mesmo contexto (MITUR, 2010:89).

Entre os não africanos destacam-se os turistas provenientes de Portugal, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos da América. Apesar de os portugueses representarem um número percentual relativamente reduzido nas chegadas a Moçambique 2009 e 2010 (3.1 % e 1.4% respetivamente), importa referir, que ainda assim, foi o grupo mais importante de não africanos que mais investiu nos projetos de IDE, face às relações de cooperação Portugal-Moçambique para o desenvolvimento no setor do Turismo (MITUR, 2010:89).

A relação de Portugal-Moçambique, para além de cooperação de negócios, beneficia de diversas vantagens, como culturas comuns e costumes de povos que falam a mesma língua, desde a história colonial até aos nossos dias.

As chegadas internacionais, de países de residência permanente, encontram-se sistematizadas no quadro seguinte:

**Quadro 3.20: Chegadas Internacionais de Países de Residência Permanente (2009 e 2010)**

<b>Países de Residência</b>	<b>2009</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2010</b>	<b>2010 (%)</b>
<b>Permanente</b>				
África do Sul	1288819	42.2	946583	51.6
Zimbabwe	965907	23.8	147060	8.0
Suazilândia	207293	9.2	39016	2.1
Malawi	86814	4.4	228092	12.4
Portugal	85267	3.1	25810	1.4
Reino Unido	58450	2.8	50420	2.7
Alemanha	43252	2.2	23409	1.3
Estados Unidos	38702	1.1	61825	3.4
Outros	335768	11.2	313927	17.1
<b>Total</b>	<b>3110272</b>	<b>100</b>	<b>1836143</b>	<b>100</b>

**Fonte: INEM (2009-2010:49)**

Quanto ao peso das chegadas internacionais provenientes do continente africano, para além das razões atrás referidas, Moçambique apresenta outras vantagens, entre as quais, a situação geográfica na África Oriental/Austral e na Costa do Oceano Índico, que facilita a circulação de turistas na região e serve como corredor de entradas e saídas de bens e serviços por meio de transportes marítimos, ferroviários e terrestres para os países situados na fronteira interior de Moçambique (MITUR, 2010:90).

Importa referir, também, que estes acordos favorecem a redução de custos de transportes para esses países, comparativamente aos provenientes de outros continentes, como o europeu, americano e outros, em que a deslocação somente pode ser efetuada por via aérea e/ou marítima através de Cruzeiros, sendo que, este último meio de transporte tem pouca praticabilidade para o destino moçambicano.

No seguimento da entrevista à Diretora de Relações Internacionais do Instituto Português de Turismo sobre meios de transportes em Moçambique, a mesma referiu: “na diferenciação de produtos oferecidos haverá necessidade de articulação nos transportes aéreos da TAP e outras transportadoras, isso porque irá permitir a deslocação de muitos turistas para o País. Visto que neste momento as passagens de aviões de ida e volta a Moçambique são caras.” Relativamente aos serviços turísticos oferecidos acrescentou que “todos os hotéis oferecem condições, o Hotel Polana Caniço após a reabilitação tornou mais luxo, o Hotel Cardoso, o Hotel Tivoli, o Hotel Moçambique e os outros Hotéis de renome, que são geridos pelos grupos portugueses, oferecem melhores condições aceitáveis internacionalmente.”

O quadro seguinte sistematiza a evolução dos meios de transportes utilizados para chegar ao território moçambicano:

**Quadro 3.21: Chegadas Internacionais por Meio de Transportes Usados**

Meios de Transporte Usado	Total	(%)
Carro pessoal/alugado	980797	53.4
Avião	564228	30.7
Autocarro	119448	6.5
Comboio	5402	0.3
Cruzeiro	4202	0.3
Outros	162066	8.8
<b>Total</b>	<b>1836143</b>	<b>100</b>

Fonte: INEM (2010)

No contexto, de visitas por escalão etário, é importante sublinhar que as idades entre 25 a 35 e 36 a 55 anos, classificados de primeira e segunda idade, ou seja, os mais jovens e adultos na idade média, são os que mais visitam Moçambique (MITUR, 2010:91). As principais razões de interesses dos turistas são: lazer e recreação; lua-de-mel; descobertas e condições segurança (pelo menos até 2011/2012). Neste aspeto, Moçambique passa a ser um destino privilegiado na África Oriental/Austral criando-se novas oportunidades para todo o tipo de turista proveniente de diferentes continentes. Importa salientar, que mesmo com a crise de política- militar, vivida no centro de Moçambique principalmente nos últimos meses do ano de 2013, os parceiros investidores, turistas e a população em geral não perderam a esperança de paz e continuidade dos projetos pré-definidos.

Os motivos de viagem ao País por idades encontram-se sistematizados no quadro seguinte:

**Quadro 3.22: Motivos de Viagem por Idades (2010)**

Motivo	Menos de 25 anos	De 25 a 35 anos	De 36 a 55 anos	De 56 a 65 anos	Mais de 65 anos	Total
Lazer/Recreação	84634	311526	575633	82233	24010	<b>1078036</b>
Visita a Familiares/Amigos	16807	66027	97840	12005	6002	<b>198681</b>
Negócios	8403	132654	224491	33614	6002	<b>405164</b>
Saúde	-	600	3601	600	-	<b>4801</b>
Religião	2401	10204	14406	2401	1801	<b>31213</b>
Outras	5402	44518	60024	7803	600	<b>118347</b>
<b>Total</b>	<b>117647</b>	<b>565529</b>	<b>975995</b>	<b>138656</b>	<b>38415</b>	<b>1836242</b>

Fonte: MITUR (2010)

### 3.7 Situação de Emprego no Setor do Turismo

No período de 2007 a 2009, o setor do Turismo em Moçambique, empregou cerca de 80126 trabalhadores de ambos os sexos. Esses dados podem constituir um fator importante na redução do desemprego e da pobreza verificada no País (INEM, 2009:51).

No período em estudo, o peso do Turismo, no total de emprego, foi estimado em 1,8%, comparativamente aos restantes setores de atividades. Apesar da percentagem não ser significativa tem proporcionado a obtenção de rendimentos a alguns cidadãos, melhorando as suas condições de vida significativamente e agindo positivamente no progresso do País (MITUR, 2010:90).

Por outro lado, o Turismo envolve diretamente, pelo menos, 5 subsectores da economia moçambicana, os segmentos de Hospedagem, Bares e Restaurantes, Transportes, Artesanato e Comércio. Outro fator importante, que merece destaque, é a criação de oportunidade de emprego, como atrás foi referido, para as mulheres, embora o seu peso seja ainda bastante inferior comparativamente à mão-de-obra fornecida por homens (INEM, 2009:56). Também importa referir que, embora a situação não seja uniforme em todo o País, sendo que nos grandes centros urbanos a tendência para a participação feminina é maior, observa-se a existência de processos que estimulam a igualdade de oportunidades para ambos os sexos. Este fator é reflexo do processo de revisão legislativa que o País tem implementado em detrimento da abertura da economia de mercado e da criação de novos Ministérios, como o caso desse exemplo o Ministério da Mulher Moçambicana, o Ministério do Turismo, o Ministério da Função Pública, assim como, o Ministério de Combate a Corrupção (desde 2000). Estas inovações governamentais permitem a descentralização de alguns poderes de gestão, o que facilita a melhoria da competitividade, face ao desenvolvimento regional, e da redução da pobreza no País, sendo disso, exemplo a implementação do programa, 7 Milhões de Meticais, que serve para financiar pequenos projetos locais com a participação inclusiva das populações. Na tabela a baixo verificamos o aumento do número de trabalhadores de uma forma significativa em todas as regiões: Norte (Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia); Centro (Sofala, Manica e Tete) e Sul (Inhambane, Gaza, Província de Maputo e Maputo Cidade). Destacam-se as províncias de Maputo Cidade e Inhambane, pois tiveram o maior número de empregados no setor para o período em referência (INEM, 2009:56). As diferenças verificadas entre as regiões, como temos vindo a referir nos parágrafos anteriores, prende-se com a maior procura dos serviços turísticos nas grandes cidades capitais provinciais, criando-se desta forma maiores impactos no emprego e não só. Estas regiões acrescentam mais-valias que atraem investidores nacionais e estrangeiros (IDE) (MITUR, 2010:91).

O Quadro seguinte sistematiza a distribuição de trabalhadores no setor do Turismo ao longo das diferentes províncias moçambicanas:

**Quadro 3.23: Número Total de Trabalhadores no Setor Turismo (2007/2009)**

<b>Províncias</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Totais</b>
Niassa	170	150	1635	1955
C.Delgado	514	407	4156	5077
Nampula	245	250	3083	3578
Zambézia	273	286	3288	3847
Tete	160	155	1627	1942
Manica	197	217	2642	3056
Sofala	406	395	4854	5655
Inhambane	495	1009	10989	12493
Gaza	977	517	6369	8925
Maputo Prov.	521	164	2141	2826
Maputo Cid.	2901	1878	27133	30772
<b>Total País</b>	<b>6781</b>	<b>5428</b>	<b>67917</b>	<b>80126</b>

**Fonte: MITUR (2010:91)**

No seguimento da entrevista realizada com Presidente do Grupo Pestana, o mesmo referiu que:

“África subsariana é uma parte do globo que está despertar muita atenção aos jovens, devido a existência de muitas áreas não exploradas e beneficia as populações, no aumento de rendimento populacional e África tem estas vantagens. Outras vantagens são a língua que todos os países de expressão portuguesa marcam a competitividade cultural comum.”

O presidente acrescentou ainda a questão dos quadros de pessoal do seu Grupo, tendo referido o seguinte:

“situações positivas têm a ver com vantagens e desvantagens, falamos no que diz respeito a falta de mão-de-obra qualificada, no caso de S. Tomé e Príncipe, fazemos um investimento e formamos as pessoas, em Moçambique começámos com 20 quadros e hoje temos apenas 3, visto que todos que lá estão são moçambicanos, e damos formação em Portugal ou no Brasil. Neste setor o aspeto conta, o turista observa o essencial, para nós é a competência, quem trabalha bem em hotelaria tem trabalho para toda a vida, nós temos uma imagem mundial. Moçambique têm diferentes formas de infraestruturas para diferenciarmos e garantirmos a exigência dos turistas” (cf. Anexos III).

### 3.7.1 Volume de Negócios

O boletim informativo relativamente ao volume de negócios apresetado na Cidade de Maputo em Junho de 2011, fez-se um estudo denominado, Observatório do Turismo da Cidade de Maputo, tendo divulgado os dados através do INEM (2009:56).

Como temos vindo a referir ao longo dos capítulos anteriores, os Bares, Hospedagens e Restaurantes são os potenciais consumidores de bebidas de fabrico nacional, acreditando-se que 57 % das cervejas, águas e refrigerantes, comercializadas nos estabelecimentos acima referidos, sejam fornecidas por empresas do território nacional (MITUR, 2010).

Observamos também, mediante a pesquisa realizada neste trabalho, que o volume de negócios, para o setor na Cidade de Maputo, tem tido maior expressão, comparativamente às restantes regiões do País, o que se explica na maior procura turística sentida na capital do País (MITUR, 2010:92). O volume de negócios é apresentado e sistematizado no quadro seguinte:

**Quadro 3. 24: Volume de Negócios Total em Milhares de Dólares (2007-2009)**

<b>Província</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Totais</b>
Niassa	20612	19091	9264	48967
Cabo Delg.	166446	102734	87328	356508
Nampula	81877	54913	54428	191218
Zambézia	76588	38315	43336	158239
Tete	77515	12441	34893	124849
Manica	33725	27887	26641	88253
Sofala	150664	88518	98804	337986
Inhambane	149954	81637	93839	325430
Gaza	102329	55299	56135	213763
Maputo P.	52479	34496	26173	113148
Maputo C.	1500441	1011939	1186286	3698666
<b>Total País</b>	<b>2412630</b>	<b>1527270</b>	<b>1717127</b>	<b>5657027</b>

Fonte: INEM (2009:56)

## 2.9 Projetos de Investimentos

Nos Projetos de Investimentos no Turismo estão incluídos os de aprovação de âmbito central, nomeadamente, instalação de estabelecimentos de alojamento, conservação de parques e reservas nacionais, e constituição de agências de viagens e operadores turísticos (INEM, 2009:56). Torna-se importante destacar que, para além dos investidores portugueses existem projetos de intervenção de fundações privadas que incluem parcerias a nível empresarial, institucional e de cooperação bilateral, salientando-se as realizadas com o governo português através do IPAD (MITUR, 2010:93).

A aprovação desses projetos segue a definição das áreas prioritárias para o investimento, e respeita o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para 2004/2013. Conforme temos vindo a referir no capítulo anterior, verifica-se que uma das principais preocupações do governo moçambicano foi desenvolver uma metodologia para substanciar as prioridades. Esta metodologia tem um caráter consultivo, científico e prático e baseia-se num conhecimento profundo do local, estando alicerçada na

política de turismo e nas prioridades nelas definidas, contemplando ainda a experiência internacional e regional e planejando o desenvolvimento do setor. (MITUR, 2010:93).

Observamos, também, que a aprovação anual desses projetos permite: o aumento do número de quartos, camas, agências de viagens e de empregados, principalmente entre os anos de 2009 e 2010, e a aplicação de incentivos aos investidores (IDE), que tem vindo a intensificar-se com base na Lei do Turismo em vigor, face ao Plano Estratégico para 2004-2013. Esta informação encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

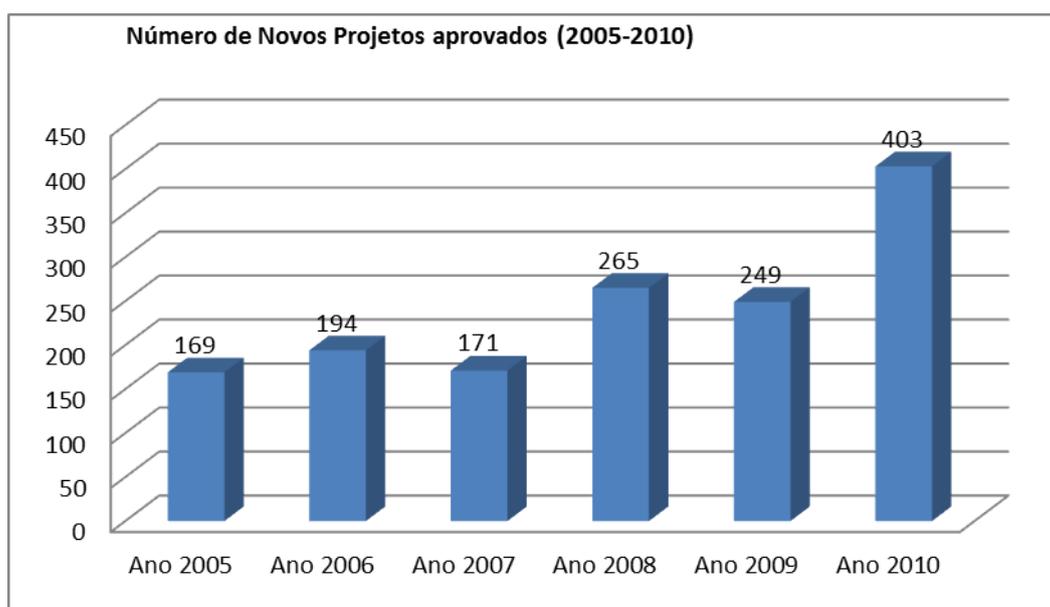
**Quadro 3.25: Projetos de Investimento (2005 – 2010)**

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Projetos Aprovados	169	194	171	265	249	403
Quartos	2704	2899	5252	5376	5634	10527
Camas	2951	5411	8743	8928	9063	18420
Emprego	6199	7293	6781	5428	67917	72419

**Fonte: MITUR (2005 a 2010)**

Em conformidade com a evolução progressiva do setor do Turismo e da implementação de novos projetos, como foi referido no quadro acima, é possível verificar que houve um aumento de investimentos entre 2008 e 2010. Repara-se também que, de 2009 para 2010, o aumento foi aproximadamente de 100% comparativamente aos anos anteriores, tendo 403 projetos sido aprovados, conforme sistematização no gráfico seguinte:

**Gráfico 3.1: Projetos Aprovados (2005/2010)**



**Fonte: INEM (2009)**

### 3. Áreas de Conservação de Interesse Turístico

Verificamos que, nos últimos cinco anos, as áreas de conservação foram valorizadas com a criação de dois novos Parques Nacionais e uma Reserva Nacional, bem como, pela expansão do Parque Nacional de Bazaruto, Província de Inhambane (PNBI) (INEM, 2009). É importante referir que estes espaços são referências e marcas de diferenciação no campo do turismo moçambicano, criando-se, através destes, valores patrimoniais de interesse turístico, para além das praias, safaris, mergulho, entre outras atividades turísticas já reconhecidas. Pretende-se com isto deixar uma nota de reflexão sobre o projeto de reabilitação do Parque Nacional da Gorongosa em Sofala, na região Centro do País, que a médio - longo prazo, poderá inverter o desequilíbrio de atual situação de entrada de turistas pela região Sul, contrariamente às restantes regiões, Centro e Norte do País (Parker *et al*, 2005:90).

É com base neste panorama que em 2007 é assinado, tendo em conta a vontade do Governo, o plano de desenvolvimento de reservas naturais para a exploração turística, marcando um acordo de gestão conjunta, do Parque Nacional da Gorongosa, entre o Governo da República de Moçambique e a Fundação Gregory C. Carr (Cravinho, 2006:63). Segundo Sousa (2010: 23): “outro aspeto importante é o fato de constituir um projeto de restauro de um Parque que nos anos 60 era considerado uma reserva de referência internacional, tendo sido devastado durante a guerra civil moçambicana, representando então uma oportunidade de conservação do seu património e espaço turístico”.

Importa salientar também que, na atual estratégia política nacional do Turismo o Governo da República de Moçambique assume uma aposta de referência, tendo o Turismo, enquanto produto, capacidade para impulsionar a economia no País (MITUR, 2010:96). É preocupação da presente política, uma vez que o potencial turístico do País é baseado principalmente nas atrações da natureza e de negócio, assegurar que o mesmo seja gerido de acordo com os princípios de sustentabilidade ambiental, económica e social, preservando a biodiversidade e garantindo a sustentabilidade do ambiente natural e cultural. Ainda Sousa (2010: 26), refere que “é importante verificar o destaque da importância da presente política uma vez que apresenta áreas prioritárias de intervenção e atuação, na qual inclui áreas de conservação para fins turísticos através do ecoturismo”.

Ainda no desenvolvimento da nossa pesquisa percebemos que os parques e reservas nacionais, de interesse turísticos, se encontram na região do Sul e que um maior número de visitantes têm entrado por essa mesma região que manifesta facilidades nas visitas às áreas protegidas: Maputo, Gaza e Inhambane. Situação contrária se verifica na região Centro e Norte do País (MITUR, 2010:96).

Como referimos nos capítulos anteriores, aquando da caracterização de Moçambique, dos 799.390 Km de território, 164.795 Km são áreas ocupadas por parques e reservas nacionais, sendo que 2.515 km são representados pela costa do Oceano Índico. Este total de 164.795 km e 2.515 km do espaço da costa marítima, necessita de uma boa gestão com base no conhecimento e desenvolvimento do turismo moçambicano (INEM, 2009:57) (cf. Anexo I).

Podemos ainda observar que a rede destas áreas protegidas, cuja cobertura se estende em todas as regiões Sul, Centro e Norte do País, assegura a sua integridade como uma porção representativa da herança natural de Moçambique.

Foi possível perceber, com base nas estatísticas que as áreas protegidas apresentam, que os efetivos de animais se encontram reduzidos devido ao longo período de instabilidade e de conflito armado, que induziu a uma gestão parcial e inadequada dos parques e das reservas nacionais, vindo, a caça furtiva e de subsistência contribuir para baixos efetivos de fauna em: Zinave, Banhine e Limpopo e nas Reservas Nacionais de Marromeu e Gilé, que possuem apenas populações animais fragmentadas (MITUR, 2010:101).

Em análise, importa referir que os Parques Nacionais como: Gorongosa, Zivane, Banhine, Bazaruto, Limpopo e das Quiribas, se encontram localizados nas províncias de Sofala, Inhambane, Gaza e Cabo Delgado, que as Reservas Nacionais como: Niassa, Gilé, Marromeu, Pomene, Maputo e Chimani se encontram localizadas nas províncias do Niassa, Zambézia, Sofala, Inhambane, Manica e Maputo, respetivamente. Nesse contexto, constatamos o enorme potencial de património natural e de fauna bravia existente em Moçambique.

## CONCLUSÃO

No presente trabalho propusemo-nos a abordar o tema central do Turismo e Desenvolvimento através do Caso das Relações Portugal-Moçambique. Partimos da premissa de que o Turismo constitui um meio privilegiado para a promoção do Desenvolvimento Sustentável na República de Moçambique.

No contexto da problemática, a questão de partida, que orientou todo o estudo e que esteve presente desde que definimos o tema, foi: De que formas o Turismo em Moçambique é incentivado pelas relações estabelecidas com Portugal? Tendo, na sequência desta, outras questões sido colocadas, nomeadamente: Quais os principais Grupos Portugueses que se internacionalizaram para Moçambique? e Que benefícios são retidos em Moçambique através destes investimentos?

Na sequência da pergunta de partida, acima apresentada, foi possível definir a seguinte hipótese geral do trabalho, ainda de carácter exploratório (Quivy e Campenhout, 1997: 134):

O Turismo, enquanto fenómeno social, garante o Desenvolvimento em Moçambique através das relações estabelecidas com Portugal, que proporcionando novas oportunidades nas áreas da educação, saúde, emprego, formação profissional e aumento de rendimentos das famílias, resulta na promoção do bem-estar da população.

Com a investigação procurámos apresentar um contributo no sentido de:

- Repensar o conceito de Desenvolvimento no contexto africano (PALOP), com base na análise das especificidades de Moçambique e a partir dos contributos apresentados pelas abordagens alternativas, em particular do Desenvolvimento Humano, e Sustentável;
- Compreender a importância do setor do Turismo na economia moçambicana, identificando as principais potencialidades e os constrangimentos ao incremento do mesmo.

Nesta fase da investigação, confrontámos os resultados obtidos na análise de conteúdo com as hipóteses, para verificarmos se a análise das entrevistas se encontraria de acordo com as hipóteses apresentadas na problemática, nomeadamente, que as relações Portugal – Moçambique no setor do Turismo garantem o Desenvolvimento de Moçambique, o que nos leva a supor que o Turismo pode assumir um papel dinamizador tanto a nível económico, como social.

O Turismo em Moçambique tem um papel fundamental, assumindo-se como uma opção de crescimento económico, muito embora ainda requeira a criação e a modernização de grandes infraestruturas de suporte como forma de potenciar esse mesmo crescimento.

Nas entrevistas individuais com os investidores, foram referenciadas várias potencialidades de Moçambique, no que se refere ao setor do Turismo, nomeadamente: recursos naturais, património histórico e cultural. Desta forma, os entrevistados demonstraram a credibilidade que o Turismo possui, para que se possa afirmar como setor principal de receitas para Moçambique. Não obstante, o País necessita ainda de infraestruturas de suporte para receber turistas de diferentes proveniências e diferentes culturas do globo mundial.

Na hipótese, apresentamos o Turismo como dinamizador económico para Moçambique, viemos, neste contexto, verificar que o Turismo representa um vetor da economia de Moçambique. Assim, através das entrevistas observámos que a hipótese colocada, pois todos os entrevistados consideram que a relação existente entre Portugal-Moçambique no setor de Turismo poderá trazer uma contribuição para o Desenvolvimento de Moçambique a médio e longo prazo.

Relativamente a taxa total de emprego no setor foi estimado em 1.8 %, desta forma a hipótese para o período em análise não confirma.

Entretanto, para que essa situação possa ser sustentada no futuro, torna-se necessária a criação de um vasto conjunto de estruturas – preservação/equilíbrio ambiental e dos ecossistemas, saneamento básico, cuidados hospitalares, acessos rodoviários e ferroviários, redimensionamento de Aeroportos, entre outros – de forma a permitir o desenvolvimento do País, nomeadamente, em áreas como a saúde, a educação, os transportes e comunicações e o emprego no geral.

Relativamente à hipótese apresentada podemos constatar que com o aumento de turistas a economia moçambicana ganha uma dimensão positiva. Para além disso, a saúde também fica beneficiada, uma vez que o Turismo tem de dar garantias a quem visita o País, especificamente, no que se refere aos problemas associados ao Paludismo e a infeções intestinais. No que diz respeito ao Paludismo e à Malária, Moçambique apresenta índices elevados nos avanços para a descoberta do tratamento destas doenças (Comissão Mundial do Ambiente, 1987:7).

A Cooperação Internacional em Moçambique tem feito um grande investimento na área da saúde com o objetivo de minorar os riscos e reduzir o número de turistas infetados com Paludismo. Podemos considerar que esta hipótese pode vir a confirmar-se, se as condições supramencionadas ocorrerem.

No decurso da investigação, optámos pela interdisciplinaridade, quer na análise, quer na síntese, mediante a conjugação dos contributos de diferentes áreas do conhecimento, como a Economia, a Estratégia, a História, a Estatística e a Gestão. Apesar destas opções, acabámos por privilegiar a Economia como área científica principal, valorizando as análises de Desenvolvimento Económico, através da adoção da Metodologia de Estudo de Caso.

Neste sentido, pode dizer-se que houve preocupação em adotar na investigação, formas de aproximar a teoria e a prática, utilizando para tal pesquisas bibliográficas e documentais e recolha de dados.

Para a análise proposta foram apresentados os contributos teóricos de fundamentação dos dois principais conceitos – Desenvolvimento e Turismo – privilegiando-se a dimensão da Sustentabilidade, por considerarmos ser esse o objetivo último da prossecução de qualquer estratégia e em particular do setor do Turismo. Estes conceitos foram analisados criticamente, com o objetivo de identificar a relação entre os dois, ou seja, procurar de que forma a atividade turística pode ser promotora de mudança e de Desenvolvimento nos países de acolhimento dos turistas, neste caso particular em Moçambique.

O conceito de Desenvolvimento foi discutido com a preocupação de apresentar sucintamente as principais escolas e paradigmas, desde a emergência da problemática até às abordagens recentes, que o relacionam com o Humano e o Sustentável. Para este tema não nos foi possível aprofundar na íntegra os

conceitos, pois o princípio de trabalho implicava da nossa parte o foco na relação entre o Desenvolvimento e o Turismo com base nos laços de cooperação Portugal-Moçambique. Em jeito de síntese, podemos dizer que o Desenvolvimento foi definido como um processo de mudança caracterizado pela complexidade, dadas as dimensões que o constituem e as relações de interdependência que se estabelecem. As estratégias adotadas para a prossecução da mudança são diversas, estando dependentes de uma multiplicidade de aspetos, entre os quais, o contexto, as características internas, o percurso histórico, as relações estabelecidas com o exterior, os objetivos esperados (de curto, de médio ou de longo prazo) e os atores envolvidos.

Assim, procurámos também analisar, com um carácter sistemático, a totalidade das iniciativas de turismo em curso promovidas pelas relações Portugal-Moçambique, como a prestação de serviços relacionados com o alojamento, a restauração, a recreação e outras. Igualmente, foi objeto de análise o enquadramento, programação e acompanhamento de grupos na realização de atividades em período de lazer, ao nível dos locais de interesse turístico espalhados no território moçambicano.

Metodologicamente, no início do estudo, procedemos à análise da relação entre as problemáticas do Desenvolvimento e do Turismo que permitissem estabelecer um fio condutor entre a fundamentação teórica/conceptual e o trabalho de campo (entrevistas convencionais). Foi com base nestas questões que procurámos enquadrar informações que acompanhassem a pesquisa, auxiliando a análise do tema selecionado com a inter-relação de dados de forma a especificar as variáveis que foram objeto de estudo.

A metodologia de análise utilizada para a explicitação do conceito de Turismo coincidiu com a anteriormente adotada para o Desenvolvimento, pelo que procurámos apresentar os contributos teóricos mais relevantes. Assim, o conceito de Turismo enquadra-se na perspetiva de setor estratégico e dinâmico, promotor de várias mudanças, nomeadamente, na melhoria das condições de vida das populações envolvidas e no crescimento económico dos países onde é incrementado. Por outro lado, encerra múltiplas oportunidades e viabiliza a modernização das infraestruturas internas, promovendo um aumento dos conhecimentos e da qualificação da mão-de-obra, gerando a criação de novos postos de trabalho e permitindo um aumento no rendimento das famílias. Paralelamente, foi concebido como um meio de valorizar tanto as potencialidades naturais, através do controle da degradação ambiental, decorrente da exploração e do consumo não controlado, como as características culturais, que estão na base do reforço da identidade nacional.

Podemos referir que, apesar de algum desentendimento político nos últimos meses de 2013/2014, as autoridades governamentais continuaram a apostar na construção e reconstrução das infraestruturas que o País vem reclamando.

Por último, importa referir que, se constituíram como estudo de caso para esta investigação três grandes empresas com destaque no Investimento Direto Estrangeiro (IDE) português, para o setor do turismo moçambicano. Estas empresas, nomeadamente, o Grupo Visabeira, o Grupo Pestana e Grupo Vip Zuriq, são das mais bem-sucedidas do mercado, dado que foram pioneiras no setor do Turismo em Moçambique, funcionando há mais tempo com grandes referências em termos de contribuição positiva

para o Desenvolvimento Económico do País. Assim, foram estas referências que nos permitiram a recolha de dados, em estudo de caso, necessários ao desenvolvimento do presente trabalho.

Esses grupos mostraram grande valorização da formação e qualificação dos seus trabalhadores, criando, desta forma, oportunidades para os quadros moçambicanos. Neste contexto, a criação de emprego ocorreu com base em critérios de valorização da diversidade, principalmente ao nível de faixas etárias, e de reconversão profissional. Esta forma de seleção de recursos humanos permitiu a inclusão, na moderna economia geral de mercado, de pessoas de diferentes idades, o que contribuiu para a valorização pessoal dos indivíduos e para o desenvolvimento de projetos de atuação regional e local.

Analisados os casos dos três Grupos, como os maiores investidores no setor, verificou-se que estes apresentam resultados reais na sua atuação, como por exemplo: expansão na instalação de novos hotéis nas capitais provinciais e principais cidades moçambicanas; criação de novos projetos e novos postos de trabalho para a população ativa moçambicana; fomento de novas oportunidades de abertura das vias de comunicação com todo o País e incentivo de circulação e qualificação de mão-de-obra para Moçambique.

O Grupo Visabeira e o Grupo VIP Zurique, além de serem pioneiros no setor do Turismo em Moçambique, têm projetos a serem dinamizados em paralelo pelas agências turísticas nacionais, respetivamente na Província de Tete, zona interior da Região Centro do País, onde se verificam poucos investimentos para a exploração turística. A contribuição destes Grupos é evidente, quer no desenvolvimento como na criação de empregos para aquela região. Estes projetos funcionam como incentivos de atração para turistas e investidores provenientes de diferentes partes do mundo. Verificou-se, nesse contexto, a entrada de novos Investidores Diretos Estrangeiros (IDE) para os projetos minerais na Região Centro e Norte de Moçambique, conhecida, nos últimos anos, como zona de descoberta de carvão mineral e outros recursos naturais.

Em conclusão do nosso trabalho, constatamos que o Turismo em Moçambique está a ser uma das potenciais divisas de crescimento económico e constitui efetivamente uma estratégia que o governo moçambicano deve apostar rumo ao Desenvolvimento, tendo por base as relações de cooperação com Portugal, assim como, com investidores de outros continentes que olham para Moçambique como uma oportunidade de negócio. Assim, a sociedade moçambicana sai a ganhar, tendo disponíveis as oportunidades que esses investidores criam para o Desenvolvimento do País no seu conjunto.

Foi igualmente possível perceber que, o Turismo assume hoje em dia novos desafios, frutos da evolução e organização social do trabalho, e permite novas experiências no contato com a realidade associada ao desenvolvimento das tecnologias de informação e das preocupações sociais e ambientais.

O Caso das Relações Portugal-Moçambique, permitiu-nos perceber que as tendências entre os dois países no desenvolvimento do Turismo, não são necessariamente homogêneas para todos os grupos, sendo possível perceber algumas discrepâncias nos indicadores-chaves. Concluímos também que, o Turismo se afirma, não só como fenómeno de consumo, mas também, como fenómeno de produção de bens de qualidade internacional. O resultado da combinação desses dois fenómenos leva à noção de produto turístico que é tudo o que pode ser oferecido aos turistas: infraestruturas de acesso; alojamentos;

gastronomia; recursos naturais e património histórico e cultural. As acessibilidades são fundamentais para garantir as necessidades dos turistas, sendo os fatores essenciais que permitem aos mesmos, deslocar-se, conhecer, visitar e descobrir os aspetos de interesse disponíveis durante a estadia no país visitado. Estes marcos, são os elementos transformadores da experiência do turista e são estes que irão fazer parte do relato da experiência a amigos e/ou familiares.

Em todas essas vertentes o setor do Turismo apresenta um potencial para o desenvolvimento de Moçambique (através das relações Portugal-Moçambique), sendo possível perceber que a aposta neste setor pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento económico, em virtude das receitas provenientes da entrada de capitais estrangeiros no País.

Referimos, igualmente, que o investimento não se restringe exclusivamente à entrada de recursos financeiros por parte dos turistas estrangeiros, mas implica sobretudo, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) Português para empreendimentos turísticos e infraestruturas, que possibilitam melhorias nas condições de vida, quer dos residentes, quer dos turistas visitantes.

No estudo de caso das empresas investidoras portuguesas, apesar das limitações de alguns dados quantitativos, percebemos que no seu conjunto os três Grupos empregaram, no período de 2005/2010, cerca de 2.619 trabalhadores, contribuindo no aumento de rendimentos e poder de compra das famílias moçambicanas. No entanto, este número de empregados apresenta-se ainda como insuficiente para resolver os problemas de empregabilidade de que o País padece.

Estes dados validam, igualmente, a hipótese fundamental deste estudo, de que o Turismo, enquanto fenómeno social, garante o desenvolvimento em Moçambique através das relações estabelecidas com Portugal, que proporcionando novas oportunidades nas áreas da educação, saúde, o emprego, formação profissional e aumento de rendimentos das famílias, resulta na promoção do bem-estar da população moçambicana.

É também importante observar que Moçambique atualmente é uma das novas apostas para as empresas portuguesas, dado a crise do mercado interno europeu. Os empresários portugueses olham cada vez mais para a economia moçambicana como oportunidade de investimento, constituindo desta forma uma atração do capital de IDE Português, em particular para setor do Turismo.

A análise particularizada consistiu no tratamento dos dados recolhidos através das entrevistas realizadas em Lisboa a um conjunto de diferentes atores privilegiados. Pretendíamos entrevistar mais atores neste contexto, no entanto, tal como já tinha sido supracitado, isso não foi exequível, visto alguns destes não terem demonstrado disponibilidade para tal.

Com base nas entrevistas, foi possível observar que os entrevistados responderam em função da realidade que percecionam sobre o desenvolvimento do setor do Turismo em Moçambique, assumindo uma postura tendencialmente correta a nível político. A maioria dos nossos entrevistados tem em consciência, que o fruto dos investimentos que têm feito no turismo em

Moçambique, à mais de uma década, tem dado bons resultados económicos e contribui, de certo modo, no desenvolvimento do: emprego, saúde, saneamento básico, educação, aumento de rendimento de algumas famílias e expansão das infraestruturas para as atividades de turismo.

Por outro lado, as empresas públicas entrevistadas, possivelmente por estarem envolvidas de forma direta ou indireta nos programas de apoio ao desenvolvimento do milénio para Moçambique, também confirmaram positivamente a preocupação do Governo moçambicano no combate a pobreza. Neste contexto, é ainda necessária a modernização, manutenção e reconstrução de infraestruturas, não só para setor do Turismo, mas também para o País no seu conjunto.

Entretanto, na continuidade da análise do Turismo como forma de desenvolvimento para Moçambique, procedemos a uma aferição mais individualizada das seis entrevistas realizadas (cf. Anexo III).

Importa referir que esta dissertação termina com pistas para reflexões e investigações futuras.

Pelo fato de termos o pleno reconhecimento que o trabalho científico jamais está terminado ou concluído, a investigação permitiu repensar a importância do Turismo no desenvolvimento de Moçambique a partir das relações com Portugal, fazendo surgir novas pistas de reflexão:

Acreditamos que o Governo moçambicano precisa de uma aposta mais forte na política de gestão e de desenvolvimento do Turismo, através da cooperação com países mais experientes no setor.

Igualmente, indicamos como potenciais medidas de ação estratégica: Qual a manutenção acelerada das infraestruturas? Que planeamento de gestão de higiene e segurança, com base na remoção de lixo e drenagem de esgotos, principalmente nas grandes cidades, vilas e zonas rurais; o alargamento ou construção de vias de comunicação a nível do País que o governo preve?; Que projetos de sensibilização das populações para a preservação e conservação do meio ambiente e práticas culturais, e incremento de medidas potenciadoras de sustentabilidade para o turismo moçambicano?

## BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Luís; Angeles et al (2001), *A Sociologia do Ambiente*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Abramovay, Ricardo (2000), “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”, *Economia Aplicada*, 4 (2), pp. 1-14 . Disponível em: <http://dataterra.org.br/Sence/abramovay.htm>
- AICEP (2010), *Agência para Investimento e Comércio Externo de Portugal*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt>
- AICEP (2012), *Agência para Investimento e Comércio Externo de Portugal*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt>
- Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp. 35-70.
- Amaro, Rogério Roque (2003), *Desenvolvimento e injustiça estrutural*, Lisboa, Communio 5.
- Amerom, Marloes Van (2006), “African foreign relations as a factor in Ecotourism Development: The Case of South African”, *Journal of Ecotourism*, 5 (1), pp. 112-127. DOI: 10.1080/14724040608668450
- Anand, Sudhir e Amartya Sen (1995), “Gender inequality in Human Development: Theories and Measurement”, *Ocasional Paper*, 19, pp. 1-10.
- António, Nelson e José Martins (2008), “Transferência de conhecimentos”, *Revista Portuguesa e Brasileira*, 7 (3), pp. 54-70.
- António, Nelson Santos (2008), *Estratégia Organizacional: Do posicionamento ao Movimento*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Baland, Jean-Marie e Jean-Phillippe Platteau (1996), *Halting Degradation of Natural Resources: Is There a Role for Rural Communities?*, Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Banco Mundial (2009). *O Relatório de Estatísticas internacionais. Local, editor*
- Baptista, Mário (1990), *O Turismo na Economia: uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Lisboa, Instituto Nacional de Formação Turísticas.
- Barré, et al (1997), *Culture, tourisme, développement: les enjeux du XXIème siècle, Table ronde d'experts Organisée à Paris, UNESCO/AIEST, Collection culture et développement, Paris.*
- Barros, Henrique de (1981), *Economia e ecologia: dois textos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Bauer, Irmgard (2001). “Tourism and the environment, the other side of the coin”, *Tourist Studies*, 1 (3), pp. 297-314. Boletim Informativo (2006). *S/Vol., nº 126, 27 Fevereiro-Maputo.*
- Brito, Brígida Rocha (coord.) (2009), *Desenvolvimento Comunitário das Teorias e às Práticas*, Lisboa, Gerpress.
- Brito, Brígida Rocha et al (2010), *Turismo em Meio Insular Africano. Potencialidades, constrangimentos e impactos*, Lisboa, Gerpress.
- Bull, Adrian (1994), *La Economía del sector Turístico*, Madrid, Alianza Editorial.
- Carvalho, G. (1998). *A mudança global da zona costeira in Revista Especial Ambiente*, Quercus- Associação Nacional de Conservação de Energia, Lisboa, 6.
- Cavaco, C. (1998). “Turismo moderno, uma atividade estratégica”, *Revista Económica e Perspetivas*, 2 (5).
- CCPM (2011). *Associação de comércio Portugal-Moçambique-Lisboa.*
- Chien, Vu Manh (2007). *Tourisme, croissance et integration dans L'économie mondiale: les apports du concept de developpement durable*, Tese de Doutoramento em Ciências Económicas, La Garde, Université du Sud Toulon-Var, Laboratoire d'Economie Appliquée au Developpement. Disponível em: [http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/25/72/38/PDF/THESE\\_Vu\\_Manh\\_Chien.pdf](http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/25/72/38/PDF/THESE_Vu_Manh_Chien.pdf)
- Clarke, J. (1997). “A Framework of Approaches to Sustainable Tourism”, *Journal of Sustainable Tourism*, 5 (3), pp. 224-233.

- Conceição, Cristina Palma (1998), “Promoção turística e reconstrução social da realidade Sociológica”, *Revista Problemas e Práticas*, 28, pp. 67-69.
- Costa, António Firmino da (1987), “A pesquisa de terreno em sociologia”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Cravinho, J. G. (2006). “*Economy, South African of the Sahara, European regional surveys of the world*, Routledge 35<sup>th</sup> edition.
- Cunha, Licínio (1997), *Economia e Política do Turismo*, Lousa, McGraw-Hill.
- Davenport, Thomas e Laurence Prusak (1999), *Conhecimento empresarial*, São Paulo, Campus.
- DNAC-Gestão e conservação Ambiental (2010), *Observatório do turismo da cidade de Maputo*, 1<sup>a</sup> ed. Editora Escolar.
- Duffy, R. (2006), “Global Environmental Governance and the Politics of Ecotourism in Madagascar”, *Journal of Ecotourism*, 5 (1), pp. 128-144. Economist Intelligence Unit (2009), *Mozambique Country Profile*, The Economist Intelligence Unit Limited, London.
- Economist Intelligence Unit (2010), *Mozambique Country Profile*, The Economist Intelligence Unit Limited, London.
- Elliott, James (1997), *Tourism: Politics and Public Sector Management*, Routledge, London.
- Esteva, Gustavo (1997), “Development”, in Wolfgang Sachs (ed.), *The Development Dictionary: a guide to Knowledge as power* (pp. 1-23), London, Zed Books.
- Filipe, J. L. (1995), “Turismo: qualidade como fator de desenvolvimento”, *Revista Sociedade e Território*, 22, p. 9.
- Forte, Atilio (1998), “A vertente empresarial da estratégia de promoção turística”, *Revista Economia e Prospectiva*, 1 (4), pp. 89-99.
- Frangialli, Francesco (1994). *Secretário-geral da Organização Mundial do Turismo, Madrid, Editora*.
- Friedmann, John et al (1996), *Empowerment – Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Galtung, Johan (2006), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and civilization*, California, SAGE Publications Ltd.
- Greenwood, Ernest (1965), “Métodos de investigação empírica em Sociologia”, *Análise Social*, 3 (11), pp. 313-345.
- Hardy, Anne, Robert J. S. Beeton e Leonie Pearson (2002), “Sustainable Tourism: An Overview of the Concept and its Position in Relation to Conceptualizations of Tourism”, *Journal of Sustainable Tourism*, 10 (6), pp. 475-495.
- Harrison, David (2000), “Tourism in Africa: the social and cultural framework”, em Peter Dieke (ed.), *The political economy of tourism development in Africa*, New York, Cognizant Communication Corporation.
- Hatem, Fabrice (1990), “Le concept de développement soutenable”, *Economie et Prospective Internationale*, 44, pp. 101-117.
- INEM (2005-2009). “*Instituto Nacional de Estatística de Moçambique*”- Maputo
- International Monetary Fund, (2010, Setembro). *Country Report. Lisboa, Edição 2010*.
- International Monetary Fund, (2012, Setembro). *Country Report. Lisboa, Edição 2010*.
- IPT (2007). *Revista o Turismo- Impactos, Desafios e oportunidades* - Lisboa, Edição 2007.
- Joaquim, Graça (1997), *O Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Kaae, B. C. (2001), “The perception of tourists and residents of sustainable tourism principles and environmental initiatives”, em S. F. McCool e R. N. Moisey (eds.), *Tourism, recreation and sustainability: linking culture and the environment* (pp. 289-313), Wallingford, Cabi publishing.
- Korten, David C. (1992), *People-centered development, alternative for a world in crisis and democratization in the third world: myths, hopes and realities*, New York, Crane Russak.

- Lima, Susana e Maria do Rosário Partidário (2002), *Novos turistas e a procura da sustentabilidade – Um novo segmento de mercado turístico*, Lisboa, GEPE – Ministério da Economia.
- Lin and Germain (2003) *Cooperative research and development activity in U.S. Manufacturing firms*, Editora Globo.
- Lopes, Carlos (1997), *Compasso de espera. O fundamental e o acessório na crise africana*, Porto, Ed. Afrontamento.
- Martins, José Moleiro (2010), *Gestão do Conhecimento – Criação e Transferência de Conhecimento*, Lisboa, Edições Silabo.
- Mathieson, Alister e Geoffrey Wall (1990), *Turismo: repercusiones económicas, físicas y sociales*, México, Ed. Trillas.
- Ministério de Turismo de Moçambique (2010), *Acordo de Gestão conjunta do Parque Nacional da Gorongosa*, entre o Governo da República de Moçambique, representado pelo Ministério do Turismo e a “Gregory C. Carr Foundation”, Maputo, (Dissertação Mestrado – Sousa-2010).
- Ministério de Turismo de Moçambique (2010), *Plano Estratégico de 2004 a 2013*, Maputo.
- Mosca, João e Julien Zanzala (coords.) (1999), *Economia dos PALOP – Seminário Internacional dos PALOP*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Namburete, Salvador (2005), *A Organização Mundial de Comércio – Uma visão africana*, Lisboa, Almedina.
- Neto, V. (1998), “Pensar turismo em termos de futuro in Turismo, uma atividade estratégica”, *Revista Economica & Prospectiva*, 1 (4).
- Nonaka, Ikujiro e Ryoko Toyama (2002), “A firm as a dialectical being: towards the dynamic theory of a firm”, *Industrial and Corporate Change*, 11 (5), 995-1009. DOI: 10.1093/icc/11.5.995
- Nonaka, Ikujiro *et al* (2000), “SECI, *Ba* and leadership: a unified model of dynamic knowledge creation”, *Long Range Planning*, 33 (1), pp. 5-34. DOI: 10.1016/S0024-6301(99)00115-6
- OCDE (2009), *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*, - Paris. “Latin American Economic Outlook”.
- OMT (Organização Mundial de Turismo (2001). *Conta Satélite do Turismo, Quadro Concetual Madrid*.
- Organização Mundial do Turismo (2001), *Introdução ao Turismo* (Tradução Dolores Martins Rodrigues Coner), São Paulo, Roca.
- Parker, Scott e Anshuman Khare (2005), “Understanding success factors for ensuring sustainability in Ecotourism development in Southern African”, *Journal of Ecotourism*, 4 (1), pp. 32-46. DOI: 10.1080/14724040508668436
- Partidário, Rosário e Júlio de Jesus (1994), *A Avaliação do impacto Ambiental: conceitos, procedimentos e aplicações*, Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.
- Pestana, Dionísio (2011), “Grupo Pestana, um caso de internacionalização em Turismo, uma atividade estratégica”, *Revista Economia e Prospectiva*, 5, pp. 113-120.
- Presvelou, Clio (1998), “Ações inovadoras em turismo rural e Desenvolvimento Sustentável”, em Joaquim Anécio Almeida *et al* (orgs.), *Turismo Rural E Desenvolvimento Sustentável* (pp. 143-162), Lisboa, Centro de Ciências Rurais.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010), *Relatório de Desenvolvimento Humano – A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*, Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1997), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações.

- Rocha Brito, Brígida (coord.) (2009), *Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Gerpress
- Rostow, Walt Whitman (1995), *The Stages of Economic Growth: A non-Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Ruquoy, Danielle (1997), “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador”, em L. Albarello *et al*, *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais* (pp. 84-116), Lisboa, Gradiva.
- Samater, I (1986), *De crescimento a necessidades básicas, la evolution de la teoria del desarrollo in Seleccion de artículos de la Monthly Review*.
- Santo, Augusto Silva e José Madureira Pinto (1987), *Uma visão global sobre as Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento.
- Santos, José (2002), *Turismo, Mosaico de Sonhos, Incursões Sociológicas pela Cultura Turística*, Lisboa, Editora Colibri.
- Schiefer, Ulrich (2008), *Integrated Evaluation of Change, A new perspective for planning and evaluation in multiple intervention environments*, Lisboa, Periploi.
- Scott, Hellen (1999), “Ecotourism, Tourism as a force of Peace”, *International institute for Peace through Tourism*, pp. 17-21.
- Sen, Gita, Aditi Iyer e Chandan Mukherjee (2009), “Methodology to Analyze the Intersections of Social Inequalities in Health”, *Journal of Human Development and Capabilities: A Multi-Disciplinary Journal for People-Centered Development*, 10 (3), pp. 397-415.
- Serra, Almeida M. (1994), “Os modelos de desenvolvimento da Ásia Oriental e da subsaariana”, *Brief Papers*, nº 1/94.
- Shanin, Theodore. (1997). “The Idea of Progress”, em Majid Rahnema (Ed.), *The Post-Development Reader* (pp. 65-71). London: Zed Books,
- Silva et al (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.
- Sousa, Teresa Isabel Catuna de (2010), *O ecoturismo como motor de desenvolvimento económico, sustentável e humano em África*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Southgate, Christopher (1990), “Ecotourism in Kenya, the vulnerability of communities”, *Journal of Ecotourism*, 5 (1-2), pp. 80-96.
- Technical Report, University of North Carolina, Greensboro, and Final report submitted to the National Science Foundation under grant PRA 85, 212-664.*
- Trindade, Leonor (1998), *Uma parceria estratégica a favor da competitividade no turismo*, Ministério da Economia.
- Vieira, J. M. (1997), *A Economia do Turismo em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.

## SITES CONSULTADOS:

- Alfândegas de Moçambique – <http://www.alfandegas.gov.mz> – Consultado online em 25 de Agosto de 2011.
- Amin, Samir (2002). Disponível: [http://resistir.info/samir/s\\_amin.html](http://resistir.info/samir/s_amin.html) Consultado online em 15 de Julho, 2011).
- Associação Comercial e Industrial de Sofala – ACIS – Disponível: <http://www.acismoz.com/> - Consultado online em 30 de Junho 2011)
- Banco de Moçambique – Disponível: <http://www.bancomoc.mz/> - Consultado online em 25 de Agosto 2011.
- Banco Mundial (2009). Disponível: <http://www.Worldbank.org> -. Consultado online em 30 Agosto 2011.
- Boletim da República (1997). Disponível: <http://www.portaldogoverno.gov.mz> – Consultado online em 20 de Setembro 2011.

Banco Africano de Desenvolvimentos (2010), Maputo – Banquinha. Disponível: <http://www.portaldogoverno.gov.mz> – Consultado online em 30 de Setembro 2011.

CONTINUAR AQUI

Camara de Comércio Portugal-Moçambique- Disponível: -[www.CCPM.pt](http://www.CCPM.pt) Consultado online em 30 Junho 2011.

Perspectivas Económicas em África (2010). Banco Africano de Desenvolvimento, Centro de Desenvolvimento da Organização Para a Cooperação, Maputo- Desenvolvimento Económico. Disponível: <http://www.portaldogoverno.gov.mz> – Consultado online em 20 de Setembro 2011.

Programa de Alfabetização em Moçambique: [www.aca2K.org](http://www.aca2K.org) – Consultado online em 30 de Julho 2012.

Chamber of Commerce Mozambique (CCMUSA) Disponível: <http://www.ccmusa.co.mz/> -Consultado online em 25 de Setembro 2011.

Índice de alfabetização Disponível: <http://www.nandiiwe.mz> – Consultado online em 25 de Setembro 2011.

Grupo VIP Hotel Zurique (2011) - <http://www.Viphotel.com/> Consultado online em 30 de Junho 2011.

Grupo Pestana – Disponível: [www.pestana.com](http://www.pestana.com) - Relatório do grupo (2009). Consultado online em 30 de Junho 2011))

Grupo Visabeira-atividade do grupo (2011). Disponível: <http://www.visabeiraturismo.com> Consultado online em 02 de Julho 2012.

[www.undp.org.mz](http://www.undp.org.mz) - Consultado online em 30 de Junho 2011.

[www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org) – Consultado online em 30 de Junho 2011

Instituto Nacional de Estatística – <http://www.ine.gov.mz/> - Consultado online em 30 de Junho

Lei 2012n°4/2004-Turismo – Portal do Governo de Moçambique. Consultado online em 30 de Agosto 2012. <http://www.paiseconomico.eu> (2010). Consultado online em 30 de Junho,2012.

Ministério da Energia – Disponível: <http://www.me.gov.mz/prt/> . Consultado online em 30 Julho, 2012.

Ministério da Indústria e do Comércio – Disponível: <http://www.mic.gov.mz/> - Consultado online em 30 de Julho 2012.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento –Disponível: - <http://www.mpd.gov.mz/> Consultado online 30 em Julho 2012.

Ministério das Finanças – Disponível: <http://www.mf.gov.mz> - Consultado online em 30 de Julho 2012.

Ministério do Turismo –Disponível: <http://www.mitur.gov.mz/> -Consultado online em 30 de Maio 2012.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) - Disponível <http://www.mnec.gov.mz/> Consultado online em 30 de Julho 2012.

Mozlegal-<http://www.mozlegal.com/> Consultado online em 25 de Agosto 2012)

OMT- Organização Mundial de Turismo- Disponível: <http://www.UNWTO.ORG> Consultado online em 25 de Maio 2012.

Pagliani (2010). Disponível: [www.hdr.undp.org/en/nhdr/](http://www.hdr.undp.org/en/nhdr/) Consultado online em 15 de Agosto 2012.

Página Oficial de Moçambique Disponível: <http://www.mozambique.mz/> Consultado online em 25 de Setembro 2012).

Portal do Governo de Moçambique Disponível: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/> Consultado online em 25 de Setembro 2012.



## **ANEXOS**

## **ANEXO I**



## **ANEXO II**

### Quadro 3.26: Guião de Entrevistas

NÚMERO	QUESTÕES
1	Como caracteriza o turismo em Moçambique?
2	Que atividades são mais procuradas pelos turistas Portugueses, gastronomia, artesanato, música, lazer ou desportos diversos?
3	Quais os fatores, na sua opinião, que África dispõe mais favoráveis para o turismo?
4	Que impactos os pequenos comércios, formais e informais, difundem e promovem o turismo em Moçambique?
5	Indique se o número de pensões, residenciais, hotéis são suficientes e como os classifica em termos de qualidade?
6	Quais as contribuições positivas do turismo para o desenvolvimento em Moçambique?
7	Quais as situações negativas e quais os riscos para a sociedade em geral?
8	Quais os aspetos a melhorar para dar continuidade ao turismo em Moçambique?
9	O Turismo, enquanto fenómeno social, pode motivar/incentivar maiores investimentos para Moçambique?
10	Qual o impacto de transferência de conhecimentos das empresas portuguesas para às subsidiárias moçambicanas, a nível tecnológico?

### Quadro 3.27: Síntese das Entrevistas

#### Entrevistas Propostas

AICEP - LISBOA

Dra. Zélia Salimo - Grupo Visabeira-Lisboa

Dr. Florentino Rodrigues - Grupo Pestana-Lisboa

Dr. Nazir Kurji-Grupo VIP Hotel Zurique - Lisboa

Dra. Filomena Malalane - Consulado de Moçambique - Lisboa

Dra. Rita Duarte - Instituto Português de Turismo (IPT) - Lisboa

Dra. Paula Barros - Instituto de Apoio ao Desenvolvimento

(IPAD) - Lisboa

TAP – Portugal - Lisboa

#### Entrevistas Realizadas

Não Realizada

Realizada

Realizada

Realizada

Realizada

Realizada

Realizada

Não Realizada

## **ANEXO III**

## **ENTREVISTA NÚMERO 1**

**Nome: Dra. Rita Duarte**

**Cargo: Diretora de Relações Internacionais**

**Instituição: Instituto Português de Turismo (IPT)**

### **1. Como caracteriza o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Primeiro dizer que o Instituto Português de Turismo de Lisboa, tem escolas de captação de turismo de negócios em Oeiras-Cascais.*

*Em relação a Moçambique, tem um desenvolvimento potencial, não só no Turismo, como também projetos mosaicos, parte da Gorongosa. Moçambique reúne condições favoráveis para desenvolvimento do turismo, devido a sua própria estabilidade política e segurança que favorecem medidas aceitáveis a nível internacional e pela Organização Mundial de Turismo. Ainda, a nível de segurança devo dizer, quando pessoalmente fui a Moçambique em 2010, não tive qualquer tipo de problema e pelo menos, visitei Maputo, Beira e Nampula a lha de Moçambique onde verifiquei o enorme potencial no turismo moçambicano, e a questão aí está a estabilidade do país conta muito.”*

### **2. Que atividades são mais procuradas pelos turistas Portugueses, gastronomia, artesanato, música, lazer ou desportos diversos?**

**Resposta:** *“Moçambique a par com Cabo Verde, Moçambique tem recursos naturais, parques nacionais e a própria cultura, a gastronomia, pesca desportiva, são grandes interesses dos turistas portugueses. Para comparar com Angola, há turismo de negócio, a passo que Moçambique é de lazer, condições agrícolas mais favoráveis.”*

### **3. Quais os fatores, na sua opinião, que África dispõe mais favoráveis para o turismo?**

**Resposta:** *“No caso de Moçambique, para além da própria estabilidade política e segurança que favorecem condições para o turismo, vai ser um dos Polos de atração, Bazaruto, Inhaca e boas praias que por lá existem.”*

### **4. Que pequenos comércios, formais e informais, difundem e promovem o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“São várias oportunidades de negócios para áreas do turismo, e muitas empresas apostam em Moçambique, como o caso de Visabeira, Pestana, Soares da Costa, VIP Hotéis, Fundão Serena e entre outros como Agakana.”*

### **5. Indique se o número de pensões, residenciais, hotéis são suficientes e como os classifica em termos de qualidade?**

**Resposta:** *“Todos os hotéis, oferecem condições, o Polana após a reabilitação tornou mais luxo, Hotel Cardoso, Hotel Tivoli, Hotel Moçambique, e outras Pensões de renome e geridos pelos grupos portugueses, oferecem melhores condições aceitáveis internacionalmente.”*

**6. Quais as contribuições positivas do turismo para o desenvolvimento em Moçambique?**

**Resposta:** *“A diferenciação de produtos oferecidos e haverá necessidade de articulação nos transportes aéreos da TAP e outras transportadoras, isso porque irá permitir a deslocação de muitos turistas para o país. Visto que neste momento as passagens de aviões são caras.”*

**7. Quais as situações negativas e quais os riscos para a sociedade em geral?**

**Resposta:** *“Questões positivas já estão a ser feitas, em relação as negativas só dizer a luta na melhoria das doenças isso quer dizer controlo higiénico para saúde como o bem-estar de todos, quer nacionais quer estrangeiros.”*

**8. Quais os aspetos a melhorar para dar continuidade ao turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Nessa questão se calhar digo mais para Guiné-Bissau, deverá organizar um processo rumo a estabilidade, visto que neste momento as pessoas não vão para aquele País, considerando uns dos países perigosos, apesar de esforços que estão a ser feitos para ultrapassar a situação, sobretudo, depois da morte do Presidente Nino Vieira.”*

**9. O Turismo, enquanto fenómeno social, pode motivar/incentivar maiores investimentos para Moçambique?**

**Resposta:** *“Turismo diferenciado de natureza de ligação de sustentabilidade. Como estava a comentar, Angola existe turismo de negócio e Moçambique como Cabo Verde, turismo de lazer, assim como S. Tomé e Príncipe. Importante, quanto mais investimentos, mais fluxos vão atrair, mais movimentos de turistas haverá. Por exemplo, Pemba, há fluência de turistas italianos porque existem investimentos Italianos.”*

**10. Qual o impacto de transferência de conhecimentos das empresas portuguesas para às subsidiárias moçambicanas, a nível tecnológico?**

**Resposta:** *“A nível de segurança devo dizer, quando pessoalmente fui a Moçambique não tive qualquer tipo de problema e pelo menos, visitei Maputo, Beira e Nampula a lha de Moçambique onde verifiquei o enorme potencial no turismo moçambicano, e a questão ai está a estabilidade. Essa parte liga ao processo de transferência de conhecimento para a própria cultura e a gestão do sector com qualidade acrescida.”*

## **ENTREVISTA NÚMERO 2**

**Nome: Dra. Zélia Salimo**

**Cargo: Diretora de Marketing Internacional**

**Instituição: Grupo Visabeira – Lisboa**

### **1. Como caracteriza o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“O turismo é uma componente de desenvolvimento essencial para qualquer país, muito embora ainda considere que falta muito para este se afirmar como um vetor de impacto na economia moçambicana isso por uma razão de o país ser enorme. O turismo em Moçambique é baseado em férias, os turistas procuram em Maputo e Parques fronteiras com África do Sul, para além de Portugueses, Moçambique recebe os Finlandeses, Alemães, Franceses e outros.”*

### **2. Que atividades são mais procuradas pelos turistas Portugueses, gastronomia, artesanato, música, lazer ou desportos diversos?**

**Resposta:** *“Praias, parques nacionais, recursos naturais, culturas, gastronomia, pescas e música. É contrário comparativamente com Angola, turismo de negócio.”*

### **3. Quais os fatores, na sua opinião, que África dispõe mais favoráveis para o turismo?**

**Resposta:** *“A cultura, a segurança e estabilidade é sem dúvida um dos fatores que convidam ou atraí os turistas.”*

### **4. Que pequenos comércios, formais e informais, difundem e promovem o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Em termos gerais, há todo tipo de negócio, dependendo de interesse dos investidores, sejam nacionais ou estrangeiros, há sempre grandes oportunidades para negócios em Moçambique, e negócios de subsistência, que tem-se tornado difícil de controlar nas receitas do Estado a nível fiscal.”*

### **5. Indique se o número de pensões, residenciais, hotéis são suficientes e como os classifica em termos de qualidade?**

**Resposta:** *“Os hotéis, pensões e outros estabelecimentos similares para alojamento, são favoráveis e oferece melhores condições para os turistas, quer nacionais quer estrangeiros.”*

### **6. Quais as contribuições positivas do turismo para o desenvolvimento em Moçambique?**

**Resposta:** *“Para o continente, se calhar eu falaria sobre Moçambique, visto que é lá onde o grupo Visabeira está mais virado, e qualquer país deve pensar que Moçambique tem potencial para turismo, o Estado moçambicano deve ainda continuar a rever o processo burocráticos, com mais e melhores incentivos para os investidores.”*

### **7. Quais as situações negativas e quais os riscos para a sociedade em geral?**

**Resposta:** *“Um dos riscos a destacar, pessoas que vem de fora é uma questão de controlo das entradas, com a abertura da comunidade a livre circulação de bens e serviços tem havido a dificuldade pelas partes das autoridades na elaboração de estatísticas das entradas e saídas.”*

**8. Quais os aspetos a melhorar para dar continuidade ao turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Um dos aspetos a melhorar sempre defendi os recursos humanos, a identidade e formação dos quadros moçambicanos.”*

**9. O Turismo, enquanto fenómeno social, pode motivar/incentivar maiores investimentos para Moçambique?**

**Resposta:** *“Turismo de lazer, religião não têm muito, só temos controlo de parques e reservas, baías, alguns Arquipélagos, animais e todos esses sob controlo do Ministério do Ambiente. A maior parte de investimentos é para as praias, hotéis, reabilitação de parques e reservas, porque estas são as áreas que Moçambique dispõem mais e com espaços menos explorados.”*

**10. Qual o impacto de transferência de conhecimentos das empresas portuguesas para às subsidiárias moçambicanas, a nível tecnológico?**

**Resposta:** *“A nível de transferência de conhecimento para as subsidiárias, foram as que mais prestam atenção, porque todos os trabalhadores se beneficiam de formação antes de começarem a laboração, são enviados para Portugal e depois de formação regressam aos postos de trabalhos em Moçambique. É um caso benéfico para ambas as partes.”*

**ENTREVISTA NÚMERO 3**

**Nome:** Dr. Florentino Rodrigues

**Cargo:** Presidente do Conselho de Administração

**Instituição:** Grupo Pestana-Lisboa

**1. Como caracteriza o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“O turismo em Moçambique é um dos países que começamos internacionalizar no nosso grupo, identificamos as características necessárias para os países PALOP. Estabilidade desde 1991, na véspera da Paz, sem a Paz não há Turismo. Pessoas procuram praia, gastronomia, culturas, povo hospitaleiro, com características coloniais, mas não implicam a falta de obstáculos para ser resolvido.”*

**2. Que atividades são mais procuradas pelos turistas Portugueses, gastronomia, artesanato, música, lazer ou desportos diversos?**

**Resposta:** *“Turismo de negócios, não são por acaso muitos, investidores procuram em Moçambique pela sua estabilidade política e segurança. Moçambique tem turismo não massificado, isto é uma grande diferenciação em relação a outros países. Damos experiência*

*diferente aos nossos turistas porque nós damos floresta e praias juntas existem poucos pacotes com estas dimensões.”*

**3. Quais os fatores, na sua opinião, que África dispõe mais favoráveis para o turismo?**

**Resposta:** *“África subsariana é uma parte de globo que está despertar muita atenção aos jovens, devido a existência de muitas áreas não exploradas. e beneficia as populações, no aumento de rendimento populacional, e África tem estas vantagens. Outras vantagens são a língua que todos os países de expressão de língua portuguesa marcam a competitividade cultural comum.”*

**4. Que pequenos comércios, formais e informais, difundem e promovem o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Apoiamos as pessoas para apresentar as culturas das zonas onde estamos inseridos e faz com que as pessoas apresentem artesanatos, e logo temos pago as pessoas culturais para apresentar música aos turistas e artistas de pinturas e por ai fora. Em S. Tomé e Príncipe, pomos a compra de frutas de qualidade para o nosso hotel em vez de exportar para fora do país.”*

**5. Indique se o número de pensões, residenciais, hotéis são suficientes e como os classifica em termos de qualidade?**

**Resposta:** *“Diferença é de qualidade dos produtos, visto que, assim, as unidades que estão lá não consideram concorrência, preferimos que haja mais hotéis, para que partilhamos o risco. Contrariamente em Maputo, temos muitos Hotéis, como o caso de Hotel Rovuma, Inhaca e Bazaruto e Krager nas fronteiras com África do sul.”*

**6. Quais as contribuições positivas do turismo para o desenvolvimento em Moçambique?**

**Resposta:** *“Descriminação positivas, um dos problemas temos vantagens e desvantagens, falamos no que diz respeito a falta de mão-de-obra qualificada, no caso de S. Tomé e Príncipe. Fazemos um investimento e formamos as pessoas, em Moçambique começamos com 20, hoje temos 3, visto que todos que lá estão são moçambicanos, e damos formação em Portugal ou no Brasil. Este setor o aspeto conta, o turista observa o essencial, para nós é a competência, quem trabalha bem em hotelaria tem trabalho para toda vida. Nós temos uma imagem mundial. Moçambique temos diferentes formas de infraestruturas para diferenciarmos e garantirmos a exigência dos turistas.”*

**7. Quais as situações negativas e quais os riscos para a sociedade em geral?**

**Resposta:** *“Quando mais turistas, mais cuidado teve ser dado todas atenções as autoridades locais, e muitos dos países praticam turismo de prostituição. Nas construções de novos hotéis, também faz parte.”*

**8. Quais os aspetos a melhorar para dar continuidade ao turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Risco do negócio, em África existência tendência de recuperar o investimento mais rápido, e do resto começa a ganhar o dinheiro. Nesse caso, não investimos na Guiné, porque existem a instabilidade política, diferente de S. Tomé e Príncipe com instabilidade governativa. Em relação aos valores ou moedas, nós trabalhamos com Dólares.”*

**9. O Turismo, enquanto fenómeno social, pode motivar/incentivar maiores investimentos para Moçambique?**

**Resposta:** *“Fenómeno social, a tendência é para crescer, há países em que o petróleo é divisa, pode acabar, mas o turismo se for bem feito, nunca acaba. O turismo é o mais setor que pesa na economia mundial. Cuba, Maurícias, e entre outros, vive grande potencial com turismo. A segurança é aspeto essencial, uma segurança é a precessão que o turista leva, é importante, e tem que haver um trabalho muito árduo para combater a segurança. Nesse caso, os turistas vão passear querem tranquilidade e não podem sentir ameaçados.”*

**10. Qual o impacto de transferência de conhecimentos das empresas portuguesas para às subsidiárias moçambicanas, a nível tecnológico?**

**Resposta:** *“Transferência de conhecimento para os colaboradores, temos processos mais positivos mais avançados, e tivemos que mandar embora mais pessoas e outros continuaram, e a maioria dos nossos diretores são moçambicanos. Os nossos chefes dos grandes setores a maioria são moçambicanos.”*

**ENTREVISTA NÚMERO 4**

**Nome:** Dra. Paula Barros

**Cargo:** Chefe da divisão - Angola e Moçambique

**Instituição:** Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) - Lisboa.

**1. Como caracteriza o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Em termos económicos contínua crescente, a questão é da segurança e temos ajudado a formação de polícias dando apoios em bolsas para a formação dentro de Moçambique assim como outros vem para Portugal. Em relação a vida é muito cara a renda de casa vai até aos 3.000€ na cidade de Maputo. Em relação ao turismo, o IPAD não trabalha com Turismo, nós fazemos investimentos para a formação de quadros nas escolas de turismo, por exemplo: Escola de Anda Luzia em Maputo e outros vem para Escola de Turismo de Estoril a nossa escola em Lisboa.*

*A área propriamente dita deve contactar AICEP e escola de turismo do Estoril. E fazemos parceria com escola de Anda Luzia na área de turismo em Maputo e uma Universidade da Beira*

*e vai abrir uma escola profissional de Turismo, é uma construção de raiz. Damos formação para preservação dos patrimónios e construção de parques e ajudamos projetos da Ilha de Moçambique. Financiámos alguns projetos para limpeza e proteção das praias sujas, isso para dar resposta na região da Ilha que garante a oferta dos serviços de turistas. Os turistas procuram o paraíso, em termos de praias e apesar de as paisagens serem caras. Eu pessoalmente nunca estive como turista, mas sim em trabalho, conheço Maputo, Xai-Xai e Beira Centro de Moçambique.”*

**2. Que atividades são mais procuradas pelos turistas Portugueses, gastronomia, artesanato, música, lazer ou desportos diversos?**

*Resposta: “Todos países africanos têm a questão da natureza é mais potencial. O que falta, são atividades relacionadas, como poderia ter havido atividades para comunidade e segurança. Estabilidade política, mas para Moçambique não é caso. Mas a segurança no que diz respeito a saúde, para questões de emergência médica é muito importante.”*

**3. Quais os fatores, na sua opinião, que África dispõe mais favoráveis para o turismo?**

*Resposta: “Os fatores dependem: Os turistas procuram muitas coisas dependendo do tipo de turista. Há turismo que um indivíduo só quer ir à floresta e conviver com a floresta, quer ver os pássaros, quer estar ligado à parte dos artesanatos, quer saber o que o país faz a nível dos artesanatos, não sei quê, não sei quê, portanto, são vários os que vão para Moçambique por causa de sol e das praias, há os que vão para ver a natureza, o turismo depende muito daquilo que as pessoas procuram.”*

**4. Que pequenos comércios, formais e informais, difundem e promovem o turismo em Moçambique?**

*Resposta: “O comércio informal, na minha opinião pessoal, há mercado informal que existe atualmente, portanto, antes não promoviam produtos em Maputo, eram apenas as casas comerciais em que as pessoas vendiam.*

*O turista leva camisas, t-shirts para as recordações e os restaurantes para as comidas estão sempre no negócio formal, a muitas ofertas, mas quando sai de Maputo há muito mais ofertas. E Maputo é fácil ir a zona comercial, nas feiras e pode comprar imensas coisas para recordações. Eu comprei algumas coisas de objeto da produção Maconde, na loja oficial em Maputo e foi muito caro, assim como na Beira também as coisas são caras. Em Maputo há muitos produtos que se consegue, mesmo a Zona de Catembe, Inhaca e os arredores onde os turistas precisam de visitar para as recordações em feiras específicas e passam a palavra a outras pessoas, que traduz mais-valias.”*

**5. Indique se o número de pensões, residenciais, hotéis são suficientes e como os classifica em termos de qualidade?**

**Resposta:** *“Existe muita procura, visto que estão sempre cheios e há muita oferta em Maputo, assim como na Beira. Em Maputo agora existe a recuperação de imóveis em apartamentos em ruínas e que servem depois para uso da comunidade e para outras atividades necessárias. A qualidade dos hotéis mantém-se muito boa e é uma qualidade internacional. As pessoas querem ver a qualidade, exemplo: Hotel Polana é muito excelente e virado para praias da Costa do Sol, para além desse ainda existem outros hotéis com muita boa qualidade internacional (Hotel Rovuma, Hotel VIP Zurich, Hotel Cardoso, entre outros). A nível de praia de Costa do Sol há muito preocupação de preservação em termos de limpeza e combate a erosão que se faz sentir na zona da marginal em direção à Costa do Sol/Maputo.”*

**6. Quais as contribuições positivas do turismo para o desenvolvimento em Moçambique?**

**Resposta:** *“A proteção dos recursos naturais, apoios relacionados com ajuda a recuperações e construção de infraestruturas para servir as atividades de turismo. Existe um apoio internacional e o turismo é uma fonte de receitas para Moçambique sem dúvida, e tem mais informações com a embaixada de Moçambique em Lisboa. O Ministério do Turismo de Moçambique é muito importante para a descentralização de várias atividades relacionadas com setor de turismo moçambicano.”*

**7. Quais as situações negativas e quais os riscos para a sociedade em geral?**

**Resposta:** *“Risco pode ser investimento estrangeiro que é negocial. E investimentos nacionais que poderiam ser para a vida das populações para criar infraestruturas para nacionais, seria mais importante para beneficiar a população para criar mais empregos para as famílias, educação e saúde, é muito importante para todo o país e para beneficiar é necessário que sejam bem negociados com os investidores estrangeiros. E há uma dificuldade de comunicação em termos de transportes, uma vez as vias rodoviárias foram construídas paralelamente do norte a sul e vice-versa, assim como, a linha ferroviária da costa para o interior do país, devido ao transporte de mercadorias para os países situados no interior em relação a Moçambique.”*

**8. Quais os aspetos a melhorar para dar continuidade ao turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“As infraestruturas como o ponto mais apropriado param tudo. Como é óbvio, porque o turismo é uma aposta certa para o país, qualquer investidor que vai para Moçambique sabe a partida que é um destino turístico privilegiado, é um sítio bom... também incentiva de facto esses empresários na construção de qualquer negócio. Isso também tem a ver com a estabilidade política do país, naturalmente e Moçambique neste momento está num bom caminho nesse aspeto desde o acordo de Paz na década de 90.”*

**9. O Turismo, enquanto fenómeno social, pode motivar/incentivar maiores investimentos para Moçambique?**

**Resposta:** *“Uma das questões mais importante é a formação das pessoas que permite a qualificação dos moçambicanos e nós do IPAD, fazemos investimento nessa área para responder esta solicitação indispensável para o País. Ainda precisa de mais formação, e precisa da qualidade dos formadores. As capacitações do pessoal em Moçambique têm vantagens acrescidas nesse aspeto. Agora Moçambique mandam as pessoas para capacitação em Portugal, em vez de receber financiamento em dinheiro do exterior. Neste momento a atribuição de bolsas do IPAD, estamos agora mais para Mestrados e Doutoramentos, isso para precaver a fuga de cérebros, o que se tem verificado nos últimos tempos, quadros qualificados que não regressam para o país de origem.”*

**10. Qual o impacto de transferência de conhecimentos das empresas portuguesas para às subsidiárias moçambicanas, a nível tecnológico?**

**Resposta:** *“Transferência de conhecimento, cada empresa no investimento não pode ter mais de um x de percentagem dos estrangeiros, é uma das leis moçambicanas, que permitem que os estrangeiros que investem em Moçambique devem dar empregos aos moçambicanos. Moçambique tem um turismo muito potencial, agora é necessário que haja um turismo rural para além das praias, era necessário outros locais de prática de turismo. Até eu não chamaria a transferência de conhecimento, mas sim diria a transmissão de conhecimento. Transmitir a estrutura do conteúdo europeu. A fazer uma formação é preciso dar para poder aplicar a norma do país em referência ou seja de destino. Também ao falar da absorção de conhecimento eu diria ao conteúdo de apropriação do conhecimento para sua aplicação futura em todas as vertentes necessárias para sua aplicação.”*

**ENTREVISTA NÚMERO 5**

**Nome: Dr. Nazir Kurji**

**Cargo: Diretor Comercial**

**Instituição: VIP HOTEL ZURIQUE-Moçambique**

**1. Como caracteriza o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Respondendo a questão diria que: O turismo em Moçambique é uma atividade económica, que se encontra numa fase muito avançada desde a década de 90, com a criação de infraestruturas para que elas possam desenvolver o seu papel crucial.”*

**2. Que atividades são mais procuradas pelos turistas Portugueses, gastronomia, artesanato, música, lazer ou desportos diversos?**

**Resposta:** *“A natureza, as melhores praias com águas quentes e areia branca, constituem um ponto forte de recurso natural para admiração dos turistas. Neste momento o turismo tem um peso muito importante na economia moçambicana. Mas as estruturas para o futuro acreditamos que possa ocupar um papel relevante, tendo em conta a expansão de cadeia de hotéis para todas as cidades moçambicanas e que vai permitir que sejam praticados o turismo rural para todo o país, os turistas em Moçambique procuram tudo, mas principalmente a natureza, praia, gastronomia, música e a própria cultura moçambicana.”*

**3. Quais os fatores, na sua opinião, que África dispõe mais favoráveis para o turismo?**

**Resposta:** *“Os fatores favoráveis que África dispõe para o turismo são sem dúvida os recursos naturais praias, sol, florestas, parques nacionais e diversos animais de toda espécie nunca visto no mundo. Moçambique tem o Parque Nacional da Gorongosa no centro do país e possui outras reservas distribuídas para todo país e isso ocorre em quase para todo o continente africano no contexto geral.”*

**4. Que pequenos comércios, formais e informais, difundem e promovem o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“O comércio informal, como o próprio nome diz, comércio informal, o dinheiro que é gerado nesse comércio, no fundo não entra para economia, porquê? Porque não encontrou o Estado... pode ter o cuidado da atividade económica, esta deve ser controlada pelo Estado, de forma que se possa criar uma mais-valia para o país, portanto, o comércio informal, não se sente, assim o peso na economia. Para o turismo, portanto, acho que não tem um papel importante para esse tipo de comércio, apesar que ser uma das fontes de abastecimentos de pequenos comércios como no caso de artesanatos em pequenas feiras e ruas, por ai fora.”*

**5. Indique se o número de pensões, residenciais, hotéis são suficientes e como os classifica em termos de qualidade?**

**Resposta:** *“Pela sua reputação Moçambique é conhecido e procurada pelos investidores estrangeiros pela sua estabilidade política e económica. Por exemplo, o nosso grupo inaugurou o seu primeiro hotel VIP Maputo em 2002, para além deste possui outro na Ilha de Inhaca e na Beira Centro do País. Neste momento está com projeto de construção a decorrer na Província de Tete, Centro do País, região com um potencial crescimento económico, com a sua abertura prevista para 2013, irá perfazer o quarto Hotel, enquanto prossegue, ainda outro projeto, para Cidade de Nampula, Norte de Moçambique. Portanto, estabilidade política e segurança é um dos fatores favoráveis para os turistas e investidores em geral. Com isso para dizer que em termos de cadeia de hotéis existem em número considerável e com alta qualidade de reconhecimento internacional”.*

## **6. Quais as contribuições positivas do turismo para o desenvolvimento em Moçambique?**

**Resposta:** *“Acho que a qualificação de quadros para a gestão de qualidade não só no Turismo, como também para todos setores que o país necessita é uma das prioridades que o governo levado acabo e por outro, o aumento das infraestruturas, mais hotéis para todo o país, para garantir a maior qualidade da prática do Turismo, para responder a concorrência mundial é mais um desafio indispensável que o país tem apostado nos últimos anos de forma reconhecível pela Organização Mundial do Turismo (OMT).”*

## **7. Quais as situações negativas e quais os riscos para a sociedade em geral?**

**Resposta:** *“Começo por referir as situações positivas: para o desenvolvimento do turismo em Moçambique, precisamos de apostar nas mudanças sociais, económicas e culturais se assim entendermos de forma a garantir uma qualidade positiva e não negativa. Se nós tivermos o cuidado de vermos o aspeto cultural estou em querer que, haverá mudanças profundas, mas ainda há muito por fazer e serão mudanças que ficarão para sempre, portanto, no modo de ser da população moçambicana. Temos de ter em conta o seguinte: é necessário que o país cresça e claro está, que o crescimento provoca mudanças nos hábitos e costumes do povo, e isso está a acontecer gradualmente. Mas são mudanças profundas, estou em querer que só... já se começa a ter o cuidado suficiente para não, digamos mudar os hábitos e costumes do povo.”*

## **8. Quais os aspetos a melhorar para dar continuidade ao turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Como já tinha dito antes, bom, o turismo portanto é esperança, é a fonte de riqueza e é uma marca de vida e de risco ao mesmo tempo, até os investidores nessa matéria consideram não concorrência mas a partilha de risco em caso de investimentos para o setor.*

*E no caso de falarmos do turismo de massa, também pode ser um fator de risco sim, a pressão humana tem influência negativa, depois, se nós divulgarmos o turismo de forma sustentável, a presença do turista não será um especto negativo. Em termos de risco é necessário que seja acompanhado por todos, quer o governo, empresários, a comunidade e o público em geral, só assim será possível evitar outras práticas de tráficos que pode comprometer o país (prostituição infantil, prostituição descontrolada, tráfico de seres humanos e drogas), sendo estes um dos fatores que envolve o turismo mal gerido, mal legislado e quando existe falta de controlo.”*

## **9. O Turismo, enquanto fenómeno social, pode motivar/incentivar maiores investimentos para Moçambique?**

**Resposta:** *“Bom, Turismo enquanto fenómeno social trás sempre aspetos a melhorar para dar a sua continuidade e motivações aos investidores, há vários exemplos, o turismo pode impulsionar o desenvolvimento da agricultura, porque, se nós nos referimos ao turismo em Moçambique*

*como uma marca de produtos de excelência, o próprio comércio em si, a questão do consumo e o artesanato, por exemplo, estamos a referir desde a década de 90 para cá, tem havido um crescimento no artesanato, não só, a escultura Maconde, como também a pintura que cresceu bastante. Um crescimento que está virado para o turismo. Posso dizer que há uma interação entre o turismo e o próprio transporte de culturas, importa referir que atualmente, até 2011 só a cidade de Maputo em artesanato oferecia 800 empregos, sem contar com as restantes 10 províncias desde Sul a Norte do país.”*

**10. Qual o impacto de transferência de conhecimentos das empresas portuguesas para às subsidiárias moçambicanas, a nível tecnológico?**

**Resposta:** *“A transferência do conhecimento é um dos fatores importantes, que permite manter os quadros qualificados dentro do País em consequência disso, garante a oferta de produtos e serviços de qualidade aos turistas, clientes e o público em geral, essa pode ser uma das primeiras razões. Em seguida é, portanto, um processo que também vai proporcionar a absorção de conhecimento que no futuro vai ter mais-valia na criação dos novos conhecimentos para a inovação de produtos e serviços, a partir do conhecimento apropriado pelos quadros qualificados dentro do setor em rede. Por outro lado, a nível de transferência de conhecimento para as subsidiárias moçambicanas são as que mais prestamos atenção, porque todos os trabalhadores se beneficiam de formação antes de exercerem as suas funções, são enviados para Portugal e depois de formação regressam aos postos de trabalhos em Moçambique. É um caso benéfico para ambas as partes, empresas e os próprios quadros beneficiários.”*

**ENTREVISTA NÚMERO 6**

**Nome: Dra. Filomena Malalane**

**Cargo: Cônsul da Embaixada de Moçambique-Lisboa**

**1. Como caracteriza o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Em geral considero que o turismo é uma atividade importante para Moçambique, no fundo, porque se pode e se deve associar as belezas naturais que o país oferece, transformando um produto turístico de mais-valia e com viabilidades principais de circuitos internacionais, que pode ser motivo de atração do investimento direto estrangeiro.”*

**2. Que atividades são mais procuradas pelos turistas Portugueses, gastronomia, artesanato, música, lazer ou desportos diversos?**

**Resposta:** *“Pelo que sabemos, o país pertence à costa do Oceano Índico, que muitos consideram de joias moçambicanas. A partir daí, os turistas vão para Moçambique, provar tudo que o país tem e que pode oferecer constituindo a sua mais-valia para marcar o turista de uma vez por*

*todas na sua recordação (música, artesanato, gastronomia, lazer, praia desportiva e outras atividades turísticas).”*

**3. Quais os fatores, na sua opinião, que África dispõe mais favoráveis para o turismo?**

**Resposta:** *“Diria a própria natureza reconhecida internacionalmente, ditas florestas virgens, esse é um fator que podemos considerar em primeira mão, de seguidas os animais de espécies raras que normalmente é possível encontrar ou observar nas florestas e parques do continente africano. As praias de águas quentes do Oceano Índico, diferentes dos outros oceanos Ocidentais, as frutas tropicais, os mariscos, entre outras potencialidades naturais que só pode ser possível encontrarem no continente africano.”*

**4. Que pequenos comércios, formais e informais, difundem e promovem o turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Em relação aos pequenos comércios informais, aqui observa-se que para Moçambique como sabemos, o nível de oferta de emprego é insignificante para a maioria dos moçambicanos, isso por várias razões que também todos nós sabemos (desde o elevado número de analfabetismo, falta de indústrias para todo o país e movimento passado da Guerra Civil, que fez com que o maior número da população concentrassem nas grandes cidades e sem condições de vida para a sua subsistência), todas essas razões, obrigou as classes abaixo da média ao exercício de comércio informal, como meio de subsistência social. Estes negócios requerem de cuidadosa reflexão sobre a sua contribuição para o turismo, ou até que ponto concorrem com o comércio formal.”*

**5. Indique se o número de pensões, residenciais, hotéis são suficientes e como os classifica em termos de qualidade?**

**Resposta:** *“Em termos de hotéis e estabelecimentos similares destinados aos hóspedes ou turistas, nos últimos 10 anos, tem-se verificado uma grande melhoria em termos de qualidade, quer do espaço, quer do produto e maiores ofertas com base na concorrência internacional.”*

**6. Quais as contribuições positivas do turismo para o desenvolvimento em Moçambique?**

**Resposta:** *“As contribuições positivas para o desenvolvimento do turismo em Moçambique seriam: quadros qualificados como primeiro passo meio andado, o passo a seguir seria, infraestruturas para permitir e garantir a melhor gestão com reputação internacional. Mas em resumo, tudo isso o governo tem dado esforço nesta matéria.”*

**7. Quais as situações negativas e quais os riscos para a sociedade em geral?**

**Resposta:** *“Acho que na opinião da linha anterior é mesmo ter pessoas qualificadas que melhor compreendem rapidamente das mudanças das novas tecnologias e para encontrar as soluções para a resolução de problemas ou seja melhor preveni-los antes que eles aconteçam.”*

**8. Quais os aspetos a melhorar para dar continuidade ao turismo em Moçambique?**

**Resposta:** *“Apostar nas infraestruturas, inovar é sempre que necessário, apostar no investimento direto estrangeiro, políticas de investimento nacionais e envolvimento da comunidade na gestão de turismo e interação com outros sectores da economia nacional.”*

**9. O Turismo, enquanto fenómeno social, pode motivar/incentivar maiores investimentos para Moçambique?**

**Resposta:** *“É claro que sim, desde que os investidores descubrem que Moçambique, é um destino competitivo e económico, partindo do princípio que a estabilidade política é a chave do incentivo por si só, para motivar seja quem for, que quer apostar no mundo empresarial. Sem estabilidade política, não há turismo e não há investimento e não há desenvolvimento seja para que setor for, se não de armamento se calhar. Temos exemplo do caso da Guiné- Bissau, é um país irmão que atravessa muitas dificuldades e com todas as barreiras, deste modo, são poucos investidores que arriscam para lançar negócios para o país, e isso atrasa todo o processo para o desenvolvimento.”*

**10. Qual o impacto de transferência de conhecimentos das empresas portuguesas para às subsidiárias moçambicanas, a nível tecnológico?**

**Resposta:** *“A transferência de conhecimento é um outro fio condutor importante para o mundo empresarial, para o próprio governo e para a sociedade em geral. É com base nesse sentido que é possível criar a inovação, acompanhar as novas tecnologias, a aproveitar a mão-de-obra qualificada para todos os ramos de atividade e não só no turismo. E permita-me dizer que transferência de conhecimento para as subsidiárias moçambicanas são as que mais prestamos atenção, porque todos os trabalhadores se beneficiam de formação antes de exercer as suas funções, são enviados para Portugal e depois de formação regressam aos postos de trabalhos em Moçambique. É um caso benéfico para ambas as partes, empresas e os próprios quadros beneficiários.”*

## ***CURRICULUM VITAE***

### ***AMADE RICARDO***

*Avenida Eduardo Mondlane-Khovo-Maputo*

+25882-0817520

*08/02/1968*

E.mail: [ricardoamade@hotmail.com](mailto:ricardoamade@hotmail.com)

### ***PERCURSO PROFISSIONAL***

- 06/2013-12/2014 Professor Universitário e Coordenador das Práticas e Técnicas Profissionais da Escola Superior de Contabilidade e Gestão da-Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique.
- 06/2009-02/2011 Gestor/Consultor de Decisões e Soluções Financeiras/Créditos bancários – Lisboa.
- 02/2006-12/2008 Gestor de Clientes de mercado Informático -CMI –TV-CABO- Lisboa
- 01/1995-09/1998 Administrador do Magistério Primário de Maputo- Munhuana e Professor de Gestão e Administração Empresarial -Maputo01/1994-12/1994 Administrador da Escola Secundária de Angoche - Nampula e Professor de Noções de comércio
- 01/1992-12/1993 Administrador do Centro Internato de Micane-Moma-e Gestor de projetos do PMA para centros internatos
- 01/1989-03/1991 Instrutor de Formação Profissional em Administração da Escola Industrial e Comercial Três de Fevereiro de Nampula
- 01/1985-12/1988 Administrador do Centro de Formação Técnica de Namialo/Nampula
- FORMAÇÃO** 02/2009-08/2011: Pós-Graduação em Estudos Africanos-Especialização-Ramo: Gestão de Desenvolvimento e Cooperação Económica e Social – IUL-ISCTE-Lisboa-Portugal.

*10/2002-09/2008* Licenciatura em Gestão de Empresas-IUL-ISCTE- Lisboa-Portugal

### ***INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES-LINGUAS***

**Português: corrente; Inglês: Nível A2 ; Francês: Nível A2****Intercâmbios Académicos entre Universidades Europeias/África:**

2005/2006 – Erasmus- Nível de Licenciaturas Escola Superior de Gestão Bialostoka – Polonia.

2007/2008- Erasmus- Nível de Mestrados Escola Superior de Business Management-Clermont-Ferrand-França

Participação em Seminários Nacionais e Internacionais (Portugal-Europa/África)

Conferências Universitárias nacionais e Internacionais (Portugal-Europa/África)  
Lançamento de Livros e outras participações - (Dissertações e Teses/Mestrados e  
Doutoramentos)